

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

A ECOMUSEOLOGIA EM PORTUGAL

-
EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Manuela da Palma Teixeira

Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Mestre em Museologia

Esta dissertação não contém as críticas e sugestões feitas pelo júri

*Orientador:
Professor Doutor Filipe Themudo Barata*

Outubro, 2007

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM MUSEOLOGIA

A ECOMUSEOLOGIA EM PORTUGAL

EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS



166 383

Manuela da Palma Teixeira

Dissertação apresentada para obtenção
do grau de Mestre em Museologia

Esta dissertação não contém as críticas e sugestões feitas pelo júri

*Orientador:
Professor Doutor Filipe Themudo Barata*

Outubro, 2007

À Memória de Meu Pai

*“O museu, que cobre na actualidade todas as disciplinas do saber, deveria em consequência, à imagem da investigação, tender à interdisciplinaridade, depois de uma posição diacrónica, alcançar uma posição sincrónica. (...) Sob as suas formas mais evolutivas, intercambiam entre eles referências diversas, sem se limitarem só à multidisciplinaridade. O ecomuseu dará a esse conjunto o seu toque de interdisciplinaridade.”*¹

Georges Henri RIVIÈRE

*“O ecomuseu não é visitado, é vivido. Ele não é organizado para a visita, é fabricado constantemente pelas pessoas que o vivem.”*²

Hugues de VARINE

*“(...) O ecomuseu intervém numa espécie de revolução copernicana da museologia: já não voltará a ser o objecto o que se encontra no centro das preocupações do museu, senão que passará a ser o sujeito social. A memória colectiva converte-se no principal património, e a interdisciplinaridade, na regra de conduta de programas realizados com a participação da população.”*³

François HUBERT

“Este trabalho de investigação e desenvolvimento concretiza-se no ecomuseu mediante publicações, exposições, elaboração de produtos, organização de colóquios e conferências acerca desses temas, promoção de experiências originais... Todas essas actividades vão no sentido da filosofia dos ecomuseus e da fidelidade à mensagem de Georges Henri Rivière, constituindo dessa forma o nosso triplo objectivo:

- *Restituir o passado,*
- *Afirmar o presente,*
- *Preparar o futuro.”*⁴

Pierre CAMUSAT

*“O tosco material dos ecomuseus pode, naturalmente, ser encontrado por toda a parte. Como frequentemente disse e escrevi, a Europa não é mais nem menos do que uma rede gigante de potenciais ecomuseus. Tem uma estrutura celular e cada distrito é um acervo histórico, à espera para ser identificado, interpretado e publicado.”*⁵

Kenneth HUDSON

*“Haverá alguma vez um museu que conjugue com uma correcta proporção os diferentes ramos das disciplinas do saber?”*⁶

Georges Henri RIVIÈRE

¹ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 142.

² VARINE, Hugues de (1992), “L'Écomuscé [1978]”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 446.

³ HUBERT, François (1993), “Historia de los ecomuseos” in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 206.

⁴ CAMUSAT, Pierre (1993), “Una experiencia concreta de participación de la población en el ecomuseo de Fourmies-Trélon, por P. Camusat”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 405.

⁵ Kenneth HUDSON “Ecomuseums become more realistic”, in *Nordisk Museologi* 1996/2, 11-20 (extraído a 4/6/07 de <http://www.nordiskmuseologi.com>)

⁶ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 182.

A ECOMUSEOLOGIA EM PORTUGAL

EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

RESUMO

A preferência pela temática da ecomuseologia assim como o desconhecimento da realidade ecomuseológica nacional e, mais concretamente, a indiferença a que é vetada pelos organismos estatais competentes suscitarão a presente dissertação.

A sua concretização pressupõe o conhecimento da realidade museológica nacional e a análise dos conceitos de “nova” museologia e ecomuseologia para o recenseamento dos ecomuseus que a integram.

A análise da realidade ecomuseológica nacional baseou-se na construção do questionário e sua aplicação através de visitas *in loco* e respectivas entrevistas aos seus responsáveis, assim como na análise da legislação nacional sobre património cultural, património natural e museus.

Para se compreender porque é que a tipologia de ecomuseu segundo o conceito evolutivo de George Henry Rivière não teve expressão em Portugal e a ecomuseologia, salvo casos excepcionais, não é o motor do desenvolvimento sustentável das regiões ditas “deprimidas” procedeu-se ao estudo da renovação museológica após o 25 de Abril de 1974 e à análise comparativa entre a legislação nacional sobre museus e a legislação da Região de Piemonte. A escolha deve-se ao facto de que nesta região italiana a ecomuseologia tem uma forte expressão e um desenvolvimento extraordinário que suscitou a criação de legislação específica.

Questionário
Vinte
e entrevistas

ECOMUSEUMS IN PORTUGAL

EXPERIENCES AND PERSPECTIVES

SYNOPSIS

The above dissertation was motivated by a predilection for the concept of ecomuseum as well as by the lack of understanding at national level and more particularly by the indifference expressed by the appropriate official bodies.

This essays is coming into being presupposes an understanding of the reality museology at national level and an analysis of the concept of “new” museology and ecomuseums in order to provide a census of ecomuseums it embraces.

An analysis of the state of ecomuseums at national level is based on the framework of a questionnaire and its application during on-site visits as well as interviews with the respective staff, together with a study of the pertinent legislation at national level.

To understand why it is that the notion of the ecomuseum, as conceived by George Henry Rivière hasn't found expression in Portugal and that the concept of ecomuseums, with few exceptions, has not become the sustainable driving force in the so called “deprived” areas lead to a study of developments in museology since April 25 1974 and to a comparative analysis of legislation at national level and legislation in the region of Piemonte.

The choice of the latter is due to de fact that in this region of Italy, the concept of ecomuseum is a very real one and has flourished dramatically braying about specific legislation.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Filipe Themudo Barata, orientador desta dissertação, a minha enorme admiração, respeito e reconhecimento pelo empenho e ensinamentos que me transmitiu durante a longa gestação deste trabalho.

Aos profissionais das unidades museológicas visitadas e estudadas, pelo acolhimento, disponibilidade, colaboração, simpatia e interesse com que responderam às questões colocadas, em particular:

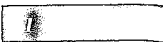
- Dr. Vítor Teixeira e Sr.^a Rute Correia - Ecomuseu do Zêzere;
- Dr. Laurindo Monteiro – Museu Municipal de Pinhel;
- Dr.^a Susana Coelho – Museu do Douro;
- Dr. Luís Luís – Parque Arqueológico de Vale do Côa;
- Sr. Paulo Moutinho, Dr.^a Sandra Naldinho e Dr. Carlos Alves – Museu da Casa Grande;
- Dr.^a Carla Carvalho e Dr.^a Luísa Queiroz - Ecomuseu de Barroso;
- Dr.^a Margarida Henriques – Museu Municipal de Vale de Cambra;
- Dr.^a Margarida Ribeiro – Ecomuseu Marinha da Troncalhada;
- Sr. Comendador Alcides Batista Simão – Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita;
- Dr. Vítor Meio Costa – Ecomuseu da Serra da Lousã;
- Dr.^a Nancy Rodrigues – Museu Etnográfico / Ecomuseu de Miranda do Corvo;
- Sr. Henrique Santos – Museu do Casal de Monte Redondo;
- Dr. Eduardo Guimarães – Ecoteca de S. Jorge (Ecomuseu de S. Jorge);
- Dr.^a Virgínia Neto – Museu de S. Jorge;
- Professor Rui de Sousa Martins – Museu de Vila Franca do Campo;
- Sr. Roberto de Medeiros - Museu de Lagoa;
- Dr. Mário Moura e Dr. Rui Faria – Museu de Comunidade da Ribeira Grande.

À família pelo incentivo e apoio, em especial à minha irmã Anabela Palma, pela leitura de uma versão preliminar desta dissertação, e à minha mãe.

A todos os colegas e amigos que, directa ou indirectamente, colaboraram ou contribuíram, das mais diversas formas, para a conclusão desta dissertação, muito em especial, ao Fernando Dias e à Manuela de Deus, pela leitura criteriosa de versões preliminares desta dissertação, ao Carlos Pedro e ao Júlio Cardoso, pelas referências bibliográficas, ao André Linhas Rochas, pela elaboração do mapa de

localização das unidades museológicas e ao Christian Delaisse, pela preciosa ajuda nas traduções do resumo e da bibliografia.

Finalmente aos meus tesouros, Vítor e pequena Bárbara, pela paciência e apoio incondicional sem os quais não teria sido possível terminar este projecto.



ÍNDICE

4 LISTA DE ABREVIATURAS

5 ÍNDICE DE TABELAS

5 ÍNDICE DE QUADROS

5 ÍNDICE DE GRÁFICOS

6 INTRODUÇÃO

9 **Primeira Parte**

"NOVA" MUSEOLOGIA E ECOMUSEOLOGIA

—

IDEOLOGIAS, CONCEITOS E PRÁTICAS

10 **I – “NOVOS” MUSEUS / “NOVAS” MUSEOLOGIAS**

10 1. Da Mesa-Redonda de Santiago do Chile à Declaração de Caracas.

14 1.1. Análise dos Documentos

17 1.2. Impacto dos Documentos a Nível Nacional

21 2. Conceito de “Museu Integral”

23 3. O que é um Ecomuseu?

23 3.1. Da Concepção Ideológica à sua Denominação

25 3.2. “Definição” de um Conceito

32 3.3. Desenvolvimento da Ideologia

42 3.3.1. Territorialidade e Interdisciplinaridade

43 3.3.2. Participação da comunidade

45 4. Reflexões e Considerações

49 **Segunda Parte**

A ECOMUSEOLOGIA EM PORTUGAL

50 **I – EXAME AOS ECOMUSEUS NACIONAIS**

50 1. Metodologias utilizadas

51 1.1. Critérios de Selecção das Unidades Museológicas

53 1.2. Elaboração do Questionário

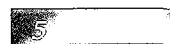
53	1.2.1. Definição dos Objectivos
54	1.2.2. Definição das Variáveis Independentes
55	1.2.3. Definição dos Indicadores de Análise
55	1.2.4. Visitas às Unidades Museológicas, Gestão do Questionário e Tratamento dos Dados
56	2. Caracterização Geral e Exame das Unidades Museológicas
57	2.1. Caracterização Geral Segundo as Variáveis Independentes
57	2.1.1. As Variáveis Independentes
57	2.1.1.1. Tutela
57	2.1.1.2. Criação
58	2.1.2. Situação Actual
59	2.1.3. Funcionamento
59	2.1.4. Antecedentes
60	2.1.5. Estrutura
61	2.1.6. Recursos Humanos
62	2.1.7. Actividades
63	2.1.8. Formação
63	2.1.9. Relação com o Exterior / Divulgação
64	2.1.10. Dificuldades / Perspectivas
64	2.2. Exame Segundo os Indicadores de Análise
66	3. Reflexões e Considerações
72	II – OS ECOMUSEUS E A LEGISLAÇÃO NACIONAL. QUE RELAÇÃO?
72	1. Legislação sobre Património Cultural
78	2. Legislação sobre Património Natural
79	3. Legislação sobre Museus
82	4. Reflexões e Considerações
85	III – RENOVAÇÃO MUSEOLÓGICA APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974
92	1. Reflexões e Considerações
95	Terceira Parte
	A ECOMUSEOLOGIA NA REGIÃO DE PIEMONTE (ITÁLIA)
	-
	ANÁLISE COMPARATIVA
96	I – CRIAÇÃO E GESTÃO DE (ECO)MUSEUS
96	1. A Lei Regional n.º31/1995 – Institui os Ecomuseus na Região de Piemonte

98	2. Análise comparativa
100	3. Reflexões e Considerações
101	CONSIDERAÇÕES FINAIS
103	FONTES E OBRAS DE CONSULTA
103	1. Fontes Impressas e Obras de Consulta
114	2. Documentos de Arquivo
116	3. Legislação
117	4. Fontes do Recenseamento
117	5. Artigos e publicações <i>on-line</i>
120	6. Consultas <i>on-line</i>
120	6.1. Municípios
122	6.2. Associações e Instituições Nacionais
123	6.3. Associações e Instituições Internacionais
124	ANEXOS
125	Anexo A – Tabelas I, II, III, IV e V cedidas pelo orientador, Professor Filipe Themudo Barata (seg. Cyril Simard (1989), <i>Économuseologie – Comment rentabiliser une entreprise culturelle</i> , Montreal, p. 66).
131	Anexo B – Unidades Museológicas que perfazem a amostra, contactos e respectivos responsáveis técnicos.
134	Anexo C – Localização geográfica das unidades museológicas.
136	Anexo D – Tutela e data de criação das unidades museológicas.
138	Anexo E – Documentação Projecto Ecomuseu da Região de Piemonte constituída pelo texto da Lei Regional n.º31/1995, de 14 de Março com a respectiva rectificação da Lei Regional 23/1998, de 17 de Agosto que Instituem os Ecomuseus na Região de Piemonte (Itália) e o formulário de candidatura para criação de ecomuseus.
155	Anexo F – Ficha de Questionário.



LISTA DE ABREVIATURAS

- ICOM** Conselho Internacional de Museus
- UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura
- PROCÔA** Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa.
- APOM** Associação Portuguesa de Museologia
- IFP** Instituto Franco-Português
- IPPC** Instituto Português do Património Cultural
- ADPs** Associações de Defesa do Património
- MINOM** Movimento Internacional para uma Nova Museologia
- CRACAP** Centro de Investigação, Animação Cultural e Criação para as Artes Plásticas
- IPM** Instituto Português de Museus
- INE** Instituto Nacional de Estatística
- ANMP** Associação Nacional de Municípios Portugueses
- OAC** Observatório das Actividades Culturais
- UM** Unidade(s) Museológica(s)
- SEC** Secretaria de Estado da Cultura
- SEA** Secretaria de Estado do Ambiente
- SNPRPP** Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico
- SNPRCN** Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
- RPM** Rede Portuguesa de Museus
- IPCR** Instituto Português de Conservação e Restauro
- DGEMN** Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
- IPPAR** Instituto Português do Património Arquitectónico
- IPA** Instituto Português de Arqueologia
- CAM** Campo Arqueológico de Mértola
- EC+SM** Escola Ciclo + Secundária de Mértola
- SCMM** Santa Casa da Misericórdia de Mértola
- COTM** Cooperativa Oficina de Tecelagem de Mértola
- ADPM** Associação de Defesa do Património de Mértola
- IGESPAR, I.P.** Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
- IMC, I.P.** Instituto dos Museus e da Conservação
- CE** Comunidade Europeia



ÍNDICE DE TABELAS

- 52 Tabela I – Identificação das unidades museológicas que perfazem a amostra
- 54 Tabela II – Definição dos objectivos a atingir com cada grupo de questões que estruturam o questionário.
- 65 Tabela III – Análise das unidades museológicas em funcionamento segundo os índices de análise.

ÍNDICE DE QUADROS

- 58 Quadro I – Caracterização da amostra pela tutela segundo a criação.
- 59 Quadro II – Caracterização da amostra pela tutela segundo a situação actual.
- 62 Quadro III – Caracterização da amostra pela tutela segundo os recursos humanos.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 57 Gráfico I – Definição da tutela das unidades museológicas que perfazem a amostra.
- 58 Gráfico II – Situação actual das unidades museológicas.
- 59 Gráfico III – Caracterização da amostra pela tutela segundo a situação actual.
- 60 Gráfico IV – Número de núcleos / património *in situ* por unidade museológica.
- 61 Gráfico V – Tipo de bens predominantes no acervo das unidades museológicas.

INTRODUÇÃO

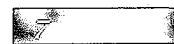
O recenseamento aos museus portugueses, desenvolvido entre 1999 e 2000, foi das primeiras iniciativas do Estado desencadeadas no sentido de obter um conhecimento mais profundo do panorama museológico nacional. Contudo o seu carácter generalista não possibilita um conhecimento diferenciado das tipologias de museus existentes. Este facto, aliado à preferência pessoal pela temática da ecomuseologia e à ratificação de uma lei – a Lei Quadro dos Museus Portugueses – em que se incluem apenas dois conceitos, o de «museu» e o de «coleção visitável», e que condiciona a criação de museus em Portugal levou à escolha do objecto do presente estudo – a Ecomuseologia em Portugal.

Os principais objectivos do objecto do presente estudo são: procurar ecomuseus no panorama museológico nacional; perceber a(s) causa(s) da indiferença a que é vetada a ecomuseologia pelos organismos estatais competentes; depreender porque é que a ecomuseologia, salvo casos excepcionais, não é o motor do desenvolvimento sustentável das regiões ditas “deprimidas”; compreender a relação existente entre a legislação nacional e os ecomuseus. A estes objectivos associa-se um propósito: tentar contribuir para o desenvolvimento do estudo da ecomuseologia e, conseqüentemente, para o conhecimento dos ecomuseus existentes em Portugal.

Para ir ao encontro dos objectivos propostos constatamos que seria necessário um estudo prévio às noções e conceitos da ecomuseologia e, conseqüentemente, da “nova” museologia e respectivos textos base e a sua difusão em Portugal antes de procedermos à selecção, análise e censo dos ecomuseus nacionais. Também se verificou indispensável efectuar uma síntese histórica da revolução de 1974 até à actualidade, dos acontecimentos e medidas estatais que contribuíram para a renovação museológica nacional após o 25 de Abril, assim como a análise à legislação nacional sobre os patrimónios cultural e natural e museus e a sua possível relação com os ecomuseus.

(Elegido) o objecto do presente estudo e os seus principais objectivos foi considerada, inicialmente, a hipótese de fazer um censo à totalidade dos ecomuseus nacionais. Cedo constatamos que este seria um trabalho hercúleo para uma dissertação de mestrado. Afastada esta primeira hipótese devido, principalmente, à proliferação de notícias sobre museus em projecto e/ou funcionamento, que fazem referência à ecomuseologia como modelo a adoptar, anunciadas pelas mais diversas entidades a nível nacional e de «unidades museológicas» que se auto-denominam «ecomuseu», foi necessário reformular a ideia inicial.

Face ao exposto, para ir ao encontro dos objectivos propostos e para formular o censo aos ecomuseus nacionais o percurso da investigação desenvolve-se em seis etapas:



1. Levantamento de metodologias sobre o estudo de museus;
2. Pesquisa *on line* sobre ecomuseus e museus que fazem referência à ecomuseologia como modelo a adoptar;
3. Pesquisa bibliográfica e documental sobre ecomuseologia e textos base da “Nova” Museologia;
4. Elaboração do questionário;
5. Aplicação da metodologia proposta.

Assim, após as duas primeiras fases da investigação fica assente a utilização de uma amostra particular para se proceder ao censo, seleccionada de acordo com a definição do conceito de ecomuseu e com os objectivos a atingir, com a finalidade de obter uma ampla percepção do panorama ecomuseológico nacional. Define-se então a metodologia utilizada, a qual será explicitada exhaustivamente no primeiro subcapítulo, do capítulo I da Segunda Parte deste trabalho. De salientar que a metodologia adoptada privilegia o trabalho de campo através das visitas e entrevistas aos responsáveis e/ou animadores das unidades museológicas seleccionadas.

O trabalho de campo toma um carácter prioritário tornando-se a base de todo o censo aos ecomuseus a nível nacional e, conseqüentemente, da agregação de informações sobre os ecomuseus seleccionados. Contudo, essa e outras informações indispensáveis para a elaboração do presente trabalho são congregadas mediante uma vasta compilação de fontes, constituídas por:

- Informação *on line*;
- Documentos oficiais, tais como legislação, regulamentos e protocolos;
- Documentação interna e externa produzida pelos museus, como relatórios, comunicações, folhetos, artigos, boletins, revistas, catálogos, monografias;
- Teses de licenciatura e mestrado;
- Textos de base da “Nova” Museologia;
- Monografias sobre Museologia, Ecomuseologia, “Nova” Museologia, Património, etc.

As dificuldades encontradas durante a investigação, censo e elaboração do presente trabalho são as inerentes à ausência de um levantamento dos ecomuseus nacionais colmatadas mediante a pesquisa de paralelos e, conseqüentemente, de informações e bibliografia sobre o mesmo, às limitações do trabalho de campo condicionado pela disponibilidade e parco orçamento que contribuiram para a escolha de uma amostra em detrimento da totalidade dos ecomuseus, ao carácter inédito do trabalho e à in experiência pessoal em tratamento estatístico dos dados que foi minorada com a ajuda de colegas e amigos, o que permitiu a concretização deste trabalho.

A sistematização e apresentação de resultados que corresponde à estrutura do presente trabalho, está organizada em três partes. A primeira parte, o enquadramento teórico desta dissertação, é

constituída apenas por um capítulo que por sua vez se divide em quatro subcapítulos, onde no primeiro se apresenta uma síntese sobre o conteúdo dos textos de base da “Nova” museologia se analisam e se tenta perceber o seu impacto a nível nacional, no segundo se explana o conceito de “Museu Integral” e no terceiro se pretende perceber o que é um ecomuseu através da sua concepção ideológica, da definição do seu conceito, segundo vários autores, e do respectivo desenvolvimento da ideologia. No quarto, e último subcapítulo, explanam-se as Reflexões e Considerações.

A segunda parte, referente à Ecomuseologia em Portugal, divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo, o exame aos ecomuseus nacionais, divide-se em três subcapítulos onde se apresenta no primeiro a metodologia utilizada para o efeito, no segundo a caracterização geral segundo as variáveis independentes e a análise segundo os indicadores, das unidades museológicas, e no terceiro as reflexões e considerações. O segundo capítulo divide-se em quatro subcapítulos, onde se pretende compreender a relação existente entre a legislação nacional e os ecomuseus. No primeiro, segundo e terceiro faz-se uma análise à legislação nacional no domínio do património cultural, do património natural e dos museus, respectivamente, e no quarto procede-se às reflexões e considerações. No terceiro capítulo efectua-se uma síntese histórica desde 1974 até à actualidade, dos acontecimentos e medidas estatais que contribuíram para a renovação museológica verificada em Portugal após o 25 de Abril. No único subcapítulo deste último capítulo explanam-se as reflexões e considerações.

A terceira parte, sobre A Ecomuseologia na Região de Piemonte – Análise Comparativa, é constituída por apenas um capítulo referente à criação e gestão de ecomuseus o qual se divide em três subcapítulos. No primeiro é analisada a lei regional para a criação e gestão de ecomuseus na Região de Piemonte, no segundo procede-se à análise comparativa com a legislação nacional sobre a criação de museus e no terceiro desenvolve-se um conjunto de reflexões e considerações sobre os assuntos tratados neste capítulo.

Após as Considerações Finais e as Fontes e Obras de Consulta utilizadas para a elaboração do presente trabalho são apresentados os Anexos.

Centrando-se este trabalho no estudo e análise de uma amostra dos ecomuseus nacionais deixa-se para posterior estudo a análise ao panorama ecomuseológico nacional.



PRIMEIRA PARTE

“NOVA” MUSEOLOGIA

E

ECOMUSEOLOGIA

-

IDEOLOGIAS, CONCEITOS E PRÁTICAS

I – “NOVOS” MUSEUS – “NOVAS” MUSEOLOGIAS

1. DA MESA-REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE À DECLARAÇÃO DE CARACAS

Não poderemos falar de “novos” museus e, conseqüentemente, de “novas” museologias sem analisarmos quatro documentos basilares que traduzem o pensar e o saber museológico da segunda metade do século XX. Estes documentos são os pilares de uma “nova” museologia, os quais deram origem à criação de vários outros documentos e influenciam a prática museológica actual.

Referimo-nos aos documentos elaborados, no seio do ICOM e sob o auspício da UNESCO, na Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada no Chile em 1972, no I Atelier Internacional Ecomuseus / Nova Museologia, realizado no Quebec em 1984, na Reunião de Oaxtepec, efectuada no México em 1984 e na Reunião de Caracas, ocorrida na Venezuela em 1992.

Para percebermos e analisarmos estes documentos não nos poderemos esquecer do percurso histórico trilhado pelo continente Americano marcado pela colonização que, na maioria das vezes, cavou um sulco de identidades, de aniquilação de raças, de destruição de civilizações e de tradições. Mas o desfasamento entre o norte e o sul do continente foi e é, ainda hoje, quase palpável nas áreas sociais, económicas e culturais; um continente marcado pelo estigma do desenvolvimento, a norte, e do subdesenvolvimento a sul.

A América Latina historicamente fustigada por conflitos sociais, económicos, políticos e ideológicos incentivou os profissionais da área da museologia a procurarem diagnosticar os problemas existentes nas áreas culturais, sociais e económicas e indicar soluções ou amenizar alguns dos problemas utilizando a Museologia.

Aproveitando este desejo de mudança e a total abertura por parte dos profissionais de museus o ICOM, com um apurado sentido de oportunidade, convocou uma “Mesa-Redonda” consagrada ao papel dos museus na América Latina, que se realizou na cidade de Santiago do Chile, de 20 a 31 de Maio de 1972.

Nesta “Mesa-Redonda” foram analisadas as transformações sociais, políticas, económicas e culturais do mundo e, mais especificamente, da América Latina, região em vias de desenvolvimento, o que culminou na consciencialização de que a humanidade se encontrava mergulhada numa profunda crise, desencadeada pelo progresso técnico-científico sem paralelo no campo cultural. Esta situação levou a profundas desigualdades e injustiças entre os povos e tornou-se um desafio para a museologia.

Para a resolução dos problemas detectados o museu propõe assumir um papel decisivo na consciencialização da comunidade em relação ao seu meio material, social e cultural. A instituição museu passa a trabalhar com a perspectiva de património global e, conseqüentemente, torna-se um instrumento de acção que contribui para a mudança social e para o desenvolvimento das comunidades. Define-se assim um novo conceito de acção do museu, integrado na vida comunitária: o Museu Integral.

Além das funções de recolha, investigação, conservação e divulgação o novo museu assume um papel decisivo na educação da comunidade e passa a ser um agente de desenvolvimento através da sua função social. Extravasa as portas do edifício e solicita a participação activa da comunidade e de profissionais de áreas afins, transformando-se num centro de pesquisa.

Reconhecendo a importância da interdisciplinaridade no contexto museológico, o museu trata de problemas relacionados com o meio onde se insere e com o desenvolvimento técnico-científico através da sua acção educativa, e reconhece ser necessária uma descentralização da sua acção, propondo a utilização da exposição itinerante, assim como uma formação de nível médio e/ou superior dos seus técnicos, com a necessidade de especializações no estrangeiro.

Doze anos depois, mais concretamente em Outubro de 1984, realizou-se no Quebec o I Atelier Internacional Ecomuseus / Nova Museologia. O percurso iniciado em Santiago do Chile, com novas formas de museologia, fluiu no Quebec, com o reconhecimento de um novo movimento museológico – Movimento da Nova Museologia. Este movimento só viria a ser formalizado, sob a denominação de Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), durante o II Encontro Internacional Ecomuseus / Nova Museologia - Museus Locais que decorreu em Lisboa, em 1985, e institucionalizado dois anos depois através da filiação ^{ao} Conselho Internacional de Museus.

Neste documento a Nova Museologia aprofunda as questões da interdisciplinaridade contrariando a monodisciplinaridade e multidisciplinaridade da Museologia Tradicional e assume o seu carácter social tendo como objectivo o desenvolvimento comunitário. Preocupa-se não só em preservar os vestígios materiais das civilizações do passado mas também, e através da recolha, conservação, investigação, interpretação e divulgação adaptados a meios e projectos específicos, em resolver questões científicas, sociais, culturais e económicas manifestando-se de uma forma mais global.

Utilizando todos os meios de desenvolvimento, como novos meios de comunicação e gestão comuns ao conjunto da acção cultural, a museologia deve entender as suas funções tradicionais e atribuições direccionando a sua acção para as práticas ligadas ao meio humano e físico, aludindo e reflectindo a sua evolução e associando-o ao futuro.

“Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários defendidos pela comunidade internacional.”¹

No mesmo ano e no mesmo mês, na cidade Mexicana de Oaxtepec, realizou-se uma reunião consagrada à Ecomuseologia e Nova Museologia: “O homem e o seu meio”. O documento que daí resultou considera indissolúvel a relação Território – Património – Comunidade e propõe que a museologia, nova ou tradicional, leve o homem a confrontar-se com a sua realidade através de elementos tradicionais, representativos e simbólicos. Para tal é indispensável a participação comunitária através do diálogo, colocando a memória colectiva e as tradições ao lado do conhecimento científico, evitando assim o monólogo do especialista.

Considera o espaço territorial como área museográfica defendendo a preservação *in situ* do património e alega que o mesmo património se descontextualiza ao ser trasladado para um edifício. O território converte-se assim em património, ampliando-se a ideia de património cultural, apreendendo-o através de uma visão integrada da realidade.

Frisa a necessidade de fortalecer e criar acções que integrem vontades políticas, conhecimentos técnicos e avanços e descobertas científicas com a finalidade de preservar a cultura viva, a memória colectiva, o património material, o desenvolvimento socioeconómico e a dignidade humana. Para tal propõe a formação de promotores seleccionados na própria comunidade, a criação de estruturas associativas e de uma museografia popular, a participação de profissionais num diálogo constante com a comunidade e a assistência do Estado através das suas instituições.

Reforça a ideia avançada na Declaração de Quebec: a existência de uma dicotomia entre a Nova Museologia e a Museologia Tradicional.

Vinte anos após a Mesa-Redonda de Santiago do Chile e oito anos após as reuniões de Quebec e Oaxtepec, realizou-se em Caracas, Venezuela, de 16 de Janeiro a 06 de Fevereiro de 1992, o Seminário «A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios».

Após duas décadas verificou-se que os postulados da Mesa-Redonda de Santiago do Chile contribuíram para inúmeras realizações e experiências valiosas que, com a prestação tanto de instituições estatais e internacionais como associativas e até particulares transformaram o museu numa organização essencial para o desenvolvimento da comunidade. Postulados esses que continuam em vigor mas que requerem nova análise e reflexão para uma actualização de conceitos e renovação dos compromissos adquiridos.

A Declaração saída deste seminário explana as mudanças políticas, económicas e sociais verificadas na América Latina e no mundo nos últimos vinte anos, assim como as transformações conceptuais da instituição museu. Analisa o museu da América Latina e constata que este tem uma

¹ “Declaração de Quebec – Princípios de Base de uma Nova Museologia. Proposta; 1. Consideração de ordem universal” in PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 159.

“*missão transcendental a cumprir*”² através do fortalecimento da identidade cultural dos povos, da desmistificação da tecnologia, da preservação do meio ambiente e da relação homem-natureza-cultura, que formam um conjunto harmónico e indivisível.

Entre diversas actividades organizadas em três módulos foram tratados com especial ênfase os seguintes aspectos prioritários, extremamente relevantes para o desempenho do museu;

➤ Museu e Comunicação

O museu através da sua função museológica e comunicativa deve assumir-se como um verdadeiro protagonista do seu tempo na sua relação com os indivíduos e as comunidades usando códigos comuns e acessíveis e uma linguagem multidisciplinar, possibilitando e promovendo o diálogo activo do indivíduo com os objectos e mensagens culturais. Deve possibilitar o desenvolvimento integral da comunidade e dos indivíduos, através do conhecimento do seu passado, orientando o seu discurso comunicativo para o presente com a utilização de meios tecnológicos e de processos e instrumentos científicos;

➤ Museu e Património

O museu deve manifestar a sua preocupação perante a dispersão, desaparecimento e/ou destruição do património natural e cultural do seu país sublinhando a urgência da actualização da legislação referente à conservação e protecção do património e acentuar o papel do Estado como guardião do património que garante a sua conservação e integridade. Contudo, deve desenvolver estratégias para permitir também a participação da sociedade civil na protecção e valorização do património assim como na investigação para ratificação dos seus próprios valores;

➤ Museu e Liderança

O museu deve possuir conhecimento total da realidade socioeconómica a que pertence através da definição dos seus objectivos, da sua acção e da preparação do seu pessoal tendo em conta os índices de desenvolvimento humano. Deve assumir-se como gestor social indo ao encontro dos interesses do seu público, com uma linguagem actual como única possibilidade de transformar a realidade. Os museus especializados devem assumir a liderança nas suas áreas temáticas e de acção. Com o objectivo de formar uma consciência crítica na comunidade e no público, o museu propicia novas leituras do património;

➤ Museu e Gestão

A função do museu na comunidade deve estar intimamente ligada à sua gestão e deve ser planeada com base num diagnóstico das necessidades do museu e da comunidade onde está inserido. Esta sua função dever-se-á manifestar através de planos e programas de acções e intervenções a curto, médio e longo prazo. Para que a gestão do museu se revele um êxito este

² “Declaração de Caracas. 1. América Latina e o museu” in PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 176.

deve determinar as políticas de auto-financiamento, implementar políticas culturais coerentes e manter boas relações com os sectores do poder e outras organizações nacionais, internacionais, públicas e privadas;

➤ Museu e Recursos Humanos

Uma das novas prioridades dos museus é a de realçar os seus recursos humanos, visto que são estes os detentores do conhecimento e da criatividade, dando ênfase à formação profissional e, concludentemente, capacitando-os para darem as respostas adequadamente às necessidades das comunidades através de acertadas formas de comunicação. Incentivando a formação multidisciplinar do seu pessoal o museu está a valorizar este recurso estabelecendo parâmetros para o reconhecimento social, colocação profissional e remuneração económica de acordo com a sua formação e experiência.

Este documento redefine assim o conceito trabalhado na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de Museu Integral para o conceito de Museu Integrado na Comunidade, apresentando o museu da América Latina “*não só como uma instituição idónea para a valorização do património, mas, além disso, como instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo.*”³

Ao longo dos últimos 27 anos do séc. XX, estas quatro Declarações agitaram o mundo museológico e guiaram as novas metamorfoses do museu transformando-o em meio de comunicação e interveniente social por excelência, com a introdução de novas práticas museográficas mais eficazes. Iniciaram o ensino universitário da museologia, consolidaram a museologia enquanto ciência social e incentivaram o surgimento de novas tipologias de museus, tais como, ecomuseus, museus de vizinhança, comunitários, ao ar livre, locais, etc. Declarações que ainda continuam actuais e servem de base para a elaboração de outros documentos e de mentores para a criação de “novos” museus.

1.1. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

O primeiro documento, a Declaração de Santiago do Chile, emergiu de uma Mesa-Redonda realizada em Santiago do Chile numa época em que, a maioria das ditaduras militares da América Latina eram postas em causa.

No início da década de 70 do séc. XX grande parte da população dos países latino – americanos opunha-se aos regimes ditatoriais e procurava a implementação de regimes democráticos com o objectivo de melhorar as condições económicas e sociais, obter liberdade de expressão e, conseqüentemente, conquistar a possibilidade de se manifestar política e socialmente, enfim conquistar o direito ao exercício da sua cidadania.

³ “Declaração de Caracas. Conclusão” in PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p.189.

Foi neste clima tenso e ávido por mudanças que se realizou a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, a qual pode ser considerada como a primeira reunião de trabalho entre profissionais de diferentes áreas científicas, preocupada com a interdisciplinaridade no contexto museológico e que abriu a discussão sobre o papel do museu na sociedade. O documento que daí adveio propõe que a museologia estude a relação estabelecida entre o homem e o seu património cultural levando, assim, o museu a ser entendido como agente e meio de transformação social.

Tendo o museu por objectivo ajudar o homem a construir uma nova estrutura social, política, económica e cultural, ao museólogo passa a ser cobrada uma orientação política e ideológica e, consequentemente, passa a ser visto como um ser político devido, principalmente, ao facto de a instituição museu na América Latina assumir funções e desenvolver acções que noutros países competem ao Estado.

As mudanças verificadas nos países americanos a partir dos anos 70 do séc. XX também se manifestaram na educação, principalmente, devido a novas correntes pedagógicas levando os educadores a procurar as instituições museológicas como uma ampliação da escola. Surgem assim novos serviços e sectores educativos, cujo trabalho começa a ser elaborado noutra perspectiva e com objectivos mais amplos (acções de sensibilização, articulação entre o programa de acção educativa do museu e o programa nacional de educação, adaptação museográfica das exposições, formação específica para os educadores, etc.) do que a simples marcação de visitas guiadas e a elaboração de material didáctico. Consequentemente, sobre os novos processos pedagógicos recai um olhar mais atento na procura pela melhor forma de os adequar às acções de cariz museológico.

Após a Declaração de Santiago do Chile o museu inicia as suas funções de educador da comunidade e de agente de desenvolvimento social, factos que não mais poderão ser ignorados, nem pelo simples visitante/fruidor e muito menos pelos profissionais da área. Contudo, o seu papel ainda é o de "mestre", cheio de certezas e definidor de um discurso ainda monológico, apesar de revolucionário, na consciencialização do seu público sobre a conservação do património.

O facto de o museu ser ainda entendido como protagonista na realização das actividades com a comunidade não reduz a esta declaração o carácter inovador e revolucionário ao trazer para o contexto museológico as maiores transmutações conceituais: o conceito de Museu Integral.

As Declarações de Quebec e Oaxtepec reforçaram os postulados da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, consolidaram e institucionalizaram um novo movimento museológico, fortaleceram a ideia de interdisciplinaridade do museu interligando o passado ao presente para construir um futuro, valorizando integralmente o património nacional como unidade natureza-homem.

Estas duas declarações lançaram para a comunidade museológica algumas discussões conceituais pois, ao legitimarem o Movimento da Nova Museologia, criaram um antagonismo entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia. Este antagonismo levou à criação de quadros comparativos entre os

dois movimentos museológicos onde a museologia tradicional era apresentada como sendo aquela que se exercia dentro de um edifício, com uma colecção, para um público determinado e com uma função educadora e a nova museologia era apresentada como aquela que se exercia num território, trabalhando com o património em conjunto com uma comunidade participativa e activa onde o museu era entendido como um acto pedagógico para o desenvolvimento.

Numa primeira leitura a estes dois documentos poder-se-ia considerar que um novo movimento museológico se contrapunha a um movimento tradicional mas não nos poderemos esquecer que a museologia é uma “ciência” social e como todas as ciências sociais despertou para os acontecimentos mundiais e para as transformações ocorridas na sociedade. Concludentemente, pode-se considerar a nova museologia como uma actualização e uma forma mais contemporânea de agir da “ciência” museológica e não uma “nova” museologia incompatível com a “velha” museologia.

O documento extraído da reunião de Quebec é importante na medida em que reconheceu a existência de um novo movimento museológico mais activo, social, dialogante e tornou-o internacionalmente autónomo.

A importância da Declaração de Oaxtepec advém da consolidação da nova museologia e do conceito de museu integral e, principalmente, do conceito de conservação *in situ*. Tendo em consideração que, quando o objecto patrimonial dá entrada no museu perde a sua utilidade e contexto originais para adquirir o estatuto de preciosidade e um novo contexto, esta declaração veio permitir a permanência do património no seu contexto original e abrir caminho a novas tipologias de museu.

No espaço de 20 anos, entre as Declarações de Santiago do Chile e de Caracas, o fosso entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos tornou-se maior devido, principalmente, aos progressos técnico-científicos, ao fortalecimento dos blocos económicos e ao fenómeno da globalização, que contribui para a estandardização da cultura debelando as identidades culturais dos povos.

À semelhança da Declaração de Santiago do Chile em Caracas reconhece-se que o avanço técnico-científico permitiu à civilização grandes progressos materiais mas sem paridade no domínio cultural, denunciavam-se as injustiças e as desigualdades vividas no mundo e, muito particularmente, na América Latina.

O seminário de Caracas foi realizado numa época em que, na maioria dos países da América Latina já tinha sido adoptado um sistema político mais democrático. Em alguns casos esse sistema não conseguiu enquadrar-se nas realidades sociais, económicas e culturais dos países Latino-americanos, falhando o tão desejado objectivo de melhorar as condições económicas, sociais e culturais das populações. Muito pelo contrário, o novo sistema político veio agravar a crise, acelerar a mutação de valores e a desintegração sociocultural, contribuindo para um maior desfasamento entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos.



No documento resultante do seminário de Caracas é efectuada uma análise aos antecedentes, nomeadamente à importância e vigência dos postulados da Mesa-Redonda de Santiago do Chile e a sua ascendência no conceito actual de museu. Este documento apresenta uma mudança importante no conceito de museu exposto em Santiago do Chile: o conceito de museu integral evolui para o conceito de museu integrado na comunidade. O museu é dialogante com uma missão pedagógica que, em interacção com uma comunidade, contribui para a sua formação e co-gestão do património global.

O museu em Caracas já não ocupa o papel de “mestre” mas está integrado, equitativo e é o motor de desenvolvimento das comunidades, de educação pedagógica e apto para responder às mudanças económicas, sociais, políticas e culturais ocorridas no mundo contemporâneo através da adopção de modernos instrumentos utilizados pelas empresas do mercado concorrencial.

1.2. IMPACTO DOS DOCUMENTOS A NÍVEL NACIONAL

A maioria dos documentos aqui analisados teve em Portugal um impacto reduzido devido, principalmente, ao facto de a divulgação de textos e experiências nacionais e internacionais ser muito escassa contando apenas, e durante alguns anos, com os boletins e informações editados pela APOM e pelo ICOM Portugal.⁴ Acresce o facto de estas publicações não terem uma divulgação massiva a nível nacional restringindo-se ao pequeno núcleo de profissionais dos museus mais conceituados e museus regionais e locais implantados nas principais áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, salvo raras excepções.

A ausência de uma forma jurídica e institucional que fizesse o elo de ligação entre os vários museus existentes - nacionais, regionais e locais - e as experiências em curso, contribuiu para esta situação de isolamento. Acresce ainda o facto de os únicos profissionais cujas instituições podiam depender de verbas para a sua participação em encontros internacionais, pertencerem aos quadros dos museus nacionais.⁵

A divulgação em Portugal das experiências internacionais e da documentação referente à Nova Museologia contou com o apoio especial do museólogo Hugues de Varine, residente em Lisboa de 1982 a 1984 como Director do IFP. A sua actividade contribuiu para a intensificação de intercâmbios entre os dois países, nomeadamente os contactos com a realidade museológica francesa através de estágios e de visitas de estudo de estudantes portugueses a museus franceses.

⁴ Destacamos ainda publicações periódicas de âmbito local relacionadas com a arqueologia, a história e o património editadas pelas associações culturais e de defesa do património que emergiram por todo o país após o 25 de Abril. Muitas tiveram uma existência efémera mas uma em particular conseguiu atingir um âmbito nacional e tomar-se numa das publicações nacionais mais conceituadas nas áreas da arqueologia, património e história local - a revista *al-madan* publicada pelo Centro de Arqueologia de Almada desde 1982.

⁵ Com a Revolução de 1974 expandiram-se os contactos com o exterior e, nomeadamente, com as experiências museológicas e o desenvolvimento de novas teorias possibilitando aos profissionais de museus participar em encontros internacionais de reflexão e debate. Todavia, esta participação restringia-se a profissionais de museus, da classe dos conservadores de museus, das instituições nacionais mais importantes. (CAMACHO, 1999, p. 151)

Durante a sua curta estadia concedeu apoio a algumas experiências locais portuguesas, das quais se destaca a do Seixal, e colaborou na *Semana de Reflexão sobre Museus e Património Cultural Regional* organizada pelo IPPC e pelo IFP. Esta *Semana de Reflexão* que decorreu em Lisboa, de 12 a 16 de Dezembro de 1983, foi, segundo Clara Camacho, “a única iniciativa de reflexão e debate no campo museológico visando os níveis regionais e/ou locais, promovida directamente pelo IPPC no período da sua vigência”⁶. Das quase sete dezenas de participantes a maioria pertenciam aos quadros do instituto contando-se com a participação de apenas cinco câmaras municipais, quatro museus municipais, dois museus das Juntas Distritais e duas ADPs.⁷

A influência de Hugues de Varine também se fez sentir na viagem de estudo efectuada em 1983 pelos finalistas do curso de conservadores de museus, promovido pelo IPPC, aos grandes museus de Paris e aos inovadores projectos da ecomuseologia francesa⁸. Esta viagem permitiu o contacto com os responsáveis das instituições visitadas, assim como a aquisição de novos conhecimentos e o enriquecimento pessoal e profissional de um grupo de jovens que formaria a nova geração de museólogos directamente responsável pela divulgação do pensamento museológico internacional, pela implementação das novas ideologias museológicas e, conseqüentemente, pela difusão dos seus documentos específicos em Portugal.⁹

Todavia, um dos documentos aqui analisados teve um impacto inigualável a nível nacional. Estamos a falar da Declaração de Quebec cujo encontro internacional que teve na sua génese – I *Atelier* Internacional sobre Nova Museologia / Ecomuseus – contou pela primeira vez com a presença de profissionais portugueses ligados a projectos locais.

A participação dos museólogos portugueses - Dr.^a Maria Manuela Carrasco e Dr. Mário Moutinho, do Museu Etnográfico de Monte Redondo e Dr. António Nabais, do Ecomuseu Municipal do Seixal – permitiu-lhes aprofundar conhecimentos, partilhar experiências, divulgar duas experiências portuguesas e garantir o acesso ao novo organismo internacional da Nova Museologia.¹⁰

Um dos objectivos principais deste *Atelier* era a organização de uma estrutura internacional da Nova Museologia e para lhe dar forma e a oficializar em 1985, no II *Atelier* Internacional sobre Nova Museologia, foi criado um grupo de trabalho provisório com as seguintes competências: clarificar e formular os objectivos, redigir os estatutos e prever as modalidades de financiamento da nova associação; redigir as actas do colóquio; desenvolver um plano trienal de encontros; promover a

⁶ CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património (dact.), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 138.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*, p. 147.

⁹ Os encontros organizados pelo ICOM e respectiva divulgação das suas conclusões, através dos seus comités nacionais, em conjunto com os resultados das actividades de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine foram os únicos elos de ligação entre novas experiências e profissionais de museus de todo o mundo.

¹⁰ NABAIS, António (Nov.84/Nov.85), “I Colóquio Internacional sobre Nova Museologia/Ecomuseus” in *REVISTA al-madam* nº4-5, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 69.

colaboração internacional; garantir a ligação à comissão organizadora do II *Atelier* e preparar a divulgação da Declaração de Quebec.

Para a museologia portuguesa os factos mais pertinentes, que contribuiriam para a divulgação da nova museologia portuguesa e o seu reconhecimento internacional foi a nomeação para este grupo de trabalho provisório do Dr. Mário Moutinho e a escolha de Lisboa para anfitriã do II *Atelier* Internacional.

Segundo Mário Moutinho¹¹ a proposta apresentada pelos três representantes portugueses para a realização em Lisboa do II *Atelier* foi aceite e deixou-lhes pouco tempo para reflectir sobre a responsabilidade assumida. Contudo, na génese da decisão de candidatar Lisboa a anfitriã do II *Atelier* esteve a constatação de que em Portugal também existia um importante movimento museológico que agia em consonância com a ideologia do que se vinha revelando como «nova museologia», que cada grupo trabalhava isoladamente muitas vezes tolerados e apoiados pelo poder local, que as instituições estatais da área da cultura ignoravam tais grupos e que o isolamento era prejudicial ao desenvolvimento da nova ideologia.

Contudo, a constatação de “*que uma reunião semelhante em Portugal seria a forma mais eficaz de contribuir para a criação de laços entre os diferentes projectos, para afirmar que a acção de tantos museus locais se enquadravam num movimento mais amplo, que era tempo das instituições do poder reconhecerem por sua vez o papel essencial dos novos museus que pela sua potencialidade, podiam e participavam no desenvolvimento geral do país*”¹², e a garantia do apoio incondicional de Hugues de Varine na realização do *atelier* pesou na decisão do grupo português.

O II *Atelier* Internacional sobre Nova Museologia ficou definido: foram escolhidos os temas – Ligação entre Museus e Poderes Públicos, Afirmação do movimento da Nova Museologia, Organização de uma Acção de Formação – a duração – três dias de reuniões e dois de visitas – o local onde se iriam realizar as reuniões – as instalações do IFP em Lisboa¹³ – e o comité organizador – António Nabais, coordenador, (Ecomuseu Municipal do Seixal); Maria Manuela Carrasco e Mário Moutinho (Museu Etnográfico de Monte Redondo); Hugues de Varine (Director do IFP em Lisboa); Pierre Mayrand (Ecomuseu de Haute Beauce, Quebec); Evelyne Lahalle (França); Marc Maure (Noruega); Etienne Bernard (Bélgica).¹⁴

Foram efectuadas várias reuniões entre o comité organizador e o grupo de trabalho provisório para delinear o *Atelier* e onde se definiram o programa, os apoios e a divulgação com a organização de uma reunião em Lisboa para a qual foram convidados os representantes de vários organismos e museus portugueses e onde marcaram presença apenas os representantes do Centro Cultural de Condeixa, do

¹¹ MOUTINHO, Mário (1989), *Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do museu*, Cadernos de Património n.º5, Museu Etnográfico Monte Redondo, Monte Redondo, in <http://www.museumonteredondo.net>, extraído a 21/08/2006, p. 23.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

¹⁴ NABAIS, António (Nov.84/Nov.85), “I Colóquio Internacional sobre Nova Museologia/Ecomuseus” in REVISTA *al-madan* n.º4-5, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 69.

Parque Natural da Serra da Estrela, do Ecomuseu Municipal do Seixal, dos museus de Beja, Benavente, Monte Redondo, Mértola, Estremoz e Alcochete e observadores da Associação de Arqueologia Industrial. A finalidade desta reunião era a difusão dos resultados do I *Atelier*, particularmente os conteúdos das Declarações de Santiago do Chile e de Quebec, e a divulgação e objectivos do II *Atelier*. Este trabalho desenvolvido *a priori* possibilitou a participação de, aproximadamente, 70 representantes de museus portugueses no II *Atelier* Internacional sobre Nova Museologia / Museus Locais.¹⁵

Poderemos destacar vários impactos a nível internacional e nacional do II *Atelier*:

- ✓ A criação do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia;
- ✓ A realização pela primeira vez em Portugal de um importante encontro internacional com a participação de representantes de museus locais;
- ✓ A difusão nacional da ideologia da Nova Museologia / Ecomuseologia através dos seus mais importantes documentos – A Declaração de Santiago do Chile, a Declaração de Quebec e a Declaração de Oaxtepec;
- ✓ O intercâmbio entre experiências nacionais e a sua visibilidade;
- ✓ A possibilidade de travar conhecimento com museólogos de renome mundial;
- ✓ A criação posterior do Grupo MINOM/Portugal que efectuou a divulgação alargada dos conceitos da Nova Museologia com a realização anual do encontro intitulado *Jornadas sobre a Função Social do Museu*, a partir de 1988, e funcionou como instrumento de divulgação do pensamento e práticas museológicas nacionais.

Nos anos seguintes à realização do *atelier* a difusão de experiências e de documentação relevante para o estudo e conhecimento das novas tendências museológicas foi efectuada de forma indirecta através dos encontros organizados e apoiados a nível nacional pelo já citado Grupo MINOM/Portugal, nas suas *Jornadas sobre a Função Social do Museu* e nos *Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias* que tiveram a sua primeira edição em 1990.¹⁶

Salientamos ainda que os *Encontros Nacionais de Museologia e Autarquias* partiram da iniciativa do curso de pós-graduação em Museologia Social, da Universidade Autónoma de Lisboa, e são organizados anualmente por uma autarquia nacional em conjunto com Grupo MINOM/Portugal. A influência deste grupo estende-se também à formação académica¹⁷ e, inevitavelmente, à formação em museologia social dos futuros museólogos portugueses o que contribuirá para a criação de uma nova geração de museólogos responsáveis pela difusão nacional da ideologia da Nova Museologia.

¹⁵ MOUTINHO, Mário (1989), *Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do museu*, Cadernos de Património n.º5, Museu Etnográfico Monte Redondo, Monte Redondo, in <http://www.museumonteredondo.net>, extraído a 21/08/2006, p. 23.

¹⁶ LOPES, César (2000), “El Agrupamiento MINOM/Portugal” in *Separata da Revista de Museologia, Museus y museologias en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, Edición Asociación Española de Museología, Madrid, p. 188.

¹⁷ Apoiou a criação de um curso de museologia social, entre 1989 e 1991, na Universidade Autónoma de Lisboa e a partir de 1991 na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. De salientar que o quadro docente deste curso é constituído por sócios do Grupo MINOM/Portugal e conta com a participação de professores convidados das Universidades do Brasil e Quebec. (LOPES, 2000, p. 189)

2. CONCEITO DE "MUSEU INTEGRAL"

Embebidos das novas ideologias europeias¹⁸ e impelidos pelos ventos de mudança que se faziam sentir nos países da América Latina, os participantes da Mesa-Redonda de Santiago do Chile esboçaram as linhas mestras de um novo conceito de museu: o Museu Integral.

Ao salientarem que a condição essencial para a integração do museu na vida da sociedade é a sua tomada *"de consciência da situação actual, e das diferentes soluções que se podem vislumbrar para melhorá-la"*¹⁹, e ainda que *"os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade"*²⁰, os participantes desta Mesa Redonda concluíram que:

*"... o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção, situando suas actividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais."*²¹

Concludentemente, o Museu Integral é um tipo de museu que se adapta à situação dos países da América Latina: aberto à interdisciplinaridade; consciente dos problemas da América Latina e do desenvolvimento antropológico, socioeconómico e tecnológico desta; principal motor de salvaguarda, conservação e divulgação do património cultural; acessível à população e às instituições públicas, religiosas e privadas; utilizador de modernas técnicas museográficas para uma melhor comunicação entre o objecto e o visitante; autoavaliador da sua acção junto da comunidade; estimulador do desenvolvimento tecnológico e difusor do conhecimento técnico-científico; comunicante e educador permanente da comunidade.

Após vários anos de experiências práticas o conceito de Museu Integral foi retomado e melhorado na Reunião de Oaxtepec, com o alargamento do conceito de património cultural e a musealização do património *in situ*.

Esta Declaração, ao considerar os termos território – património – comunidade uma unidade indissolúvel, amplia os princípios base do museu tradicional *"a um território, a um património integrado e a uma comunidade participativa"*²². E vai mais longe ao apelar à participação da comunidade através do

¹⁸ Numa breve análise à Declaração de Santiago do Chile, Georges Henri Rivière apresenta as principais conclusões onde afirma que os participantes adoptaram "um novo tipo de museu: o museu integral, réplica do ecomuseu europeu e africano" (RIVIÈRE, 1993, p. 91).

¹⁹ "Declaração de Santiago do Chile" in PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 80.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Idem*, p. 81.

²² "Declaração de Oaxtepec" in MOUTINHO, Mário (1989), *Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do museu*, Museu Etnográfico Monte Redondo, Cadernos de Património, n.º5, Monte Redondo, in <http://www.museumonteredondo.net>, extraído a 21/08/2006, p. 44.

diálogo, colocar a memória colectiva e as tradições ao lado do conhecimento científico, considerar o espaço territorial como âmbito museográfico e defender a conservação do património no seu contexto original. Ao assimilar os conceitos de ecomuseologia e, conseqüentemente, da nova museologia esta declaração define o novo museu como um *“acto pedagógico para o ecodesenvolvimento.”*²³

Refere ainda que o património não é só propriedade mas também herança da comunidade e define-se *“como tudo aquilo que é função e resultado da actividade humana dentro da relação entre o homem e o seu meio. O território converte-se em património uma vez que passa a ser recurso para o homem”*²⁴ e que *“sendo a comunidade pluridimensional, (...) é necessário fortalecer e delinear acções que integrem vontades políticas a nível consciente, a fim de preservar a cultura viva, o património material, o desenvolvimento socioeconómico e a dignidade humana.”*²⁵

Na Declaração de Caracas retoma-se e redefine-se o conceito de Museu Integral para Museu Integrado na Comunidade, ao se analisar a Declaração de Santiago do Chile e as mudanças sociais, políticas e culturais operadas nos países da América Latina nos 20 anos que as separam.

À instituição museu são impostos novos desafios pelo seu meio social, pela comunidade à qual pertence e pelo público com o qual comunica. A estes desafios o museu deve retorquir como *“espaço de relação entre os indivíduos o seu património”*²⁶, ao proporcionar o reconhecimento colectivo e estimular a consciência crítica, coadjuvar a sua relação com os dirigentes políticos, expandir a linguagem museológica como *“mensagem aberta, democrática e participativa”*²⁷, reflectir as diversas linguagens culturais tornando-as compreensíveis pela maioria, rever o conceito tradicional de património museológico onde o meio envolvente seja ponto de partida e de referência obrigatória, gerir o património através do inventário, lutar pelo reconhecimento social, estabilidade e remuneração do profissional dos museus e dar prioridade à sua formação profissional e criar meios e processos de administração e captação de recursos como base para uma gestão mais eficiente e eficaz.

Através da análise e reflexão da relação do museu com o seu meio social, político, económico e ambiental os participantes concluíram que *“a nova dimensão do museu é a de ser protagonista do seu tempo”*²⁸. Em conjunto com os profissionais do museu, principalmente, os seus directores, as instâncias de poder e a comunidade devem assumir a dinâmica da mudança de instituição protectora do património para instrumento idóneo dos processos de desenvolvimento equilibrado, fazendo uso da interdisciplinaridade, proporcionador de um maior bem-estar colectivo.

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

²⁵ *Idem.*

²⁶ “Declaração de Caracas.” in PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 188.

²⁷ *Idem.*

²⁸ *Idem*, p. 189.

3. O QUE É UM ECOMUSEU?

3.1. DA CONCEPÇÃO IDEOLÓGICA À SUA DENOMINAÇÃO

Poderemos afirmar que a concepção do ecomuseu foi fruto de todas as experiências de Georges Henri Rivière²⁹, “*que queria sempre considerar à vez o passado, o presente e o futuro, a geologia, o clima e a história, os valores e as obras do homem. Enciclopedismo e vontade de compreender as interações. Grandes sínteses e respeito até à mais pequena parcela de território*”³⁰. De salientar que foi como director do ICOM e depois como seu conselheiro permanente que fomentou e desenvolveu acções de divulgação, evolução e implementação da ciência museológica e, principalmente, tornou o ICOM num espaço de discussão e fermentação de ideologias entre os museólogos de todo o mundo e, conseqüentemente, um elo de ligação entre as diversas experiências.³¹

O Ecomuseu deriva de uma reflexão relacionada teoricamente com as experiências ³² dos «museus de ar livre», ³³ Alemã dos «Heimatismuseen» e Americana de «casa do parque» e com as novas tendências e mentalidades que emergiram da «revolução romântica»³⁴ de Maio de 1968³⁴ e praticamente com o Museu de Bretanha, em Rennes, iniciado em 1947 e terminado em 1975, com o Museu de Níger em, Niamey, iniciado em 1958 e terminado em 1970, com os museus de vizinhança/bairro dos Estados Unidos, principalmente o de Anacostia, com as experiências museológicas desenvolvidas no seio dos Parques Naturais Franceses, como na ilha de Ouessant, Camargue e Grande Lande, junto aos parques naturais regionais de Armorique, de Camargue e de Landes de Gascogne, respectivamente, com a Casa do Museu no México, primeira experiência de «museu integrab» e com o Museu do Homem e da Indústria na comunidade urbana de Le Creusot - Montceau-Les-Mines.³⁵

Contudo, o ecomuseu beneficiou de algumas circunstâncias políticas, de finais dos anos cinquenta e inícios dos anos sessenta, originadas pela constatação estatal de uma série de problemas que

²⁹ A sua carreira de conservador começou em 1928 como braço direito do Doutor Paul Rivet, director do Museu de Etnografia de Paris.

³⁰ LEROUX-DHUY, Jean- François (1993), “Treinta años para cuatro creaciones esenciales”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p.46.

³¹ Foi Director do ICOM de 1948 a 1964 e, posteriormente, conselheiro permanente. Cargo que lhe permitiu desenvolver experiências inovadoras que frutificaram na “Nova Museologia” e na sua grande criação o Ecomuseu.

³² Os «museus ao ar livre» surgiram na Suécia como forma de preservar uma cultura material e imaterial europeia que estava a desaparecer ao ritmo da evolução tecnológica e, conseqüentemente, da revolução industrial de finais do século XIX. Georges Henri Rivière absorveu nesse novo conceito de museu, e consciente de que seria o ideal para conservar os testemunhos do património arquitectónico rural francês, defendia a ideia de criar museus ao ar livre em todo o interior rural de França.

³³ As «casas de parque» surgiram como centros de informação, iniciação e animação dos parques naturais americanos e situavam-se à entrada ou no seio destes.

³⁴ Contestação global que emergiu espontaneamente em Paris, fruto da efervescência cultural que vinha solidificando desde o imediato pós-guerra onde os museus se converteram em ponto de mira, coincidindo com uma generalizada consciencialização do valor social e da democratização da cultura.

Sobre esta revolução, Luís Alonso Fernández escreve, na página 81 do seu livro *Museologia y Museografía*, que “Em Maio de 1968 estudantes e profissionais protestaram ardentemente contra a realidade e a imagem balzaquiana do conservador e suas colecções poeirentas no museu, convertendo-se em expressão sintomática dessa crise de identidade e confusão funcional que representava esta secular instituição frente às aspirações de vitalismo e dinamismo que exigia a demanda popular, reclamando a sua supressão”.

³⁵ Este museu, fundado em 1971 por Marcel Evrard, Jo Lyonnet e Hugues de Varine, converteu-se em Ecomuseu após a montagem de uma exposição permanente evolutiva referente ao espaço da comunidade urbana através dos tempos (RIVIÈRE, 1993, p. 190) e é considerado por muitos especialistas como o primeiro ecomuseu.

geraram um centralismo exagerado, tais como o êxodo e diminuição do nível de vida das populações das regiões mais desfavorecidas, o aumento da população e concentração industrial nas grandes cidades, reforço de uma política centralista e ausência de uma política económica. Consequentemente, a partir de 1963 o Estado francês inicia uma política de desenvolvimento dos recursos do país com a aposta económica no turismo e no ordenamento do território.

O desenvolvimento do turismo inclui a preparação de certas regiões para uma adequada recepção aos turistas, tais como o litoral e o interior rural em risco de despovoamento acelerado e, consequentemente, de perda da sua identidade. Para a sua revitalização o Estado adopta, em 1967, uma política de criação de parques naturais regionais³⁶ com a implementação no seu seio de museus de ar livre³⁷, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Estes novos museus são criados em torno dos testemunhos do património rural francês, através da etnologia regional, da ecologia, da geologia e da história, nasceram de um novo contexto social e cultural e caracterizaram-se como antíteses ao museu tradicional. Ou seja, a sua essência vai mais além da dos museus de ar livre pois trata das relações entre o homem e o seu meio num ambiente preservado e revitalizado através da conservação da natureza, da investigação patrimonial numa perspectiva de interdisciplinaridade e da participação comunitária.

A política de criação de parques naturais regionais teria em conta a diversidade regional do país e a consciência de que cada região carecia de tratamento diferenciado e uma correcta solução, o que implicou o desenvolvimento dos trabalhos com uma metodologia adequada³⁸. Este facto levou, em 1973 e no seio da Conferência Permanente dos Parques, à formação de um grupo de trabalho intitulado «Comissão de Museologia», cujo mentor e conselheiro permanente seria Georges Henri Rivière.³⁹

Para esta nova tipologia de museu ou, mais concretamente, para uma prática museológica tão inovadora impunha-se uma denominação mais adequada do que a palavra «museu»⁴⁰. Tal palavra surgiu numa reunião entre Georges Henri Rivière, Serge Antoine, assessor do Ministro do Meio Ambiente Francês, e Hugues de Varine, na primavera de 1971. Após várias tentativas Hugues de Varine proferiu a

³⁶ Para a definição da política que se desenvolveria nos parques foi celebrada, de 25 de Setembro a 1 de Outubro de 1966, em Lurs as "Jornadas de estudo sobre os parques naturais regionais", com a presença de vários ministros e uma centena de altos funcionários, peritos e investigadores, onde Georges Henri Rivière defendeu a ideia de que o eixo central para a conservação do património dos parques deve ser a criação de museus de casa – museus ao ar livre para preservar a arquitectura rural porque *as sociedades se expressam totalmente na sua arquitectura* (RIVIÈRE, 1993, p. 197).

³⁷ O primeiro museu ao ar livre francês foi inaugurado em 1969 em Marquèze, primeiro como museu ao ar livre de Landes de Gascogne e, posteriormente como ecomuseu de Grande Lande, no seio do Parque Natural de Landes de Gascogne.

³⁸ A consciencialização dos responsáveis dos parques para a importância da conservação do património e a consequente implementação de uma política adequada não foi tarefa fácil. Pelo meio ficaram projectos por concretizar e, mais grave, certos habitats desapareceram ou foram alterados irreversivelmente por acções de conservação realizadas sem qualquer método.

³⁹ Apesar da palavra *ecomuseu* ter sido inventada em 1971 o seu conceito ficou por definir assim como a sua nova forma. Numa tentativa de colmatar estas e outras lacunas, e a pedido de colegas conservadores dos parques naturais regionais, Jean-Pierre Gestin, Conservador do Parque Natural Regional de Armorique, formou o grupo de trabalho intitulado "Comissão de Museologia".

⁴⁰ Hugues de Varine relembra que *Antoine mostrava-se reticente: o museu, de nenhuma maneira, podia ser objecto de uma declaração verdadeiramente inovadora. Falar da utilidade do museu ao serviço do meio ambiente provocaria risos por parte de uma instituição considerada responsável por um «passado poeirento»*. (BOLAÑOS, 2002, 282)

palavra «ecomuseu», através da junção das palavras ecologia e museu.⁴¹ Segundo o seu criador, Hugues de Varine, a palavra *ecomuseu* é constituída “*pelo factor «museu» que se refere exclusivamente à linguagem das coisas reais e pelo prefixo «eco» que se refere a uma noção da ecologia humana e às relações dinâmicas que o homem e a sociedade estabelecem com as suas tradições, o seu ambiente e os processos de transformação desses elementos, quando atingirem um certo estado de consciência da sua responsabilidade de criadores.*”⁴²

Foi pronunciada oficialmente pela primeira vez pelo Ministro do Meio Ambiente Roger Poujade, a 3 de Setembro de 1971 em Dijon, na IX Conferência Geral de Museus organizada pelo ICOM em Paris, Gijon e Grenoble.

3.2. “DEFINIÇÃO” DE UM CONCEITO

O Ecomuseu é uma instituição de difícil definição porque, segundo o seu mentor Georges Henri Rivière, não cessa de evoluir, conseqüentemente é sempre nova e dinâmica e o seu conceito evolutivo e adaptável aos diferentes ecossistemas naturais e comunidades humanas que neles se integram.

Em 1972 no colóquio internacional “Museus e meio ambiente”, organizado pelo Conselho Internacional de Museus em colaboração com o Ministério do Ambiente que decorreu de 25 a 30 de Setembro em Burdeos, Istres, Lourmarin e Paris⁴³, foi definido pela primeira vez o ecomuseu nos seguintes termos:

“O *ecomuseu*

Para um museu especificamente do meio ambiente.

A todos os museus que têm a sua sede num ambiente rural ou urbano e cujo programa coincide com esse ambiente, é pedido, de acordo com as possibilidades da instituição:

a) *Realizar ou ajudar a realizar um estudo intensivo deste ambiente, de carácter interdisciplinar, sob os seus aspectos de património e de desenvolvimento culturais e naturais, acentuando as transformações dos sistemas de relações que constituem o ambiente.*

b) *Realizar ou ajudar a realizar os fundos de documentos relativos a este ambiente, cobrindo as diversas formas descritas, criados pelo museu ou emprestados de outras fontes úteis, mas acessíveis a todos.*

c) *Empreender, ou ajudar a empreender, uma política de aquisições de séries tipológicas e conjuntos ecológicos de objectos e de espécimes, representativos deste ambiente.*

d) *Comunicar ao público os bens culturais e naturais assim reunidos; directamente sob a forma de apresentações permanentes, temporárias e itinerantes, e de estojos colmados se for caso disso de meios audiovisuais,*

⁴¹ “Ecomuseo: el museo de los olvidados” in BOLAÑOS, Maria (2002), *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*, Ediciones Trea, Gijón, pp. 282-285.

⁴² VARINE, Hugues de (1991), *L’initiative communautaire, recherche et expérimentation*, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 138.

⁴³ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 201.



de maneira a evocar este ambiente no tempo e no espaço e suscitar a participação activa dos destinatários das suas manifestações, indirectamente, sob a forma de textos escritos e verbais, de emissões radiodifundidas e emitidas por televisão e de outros meios de comunicação social.

e) Incentivar a população deste ambiente a reagir a todas actividades empreendidas pelo museu, e a concorrer à elaboração permanente deste ambiente.

f) Efectuar estas diversas acções, com toda a amplitude desejável dentro dos muros do museu, junto do seu público: fora dos muros do museu, pelos contactos com os homens que vivem neste ambiente.”⁴⁴

Este colóquio reconhece o ecomuseu como «museu específico do meio ambiente» ao serviço da comunidade e como instrumento privilegiado de uma nova pedagogia do ambiente. A sua importância deve-se ao facto de fundamentar e solidificar a nível internacional a ideologia de ecomuseu.

A definição de ecomuseu já estava a ser trabalhada intensivamente por Georges Henri Rivière que redigiu e desenvolveu até 1980⁴⁵, fruto da sua longa experiência, três definições do conceito de ecomuseu. A primeira definição ou «Ensaio de definição» faz parte de um documento de trabalho “O ecomuseu em geral”, de distribuição limitada. Redigida em Le Creusot, a 21 de Outubro de 1973, e posteriormente desenvolvida em Paris, a 2 de Dezembro de 1973:

“Um ecomuseu é, essencialmente, no estado actual da noção, um museu do homem e da natureza, um museu ecológico:

- Inserido num dado território, sobre o qual vive uma população;*
- Concepção e evolução permanente da qual esta população participa;*
- Laboratório de campo permanente;*
- Instrumento de informação e tomada de consciência para esta população.*

Museu do Tempo - expresso por períodos, sob a forma de um museu coberto, da dimensão temporal desse território e, o momento vindo, das populações que lhe sucederam até à actualidade, perspectivando o seu futuro.

Museu do Espaço - aberto à dimensão espacial deste território e desta população, sob as formas, respectivamente:

- pontuais abertas ou cobertas: elementos particulares, como sítios e amostras naturais, ou sítios e monumentos arqueológicos e históricos, museus e outros estabelecimentos humanos,*
- lineares abertas: andamentos de observação global ou especializada do ambiente e entre este e os seus elementos,*

⁴⁴ VARINE, Hugues de (1992), “L’Écomusée [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Diffusion Presses Universitaires de Lyon, Mâcon, pp. 452-453.

⁴⁵ RIVIÈRE, Georges Henri (1992), “L’Écomusée, un modèle évolutif [1971-1980]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Diffusion Presses Universitaires de Lyon, Mâcon, pp. 440-445.

*Gerido em condições variáveis, conforme se trata de ecomuseus inseridos em parques nacionais ou regionais, ou noutras colectividades públicas.*⁴⁶

A segunda definição foi redigida em Florac (Gard), a 3 de Junho de 1978 e posteriormente enriquecida em Diney (Aube), a 4 e 5 de Outubro de 1978 onde foi aprovada, pela Assembleia Geral da Federação dos Parques Naturais de França:

“O ecomuseu é uma estrutura nova, experimentada e instaurada inicialmente, nos parques naturais regionais franceses, entre 1968 e 1971.

O ecomuseu assegura as funções de investigação, de conservação, de apresentação, de explicação, sobre um dado território, de um conjunto coerente de elementos naturais e culturais, representativos de um modo de vida e de trabalho.

Exprime as relações entre o homem e a natureza através do tempo e através do espaço desse território.

Compõe-se de bens de interesse científico e cultural reconhecidos, representativos do património da comunidade que serve:

** bens imóveis não construídos:*

- espaços naturais selvagens*
- espaços naturais humanizados*

** bens imóveis construídos*

** bens móveis*

** bens fungíveis ...*

Compreende:

** um espaço principal, sede das suas estruturas essenciais de acolhimento, investigação, conservação, de apresentação, de acção cultural, de administração, nomeadamente:*

- laboratório de campo*
- órgão de conservação física (tais como atelier técnico, laboratório técnico, laboratório científico de acordo com a dimensão do estabelecimento)*
- sala de reuniões*
- atelier sociocultural*
- alojamento...*

** dos percursos e das estações, para a observação do território concernente.*

*É instaurado e funciona com a participação da população como um meio de consciencialização e de expressão do seu património e do seu desenvolvimento.*⁴⁷

⁴⁶ *Idem*, pp. 440-441.

⁴⁷ *Idem*, pp. 441-442.

Nestas duas versões podemos observar a evolução do conceito baseado nas experiências práticas desenvolvidas: a supressão da palavra museu da primeira para a segunda definição e a transmutação de ecomuseu como «*um museu do homem e da natureza, um museu ecológico*» constituído por um «*Museu do Tempo*» e um «*Museu do Espaço*» para a «*expressão das relações entre o homem e a natureza através do tempo e através do espaço de um dado território*», que evolui de um «*instrumento de informação e tomada de consciência para esta população*» para uma organização e funcionamento «*com a participação da população como um meio de consciencialização e de expressão do seu património e do seu desenvolvimento instaurado*».

A última definição foi sucessivamente alterada por ocasião das reuniões da «Comissão de Museologia» da Conferência Permanente dos Parques, em Novembro de 1975, Janeiro, Março e Dezembro de 1976, 25 de Outubro de 1977 e 22 de Janeiro de 1980⁴⁸, assim na sua versão final:

“Um ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população concebem, fabricam e exploram conjuntamente. Dito poder, com os especialistas, as facilidades, os recursos que ele lhe proporciona. Dita população, segundo as suas aspirações, a sua cultura, as suas faculdades de aproximação.

Um espelho no qual essa população se observa, para se reconhecer, onde procura a exploração do território ao qual está unido, junto ao das populações que a precederam, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que essa população apresenta aos seus hóspedes, para se fazer compreender melhor, no respeito ao seu trabalho, aos seus comportamentos, à sua intimidade.

Uma expressão do homem e da natureza. O homem é ali interpretado no seu meio natural. A natureza está em estado selvagem, mas tal e como a sociedade tradicional e a sociedade industrial adaptaram a sua imagem.

Uma expressão do tempo, quando a exploração remonta até à aparição do homem na região, se escalona através dos tempos pré-históricos e históricos que viveu e desemboca na época actual. Com uma abertura para o futuro, sem que por ele o ecomuseu tome decisões, senão que jogue, neste caso, um papel de informação e de análise crítico.

Uma interpretação do espaço. De espaços escolhidos, onde o visitante pode repousar, ou caminhar.

Um laboratório, na medida em que contribui para o estudo histórico e contemporâneo dessa população e do seu meio e favoreça a formação de especialistas nos seus respectivos campos, em cooperação com as organizações de investigação que não pertencem ao ecomuseu.

Um conservatório, na medida em que ajuda à preservação e à valorização do património natural e cultural dessa população.

Uma escola, na medida em que associa a essa população com as suas acções de estudo e de protecção, que incita a uma melhor análise dos problemas do seu próprio futuro.

Esse laboratório, esse conservatório e essa escola inspiram-se em princípios comuns. A cultura que eles invocam, há que entende-la num sentido mais amplo, ao tempo que se consagram a dar a conhecer a dignidade e a

⁴⁸ *Idem*, p. 443.

expressão artística das diversas camadas da população das que emanam as diferentes manifestações. No ecomuseu a diversidade não tem limites, dá conta das diferenças existentes. A população não se fecha em si mesma, senão que recebe e dá.”⁴⁹

Esta terceira definição, extremamente filosófica, é comumente aceite como «A definição de ecomuseu» e confirma a ideia de que um ecomuseu é o que a população e os profissionais quiserem desenvolver num dado território, com todas as marcas que o caracterizam, para ajudar essa população a fomentar o seu sentido de pertença e identidade. Contudo, como definição extremamente ampla não faz referência às actividades e métodos que o ecomuseu deve desenvolver para atingir os seus fins, deixando ao critério dos criadores/fundadores a escolha dos instrumentos que ajudem a desenvolver esta ideologia.

Hugues de Varine propôs em 1976, na consequência da experiência de Le Creusot, uma definição “provisória” de ecomuseu onde enfatiza o ecomuseu como instrumento de participação da população no desenvolvimento comunitário e ordenamento de território através da definição da sua actividade – gere, estuda, explora – e da especial utilização da «linguagem do objecto»:

“O Ecomuseu é uma instituição que gere, estuda, explora para fins científicos, educativos e em geral culturais, o património global de uma dada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade.

O Ecomuseu é de facto um instrumento de participação popular no ordenamento do território e no desenvolvimento comunitário.

Para esse efeito, o ecomuseu utiliza todos os meios e todos os métodos que se lhe oferecem para pôr esta comunidade capaz de apreender, de analisar, de criticar e de dominar de maneira livre e responsável os problemas que se lhe põem em todos os domínios da vida.

O ecomuseu utiliza essencialmente a linguagem do objecto, do quadro real da vida quotidiana, das situações concretas. Ele é sobretudo um factor de mudança desejado.”⁵⁰

(Conquanto) a definição mais conhecida de Hugues de Varine é a que opõe o museu tradicional ao ecomuseu: ?

“O edifício é substituído por um território, bem delimitado, de uma comunidade. (...) A colecção compõe-se de tudo o que comporta esse território e de tudo o que pertence aos seus habitantes, imóvel ou móvel, material ou imaterial. (...) O público é toda a população do respectivo território. (...)”⁵¹

⁴⁹ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 191-192.

⁵⁰ VARINE, Hugues de (1992), “L’Écomusée [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 446-487.

⁵¹ VARINE, Hugues de (1991), *L’initiative communautaire : recherche et expérimentation*, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 136.

Ou seja,

MUSEU → Edifício - Colecção - Público

VS

ECOMUSEU → Território - Património - População

Considerada a definição do conceito de ecomuseu mais sucinta, é utilizada pelos profissionais de museus de todo o mundo para distinguir o ecomuseu do museu tradicional. Contudo, de tão sucinta pode definir igualmente todos os museus oriundos da Nova Museologia.

Em contrapartida a definição de ecomuseu apresentada por Cyril Simard é muito mais complexa. Através da análise de cinco áreas - arranque, produção, difusão, conservação e formação e gestão, divididas em diversos critérios, Cyril Simard analisa a instituição comparando-a com outras instituições: museu clássico, centro de interpretação, economuseu, indústria cultural e empresa comercial.

De acordo com Cyril Simard um Ecomuseu é:

“No Arranque – criado através de exposições instantâneas no terreno visa a população local e os cidadãos do território e utiliza o design complementar à criatividade popular para lançamento de novos produtos dependentes das mensagens comunitárias geradas. Propende a autenticidade da mensagem para responder às expectativas práticas da população.

Na Produção – para exprimir a relação entre passado e presente motivada pela emoção baseada no orgulho do meio através da produção de exposições temporárias in situ, produzidas por membros voluntários da comunidade. A investigação é desenvolvida sob a orientação de animadores socioculturais e baseada na utilização de ideias e indivíduos da comunidade para desenvolver projectos como testemunho.

Na Difusão – dar-se a conhecer e a avaliar pelos ocupantes do próprio território. Num território bem demarcado, provido de lugares para animação, exposições, encontros e conferências, através de uma aproximação sociocultural e patrimonial traçar um percurso evolutivo, segundo a vontade da comunidade, de conteúdo sociológico transmitido por animadores, com especial preocupação pelo meio.

Na Conservação e Formação – com o fundamento de conservar para se ligar à população, tem o objecto como testemunho da memória colectiva. O enraizamento baseado no testemunho da vivência da comunidade através do conhecimento dos modos de produção num certo meio e do ambiente global como factor de identidade. A aprendizagem dos ofícios transmitida em vista da compreensão dos modos de vida do meio através da animação cultural por especialistas e população local, visando a auto-formação.

Na Gestão – um agrupamento comunitário com contribuições do estado e do meio para financiar o seu funcionamento. Com a forma jurídica de Centro Comunitário e Centro Cultural administrado por profissionais com perfil sociocultural, sem limite de empregados no projecto colectivo mas com investigadores, animadores e voluntários como meios

humanos essenciais ao seu funcionamento. O controlo dos inventários é efectuado em casa do proprietário dos objectos-testemunho. O principal critério de avaliação é a descoberta da identidade.”⁵²

Em França o ecomuseu dispõe de uma definição oficial que foi aprovada em 1980 pelo Ministro da Cultura, a «Carta dos Ecomuseus» na qual “o ecomuseu é uma instituição cultural que assegura, de uma maneira permanente, sobre um dado território, com a participação da população, as funções de investigação, conservação, apresentação, valorização de um conjunto de bens naturais e culturais, representativos de um meio e dos modos de vida que se sucedem”⁵³. É uma definição relativamente vaga onde o elemento essencial é «a participação da população» pois distingue-o dos pequenos museus locais e regionais.

A «Carta dos Ecomuseus» expõe, além da definição de ecomuseu, os Objectivos no seu Artigo II, através das seguintes actividades a desenvolver:

- “O estabelecimento de um inventário do património (móvel e imóvel) do território;
- A conservação física e exposição dos objectos e documentos relacionados com o território;
- A organização de exposições, eventos e outras actividades;
- O enriquecimento das colecções pela compra, doação ou legado;
- Pesquisar, na ligação com outros corpos regionais, os significativos elementos que formam o património do território;
- Quando possível, tomar medidas para assegurar a conservação e protecção do património imóvel quando não o pretender adquirir;
- Organizar um programa de investigação para documentar as habilidades, conhecimentos e vida social da população local;
- Encorajar a formação de um grupo de especialistas (conservadores, técnicos, professores, investigadores) para cooperar com organizações educativas e de pesquisa;
- Manter e comunicar os resultados da pesquisa;
- Implementar, com a ajuda de universidades, a disseminação do conhecimento;
- Promover actividades pedagógicas relacionadas com a área do ecomuseu.”⁵⁴

Todas estas actividades a desenvolver pelos ecomuseus não diferem das actividades desenvolvidas pela maioria dos museus, concludentemente, não são definidoras da instituição ecomuseu mas colocam-no em consonância com o museu tradicional. Como afirma Kenneth Hudson “os ecomuseus franceses sobreviveram abandonando os seus princípios revolucionários e tornando-se respeitáveis, o que significa, na essência, aceitar a autoridade e os cânones de comportamento das autoridades centrais: Os Museus de França.”⁵⁵

⁵² Informação cedida pelo orientador, Professor Filipe Themudo Barata (seg. Cyril Simard (1989), *Écomuseologie – Comment rentabiliser une entreprise culturelle*, Montreal, p. 66).

⁵³ «Charte des Écomusées», in <http://www.fems.asso.fr>, extraído a 02/06/07.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ HUDSON, Kenneth (1996), *Ecomuseums become more realistic*, Nordisk Museologi, 1996/2, in <http://www.nordiskmuseologi.com/www/nm/926/hudson926.html>, extraído a 04/06/2007.

Como instituição evolutiva e adaptável às diversas realidades territoriais e comunitárias existentes um ecomuseu é difícil de definir, de uma forma global e unitária. Poderemos concluir que não existe um modelo de ecomuseu mas sim vários modelos de ecomuseus que desenvolvem a «filosofia ecomuseológica» de acordo com a realidade social, política e cultural onde se inserem, porém apresentam características comuns. Como afirma Pierre Mayrand, “o ecomuseu não pode ser considerado como uma categoria museológica, mas antes como uma filosofia de acção museológica conjugada, intimamente ligada ao processo de desenvolvimento. Assim, o ecomuseu contém várias formas de museus ao mesmo tempo, a ecomuseologia é que o unifica. O que distingue esta museologia do museu «convencional» (governado por normas universais) é o factor «gestão comunitária» prorrogado ao conjunto do território de pertença que contribui para a criar ou recriar.”⁵⁶

A tentativa, por parte de diversos museólogos e investigadores, de definir um conceito de ecomuseu que seja capaz de descrever todas as realidades existentes revelou-se extremamente ingrata devido, principalmente, ao facto de “o conceito de ecomuseu é agora menos definido do que nos inícios de 1970, e os limites entre ecomuseus, outros museus comunitários, museus de ar livre, museus de história social e paisagens musealizadas estão muito esbatidos.”⁵⁷

3.3. DESENVOLVIMENTO DA IDEOLOGIA

A possibilidade de pôr em marcha uma ideologia baseada na preservação do património natural e cultural surgiu com a criação dos parques naturais no final dos anos 60 e deu origem à primeira geração de ecomuseus.

Implantados em regiões desfavorecidas e “sensíveis”, onde a importância da própria cultura e tradições tende a ser ofuscada pelo brilho apelativo das grandes cidades, a primeira geração de ecomuseus exprime “as relações entre o homem e a natureza através do tempo e através do espaço do seu território.”⁵⁸

Com uma particular preocupação ecológica o ecomuseu faz a interligação desta com a museologia, através da sinopse das ligações homem-natureza e homem-território. Constituído sobre um dado espaço, o território do parque, explica a sua evolução e utilização ao longo dos tempos através de um «programa interdisciplinar periodizado»⁵⁹.

O ecomuseu evidencia a história da região dos parques, a formação geológica, o aparecimento do homem e a sua relação com a natureza, a formação e evolução da cultura local, a transformação dos ecossistemas naturais, os problemas contemporâneos da população, numa perspectiva global, através de

⁵⁶ MAYRAND, Pierre (2004), *Haute-Beauce. Psychosociologie d'un écomusée précis*, Cadernos de Sociomuseologia nº22, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, p.8.

⁵⁷ DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums, a sense of place*, Leicester University Press, London/New York, p. 234.

⁵⁸ RIVIÈRE, Georges Henri (1992), “L'Écomusée, un modèle évolutif [1971-1980]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 441.

⁵⁹ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 199.

dois componentes fundamentais: o Museu do Tempo (museu coberto) e o Museu do Espaço (museu a céu aberto).⁶⁰

O Museu do Tempo instalado, de preferência, num edifício antigo onde se organiza uma exposição evolutiva sobre a génese e a evolução da paisagem, da história e da cultura locais, com recurso a peças, criteriosamente escolhidas, orientadoras do discurso expositivo, e a programas audiovisuais, tem por objectivo incentivar os utentes a visitarem, apreciarem e usufruírem de outros valores patrimoniais da natureza e da cultura dispersos pelo parque.

O Museu do Espaço é todo o território, delimitado geograficamente, com o seu património geológico, natural, histórico-edificado, arqueológico, etnográfico, etc., ou seja, tudo o que os utentes apreenderam no Museu do Tempo.

Como afirmou Georges Henri Rivière, *“esta ideia traduz-se na definição do ecomuseu como convergência do espaço e do tempo, convertendo-se o museu do tempo na coluna vertebral de um sistema no qual o museu do espaço é um dos componentes explicativos.”*⁶¹

Mas as características mais marcantes e inovadoras dos ecomuseus da primeira geração são:

- ✓ A reeducação da população para a valorização e conservação do seu património cultural - tradições, conhecimentos seculares, práticas, rituais, etc. - e da sua especial maneira de estar;
- ✓ A participação da população através de uma colaboração frutuosa com os profissionais. A população deixa de ser mera observadora para participar na recolha de material e informação e trabalhar nas estruturas que o constituem – oficinas de artesanato, moinhos, lagares, quintas, adegas, restaurantes, centros de acolhimento, etc.;
- ✓ A preservação do património no seu contexto original;
- ✓ A interacção entre diversas áreas de investigação com o meio ambiente natural e cultural de uma dada população num dado território.

Com a experiência de Le Creusot, desenvolvida entre 1971 e 1974, é iniciada a segunda geração de ecomuseus *“de acordo com uma fórmula em constante evolução de carácter resolutamente experimental que recusa qualquer normalização, justificando essencialmente a função de instrumento de desenvolvimento comunitário.”*⁶²

Marcel Évrard, Hugues de Varine e Jo Lyonnet, com a constante colaboração e apoio de Georges Henri Rivière, desenvolveram no seio da comunidade urbana de Le Creusot - Montceau-Les-Mines um projecto de museu. A concepção colectiva baseou-se na opinião de que deveriam tentar criar um museu com uma nova tipologia e adaptado à realidade local - uma comunidade, constituída por um conjunto de

⁶⁰ LIMA, António José Costa, PASSOS, Evandro Ferreira, *O ecomuseu e o desenvolvimento local*, in http://www.redpop.org/8reuniao/9rrp_ponencias/evandropassos.rtf, extraído a 19/06/2006.

⁶¹ RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 199.

⁶² VARINE, Hugues de (1992), “L’Écomusée [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 455.

dezasseis comunas, metade rurais e metade urbanas mas com uma ruralidade ainda latente⁶³, e duas cidades Le Creusot e Montceau-les-Mines, fortemente marcada pelas actividades industriais de finais do século XIX - que “seria a emanção desta comunidade e desta população, interessar-se-ia pela totalidade do seu ambiente, do seu património e do seu desenvolvimento.”⁶⁴ Através do Centro de Investigação, Animação Cultural e Criação para as Artes Plásticas (CRACAP), foi criado e dinamizado o Museu do Homem e da Indústria, que abrange todo o espaço da comunidade. Este museu aliou a criação artística ao fenómeno estético numa tentativa de reconciliação com o meio industrial.⁶⁵

A partir de 1974 passa a Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau-les-Mines após a montagem de uma exposição «permanente evolutiva» - O “espaço da comunidade urbana através dos tempos”⁶⁶ - cujo programa museológico foi esboçado por Marcel Évrard em colaboração com Georges Henri Rivière.

Mas a sua característica mais inovadora foi o seu estatuto específico, o Conselho de Administração inventado por Hugues de Varine-Bohan, composto por membros eleitos por três comités: um científico, um dos usuários e um de gestão.

O comité científico, composto por «representantes do pessoal permanente e voluntário»⁶⁷, por especialistas das mais diversas áreas - geologia, arqueologia, ecologia natural e humana, biologia, história, sociologia, etnologia, etc. - provenientes das universidades ou de organismos públicos de investigação, tem como principais objectivos desenvolver as actividades, assegurar o controle da investigação científica, da conservação e da apresentação para ajudar o ecomuseu a traçar a história natural e cultural do seu território numa perspectiva de futuro.

O comité dos usuários, composto por representantes das diversas categorias socioprofissionais, pelas associações existentes e pelas minorias culturais, tem como principais objectivos estabelecer os programas e avaliar os resultados.⁶⁸

O comité de gestão, constituído por representantes dos municípios, dos ministérios do governo central, administradores de organismos públicos, doadores específicos etc., ou seja, pelos representantes dos consignatários do financiamento, tem como principal objectivo gerir as subvenções e doações e planificar as actividades a incrementar numa perspectiva de desenvolvimento.

O funcionamento do ecomuseu é assegurado por uma vasta equipa permanente de técnicos das mais diversas áreas - sociologia, etnologia, ecologia, história, etc. - e animadores que, com a colaboração

⁶³ FERNANDES, Ana M. S. (Janeiro 2006), “As origens do MINOM”, extracto da dissertação *Um Núcleo Documental para o Estudo da MINOM*, in http://www.minom-icom.net/AS_ORIGENS_DO_MINOM.pdf, extraído a 25/05/2007, p. 48.

⁶⁴ VARINE, Hugues de (1992), “L’Écomusée [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W - M.N.E.S., Mâcon, pp. 451.

⁶⁵ BELLAIGUE-SCALBERT, Mathilde (1993), “Georges Henri Rivière y la génesis del ecomuseo de la comunidad Le Creusot-Montceau-les-Mines” in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 219.

⁶⁶ NOUENNE, Patrick le (1992), “Un écomusée ce n’est pas un musée comme les autres [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W - M.N.E.S., Mâcon, p. 512.

⁶⁷ *Idem*, p. 503.

⁶⁸ *Idem*, p. 498.

de voluntários oriundos da comunidade, fundamentam a investigação, a actualização dos inventários, a conservação, salvaguarda e valorização do património, a realização das actividades e a coordenação das acções dos diversos sectores e entidades em permanente simbiose com a comunidade.

A criação de um estatuto onde as colecções são constituídas por um património vivido e *in situ* justifica a dispersão do ecomuseu em diversos “pólos” e a participação activa da comunidade, ou seja: “O ecomuseu não é visitado, é vivido. Ele não é organizado para a visita, é fabricado constantemente pelas pessoas que o vivem”⁶⁹. Segundo François Hubert esta experiência inovadora desenvolvida em Le Creusot veio engrandecer a definição de ecomuseu e os seus campos de intervenção e contribuir para que o prefixo «eco» passasse a designar não só o meio ambiente natural mas também o social.⁷⁰

Le Creusot representa a segunda geração de ecomuseus mas é considerado pela comunidade museológica mundial como o primeiro ecomuseu, pois foi a primeira experiência a desenvolver em pleno a ideologia e a ser denominado Ecomuseu. Pela sua originalidade foi seguido internacionalmente devido ao papel desempenhado pelo ICOM de coordenador e aglutinador de novas experiências e, consequentemente, influenciou e foi influenciado pela criação do «Museu Integrab» na América Latina por ocasião da Mesa Redonda em Santiago do Chile, organizada por aquele organismo em 1972.

Foi responsável pela grande projecção da palavra e conceito de ecomuseu o que originou um maior interesse pela preservação do património local e uma propagação de ecomuseus por todo o território francês, com predominância do estatuto associativo, dando assim início à terceira geração de ecomuseus.

Os ecomuseus criados nesta terceira geração têm maioritariamente um estatuto associativo para facilitar a sua intervenção no meio ambiente social da comunidade e requerer a sua participação activa. Contudo, este tipo de organização associativa acarreta inúmeros problemas de funcionamento devido, na maioria dos casos, à cisão do acordo com as autoridades locais como membros activos na sua gestão e ao facto de as subvenções e subsídios serem discutidos anualmente.

Poderemos considerar também o seu campo de actuação alargado a um território aliado às dificuldades financeiras, que coagiram a contenção dos seus ambiciosos projectos museológicos, e à obrigatoriedade de elaborar programas de trabalho condicionados às tipologias e exigências dos programas de subvenções como factores díspares entre ecomuseus. Factores estes que coligados à ausência de uma definição mais científica do conceito de ecomuseu e, consequentemente, às inúmeras possibilidades de interpretação do conceito actual levam a uma grande diversidade de ecomuseus e originam uma crise da sua ideologia que dificilmente resiste à institucionalização, às dificuldades diárias e à supremacia de uma área em relação às outras.

⁶⁹ VARINE, Hugues de (1992), “L’Écomusée [1978]” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 446.

⁷⁰ HUBERT, François (1993), “Historia de los ecomuseos” in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 200.

Salienta-se a predominância do património etnológico no seu campo de actuação e, conseqüentemente, o predomínio dos etnólogos no comité científico o que origina uma restrição dos seus campos de investigação, num desequilíbrio entre comités com o comité científico a desempenhar um papel mais preponderante, o comité de gestão com dificuldades em definir a sua identidade⁷¹ e o comité dos usuário a não desempenhar o papel de catalisador levando a comunidade a cumprir mais um papel de informador do que de participante activo.

Esta crise revelou a vulnerabilidade dos ecomuseus e a necessidade de salvaguardar a sua continuidade originou a elaboração dos «princípios de organização dos ecomuseus», comumente conhecidos como «Carta dos Ecomuseus»⁷². Documento este que foi homologado em 1980 pelo Ministro da Cultura e facilitou a «institucionalização» dos ecomuseus franceses, que a partir dessa data ficaram sob a Direcção dos Museus de França. De salientar que, a «institucionalização» dos ecomuseus facultou o acesso a subvenções e fundos governamentais que contribuíram para a sua estabilização financeira e possibilitaram o cumprimento das suas actividades.⁷³

A «Carta dos Ecomuseus» anuncia, além da definição oficial de ecomuseu, o estatuto das colecções, as funções, a organização e as actividades que os ecomuseus devem desenvolver. Em termos organizativos foi adoptado o sistema de três comités, à semelhança do adoptado em Le Creusot por Hugues de Varine: o científico, o dos usuários e o de gestão.

No início da década de 90⁷⁴ do século XX as condições económicas, sociais e culturais alteraram-se, as instituições do Estado e as instâncias de poder começaram a ter orçamentos mais pequenos e condicionados, o desemprego subiu, assim como o nível de vida e as populações começaram a ter menos dinheiro para gastar nos tempos de ócio, conseqüentemente, estas condições dificultaram a sobrevivência dos museus um pouco por todo o mundo. Perante este cenário a ideologia do ecomuseu de Le Creusot, de acordo com Kenneth Hudson, sente-se “*como um luxo inacessível/inatingível*.”⁷⁵

Este cenário origina a criação de ecomuseus com o intuito do desenvolvimento local e do incremento do turismo, numa tentativa de combater a globalização e a unificação da cultura e de enaltecer as identidades locais. Concebidos, normalmente, pelo poder local como motores de desenvolvimento, com fortes conotações económicas, aliados à conservação da identidade local, poder-se-á afirmar que estes ecomuseus pertencem a uma outra geração de ecomuseus; a quarta.⁷⁶

⁷¹ Segundo François Hubert este comité é, na maioria dos casos, confundido com o conselho de administração das associações.

⁷² Vd. «Charte des Écomusées» in <http://www.fems.asso.fr>.

⁷³ DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums, a sense of place*, Leicester University Press, London/New York, p. 85.

⁷⁴ De salientar que em 1992 rebentou a Guerra do Golfo o que contribuiu consideravelmente para as alterações verificadas nas bolsas do mercado financeiro a nível mundial com o aumento do preço do barril de crude e seus derivados e, conseqüentemente, do nível de vida das populações e da insegurança.

⁷⁵ HUDSON, Kenneth (1996), *Ecomuseums become more realistic*, Nordisk Museologi, 1996/2, in <http://www.nordiskmuseologi.com/www/nm/926/hudson926.html>, extraído a 4/6/2007.

⁷⁶ MAGGI, Maurizio, FALLETTI, Vittorio (2001), *Gli Ecomusei: che cosa sono, che cosa possono diventare*, IRES Piemonte, Società Editrice Umberto Allemandi & C., Torino - Londra, p. 27.

Os ecomuseus da quarta geração denegam cânones, são mais abertos e permeáveis a novas ideias, e decididamente são instituições sociopolíticas que visam o desenvolvimento local⁷⁷. Têm como principais objectivos a promoção do turismo cultural e, conseqüentemente, do desenvolvimento económico.

Comummente implantados pelo poder local em regiões ditas deprimidas, com graves problemas sociais e económicos, para combater o despovoamento e perda de identidade, estes requerem uma planificação integrada, entre poder local e comunidade, para o ordenamento do território, a valorização e conservação do património natural e cultural e a sua relação com o homem através dos tempos numa perspectiva de futuro, visando a preservação dos seus habitats e o desenvolvimento sustentável.

Na tentativa de federar os ecomuseus e promover o modelo ecomuseológico em França e na Europa, foi criada em 1988 a Associação «*Ecomuseus em França*». Em 1991, a pedido da Direcção dos Museus de França, a associação abre-se aos museus de sociedade e passa a denominar-se «*Federação dos Ecomuseus e dos Museus de Sociedade*». De salientar que a Direcção dos Museus de França tinha decidido, um ano antes, classificar todos os museus – história social, etnográficos, marítimos, arte popular – como «museus de sociedade». Esta decisão permitiu a «profissionalização» dos ecomuseus.⁷⁸

A experiência francesa estabeleceu uma grande diversidade de ecomuseus ao longo de mais de 30 anos os quais desbravaram os caminhos para uma nova museologia e, segundo Kenneth Hudson⁷⁹, representam um dos mais importantes desenvolvimentos da ciência museológica desde a Segunda Guerra Mundial. Contudo, e apesar da quantidade e diversidade de ecomuseus divididos em quatro gerações⁸⁰, todos têm as seguintes características em comum; *“a determinação em envolver voluntários locais no planeamento e operação e considerar os recursos de uma área como um todo, não fazendo uma distinção clara entre artefactos feitos pelo homem e ambiente natural, ou entre passado, presente e futuro. Eles basearam-se na convicção de que ao compreender o passado é mais provável fazer um trabalho melhor a seguir o presente e a preparar o futuro.”*⁸¹

Simultaneamente ao desenvolvimento da ideologia ecomuseológica francesa, na América Latina dos anos 70 o trabalho de reflexão iniciado em diversos países⁸² culminou na Mesa Redonda de Santiago

⁷⁷ MAYRAND, Pierre (2004), *Haute-Beauce. Psychosociologie d'un écomusée préais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º22, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, p. 93.

⁷⁸ Para aprofundar esta matéria consultar <http://fems.asso.fr>.

⁷⁹ HUDSON, Kenneth (1996), *Ecomuseums become more realistic*, Nordisk Museologi, 1996/2, in <http://www.nordiskmuseologi.com/www/nm/926/hudson926.html>, extraído a 4/6/2007.

⁸⁰ Alguns investigadores dividem em três as gerações de ecomuseus, como François Hubert (RIVIÈRE, 1993, p. 205), outros em quatro gerações, como Pierre Mayrand (MAYRAND; 2004, pp. 92-93) porque divide a geração dos ecomuseus dos parques naturais franceses em duas gerações e Maurizio Maggi (MAGGI, 2001, p. 27) porque sugere que os ecomuseus criados após 1990 pertençam a uma nova geração.

⁸¹ HUDSON, Kenneth (1996), *Ecomuseums become more realistic*, Nordisk Museologi, 1996/2, in <http://www.nordiskmuseologi.com>, extraído a 4/6/2007.

⁸² Na América Latina do pós-guerra conviviam diversas reflexões sobre os museus, de várias personalidades de áreas distintas, com o objectivo de melhorar o seu papel na sociedade: no Chile a procura por parte da população em geral do socialismo e, conseqüentemente, de mais justiça social; as reflexões de Paulo Freire, no Brasil e o seu famoso «método de educação popular» onde o educando e o educador partilhavam o conhecimento em regime de igualdade, num intercâmbio de saberes; no Peru, por intermédio do sacerdote Gustavo Gutiérrez, brotou uma nova visão social de Deus, que iria influenciar o «movimento de libertação dos povos oprimidos» e colocaria o «cristianismo na vanguarda dos movimentos sociais» (FERNANDES, 2006).

do Chile, organizada pela UNESCO com o apoio do ICOM em 1972, que em conformidade com as suas condições culturais, económicas, sociais e políticas os museólogos e técnicos de diversas áreas – agricultura, planeamento, urbanismo, ecologia, educação, etc. – esboçaram a definição de um novo tipo de museu, o «museu integral», muito semelhante na sua ideologia ao ecomuseu europeu.

Para que este conceito teórico de «museu integral» fosse levado à prática, durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile, o Museu Nacional de Antropologia do México propôs experimentar as suas técnicas museográficas no projecto «*A Casa do Museu*»⁸³.

O projecto experimental «*A Casa do Museu*» foi lançado em três bairros populares, zona observatório de Tacubaya, El Pedregal de Santo Domingo e Cidade Nezahualcoytl. No primeiro bairro as acções eram definidas, realizadas e relançadas por especialistas a partir do Museu Nacional.⁸⁴ Na segunda experiência as acções de sensibilização foram mais profundas, agora apenas com a orientação e sistematização das decisões comunitárias por parte dos especialistas, e a criação de grupos de trabalho. Com esta segunda experiência nasceu a necessidade de uma formação alternativa em museologia para dar continuidade a museus deste tipo: foi organizado um curso na cidade de Nezahualcoytl.⁸⁵

Este projecto foi dado por encerrado em 1980 devido à falta de apoios originada pela forte oposição por parte dos profissionais dos museus tradicionais, que o viam como uma ameaça às suas concepções museológicas e, conseqüentemente, ao trabalho que vinham desenvolvendo. Apesar de, na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, se considerar “*que a transformação das actividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem,*”⁸⁶ tal não se verificou na prática e a primeira experiência de museu integral foi forçada a encerrar.

Mas a expansão do novo pensamento museológico e, conseqüentemente, das ideologias de ecomuseu por todo o mundo deve-se não só ao trabalho da UNESCO/ICOM com a organização de encontros e das Conferências Gerais do ICOM mas também às publicações sobre o tema e às visitas regulares de profissionais de museus, estudantes e especialistas de todo o mundo às novas experiências ecomuseológicas europeias. Destacamos, entre outras, as experiências dos Ecomuseus dos Parques Naturais e do Ecomuseu da Comunidade Urbana de Le Creusot – Montceau-les-Mines, que com a sua internacionalização se tornou lugar de peregrinação contribuindo para o despontar de ecomuseus além fronteiras.

⁸³ Esta experiência tinha sido iniciada em 1968 por Mário Vásquez, responsável pela renovação do Museu Nacional de Antropologia do México quatro anos antes.

⁸⁴ “Un museo en una barraca mexicana” in BOLAÑOS, María (2002), *La memoria del mundo: Cien años de museología 1900-2000*, Ediciones Trea, Biblioteconomía y Administración Cultural, Gijón, pp. 293-296.

⁸⁵ MOUTINHO, Mário (1989), *Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do museu*, Museu Etnográfico Monte Redondo, Cadernos de Património, n.º5, Monte Redondo, in <http://www.museumonteredondo.net>, extraído a 21/08/2006, p.15.

⁸⁶ PRIMO, Judite (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 82.

Os intercâmbios e trocas de experiências entre o pessoal dos Parques do Canadá e o dos Parques Naturais de França e, conseqüentemente, o reconhecimento do trabalho de Georges Henri Rivière, assim como as visitas regulares e estágios de cidadãos do Quebec no Ecomuseu de Le Creusot, iniciadas em 1974, “graças a intercâmbios organizados pela Oficina franco-quebecana para a juventude”⁸⁷ contribuíram para a implementação e adaptação da ideologia francesa de ecomuseu à realidade do Quebec numa procura de alternativas ao desenvolvimento regional, de métodos mais humanos de intervenção e de reforçar a sua asserção nacionalista e identitária visando a autonomia do estado do Quebec. Surgiram assim projectos de ecomuseus que segundo François Hubert⁸⁸ foram levados à prática em Haute-Beauce, Fier-Monde, Valle del Rouge e Islas del Lago Saint-Pierre.

Em 1979 Pierre Mayrand⁸⁹ desenvolve as teorias da ecomuseologia no museu de Haute Beauce após a descoberta nesse mesmo ano do artigo «L'Écomusée» assinado por Hugues de Varine, que tinha sido publicado em 1978 na revista da Associação de Museus Canadianos «La Gazette», de edição trimestral.

O ecomuseu de Haute-Beauce foi o primeiro ecomuseu a ser formado na América do Norte⁹⁰ e teve origem na tentativa de manter a colecção de Napoleão Bolduc, de cariz etnográfico que “possuía uma enorme quantidade de objectos ligados à tradição e aos costumes locais”⁹¹, aberta ao público quando este decidiu vendê-la. Uma delegação de cidadãos - os «Dez» - uniram-se e fundaram uma organização de princípios cooperativos que sob a orientação de Pierre Mayrand deu início a um processo de organização das acções, cuja prioridade foi desenvolver esforços para adquirir a colecção: uma campanha de financiamento junto da população feita porta a porta com o slogan «construir um museu»⁹².

A colecção seria o primeiro passo para a construção de um museu comunitário dedicado ao desenvolvimento, o Museu e Centro Regional de Interpretação do Haute-Beauce. Foi instalada no presbitério da paróquia de Saint-Évariste de Forsyth que a partir da sua abertura privilegiou a população, que se envolveu na sua criação, e tornou-se “símbolo da imaginação popular ao poder”⁹³. Seguiu-se à instalação do Centro de Interpretação a instalação do “Museu para todos, por todos” na aldeia de Saint-Hilaire de Dorset com a primeira exposição ao ar livre, tornando-se no primeiro «grupo associado»⁹⁴.

A adaptação do Museu e Centro Regional de Interpretação do Haute-Beauce a ecomuseu foi gradual com a instauração de novas condições de funcionamento como ensaio teórico dos processos

⁸⁷ HUBERT, François, “Historia de los ecomuseos” in RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 200.

⁸⁸ *Idem*, p. 201.

⁸⁹ MAYRAND, Pierre (2004), *Haute-Beauce. Psychosociologie d'un écomusée précis*, Cadernos de Sociomuseologia n.º22, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, p. 32.

⁹⁰ Devido, principalmente, há ligação histórica e linguística entre França e aquela província do Canada.

⁹¹ FERNANDES, Ana M. S. (Janeiro 2006), “As origens do MINOM” extracto da dissertação *Um Núcleo Documental para o Estudo da MINOM*, in http://www.minom-icom.net/AS_ORIGENS_DO_MINOM.pdf, extraído a 25/05/2007, p. 62.

⁹² MAYRAND, Pierre (2004), *Haute-Beauce. Psychosociologie d'un écomusée précis*, Cadernos de Sociomuseologia n.º22, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa, p. 33.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Idem*, p. 34.

ecomuseológicos, “*que teve os seus pontos críticos, após as etapas de sensibilização, implementação territorial e criação, na avaliação qualitativa do progresso do conceito através das práticas e apropriações da sua filosofia.*”⁹⁵

A evolução interna preparada pelos participantes organizadores das exposições culminará na passagem do poder da antiga equipa fundadora para o «Agrupamento dos grupos associados do Ecomuseu», numa clara inversão de poder centralizado para poder descentralizado. O ecomuseu desenvolve-se assim sobre um território que abrange treze comunas no quadro das regiões administrativas cuja identidade encontrada manifesta-se pela operação «Haute-Beauce criador», num conceito de ecomuseologia inteiramente assimilado pelos grupos activos da população delimitando o território cultural.

Após a fundação o ecomuseu entra nas várias fases de maturação – experiências sociais, intercâmbios internacionais, problemática do reconhecimento institucional, notoriedade internacional e crescimento – torna-se símbolo da criatividade popular e aporta os problemas da comunidade, assim como os problemas gerais de âmbito local e regional, visando a construção de uma entidade territorial «o país Haute-Beauce», sob o auspício de uma «comunidade atenta» numa perspectiva de desenvolvimento.

Mas o desenvolvimento fulgurante da experiência «Haute-Beauce criador», o seu reconhecimento internacional com a organização do I *Atelier* Internacional da Nova Museologia / Ecomuseus em 1984, a sua prosperidade económica e a sua anuência ao reconhecimento político e institucional provoca apreensão nos trabalhadores e, simultaneamente, começa a verificar-se uma divisão de mentalidades, conceitos e objectivos entre a geração anterior e a nova geração. Estes problemas, aliados às divergências dos pontos de vista da prática ecomuseológica e das funções museológicas, conseqüentemente, sobre o seu reconhecimento institucional pela Direcção dos Museus do Ministério da Cultura, culminam em 1996 com a retirada da sua acreditação e o abandono do ecomuseu por este organismo do estado.

Nesta fase conturbada do Ecomuseu de Haute-Beauce verifica-se a “*substituição da sua direcção colegial pelo compromisso de um profissional permanente, por último a sua sujeição ao poder municipal e a sua reentrada na ordem das políticas e dos programas normativos do ministério (...) das assembleias públicas movimentadas sobre o futuro do ecomuseu, sobre o regresso à função preponderante do Centro e ao “status quo” original*”⁹⁶, o que implica uma renovação institucional, após a qual reassume as suas actividades sob a forma de «Parque Cultural». Contudo as sementes lançadas e germinadas durante os vinte anos da aventura ecomuseológica persistem na coragem para empreender, afirmar, ousar ultrapassar o imaginário e na solidariedade entre os diversos grupos e nas assembleias públicas.

A aplicação prática da ideologia francesa de ecomuseu, a sua adaptação à realidade do país e o desenvolvimento dos trabalhos de investigação contribuíram para promover o debate e transformar o

⁹⁵ *Idem.*

⁹⁶ *Idem*, p. 40.

Quebec num “gerador de novas ideias”⁹⁷. O desenvolvimento de novas teorias contribui para a derivação de novos conceitos e instituições, tais como o *economuseu*. A palavra *economuseu* deriva da junção dos vocábulos «economia» e «museu» e define uma instituição muito específica, oriunda da recuperação de antigas oficinas e ofícios assim como de estruturas industriais e respectiva fabricação, aliada a uma componente de investigação museológica muito forte e a uma aplicação dos princípios da museografia.

Um *economuseu*, segundo a «*Société Internationale du Réseau Économusé*»⁹⁸ é uma instituição comercial do ramo do artesanato ou dos produtos agro-alimentares tradicionais cujos produtos são fruto do «saber-fazer». Subsiste através da venda dos seus produtos, numa área para exposição onde é explanada a sua produção ao público visitante. Comumente instaladas em antigas oficinas etnográficas e fábricas industriais recuperadas dedicam-se a reproduzir os produtos tradicionais e a inventar novos produtos com as técnicas e materiais tradicionais, contribuindo assim para o desenvolvimento do turismo cultural da região e, conseqüentemente, da economia local.

Conceito ainda pouco conhecido baseado na recuperação e valorização das estruturas e actividades tradicionais com o objectivo de recuperar o «saber-fazer» e os materiais tradicionais numa perspectiva de desenvolvimento económico, fazendo jus à máxima de que o património deve ser rentabilizado.

Paralelamente à diversificação e multiplicação das experiências ecomuseológicas e da nova museologia tem-se assistido, nos últimos anos, à proliferação de uma série de explicações, estudos e investigações sobre a valorização do património cultural que culminaram na ascensão de novos conceitos – paisagem, território, desenvolvimento sustentável - e movimentos - criação de parques temáticos, onde se inserem os ecomuseus, os parques culturais, e os parques arqueológicos, entre outros.

Os parques culturais defendem uma ideologia semelhante à dos ecomuseus da primeira geração – a relação do homem com o seu ambiente natural e cultural através do tempo e do espaço num dado território – e enquadram-se “basicamente numa lógica de ordenamento do território, em que se procuram valorizar aspectos múltiplos relacionados com a cultura, com objectivos museológicos, pedagógicos, científicos, lúdicos e turísticos.”⁹⁹

Implantados em áreas com grande valor patrimonial são definidos como elementos de identidade colectiva, com forte vínculo à população, que visam a conservação e protecção do património numa aposta global para o desenvolvimento sustentável. Preservam a totalidade dos vestígios referentes à utilização e evolução da paisagem através dos tempos diferenciando-se *à priori*, através de uma

⁹⁷ DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums, a sense of place*, Leicester University Press, London/New York, p. 168.

⁹⁸ Instituição criada em 1996 por Cynil Simard com a missão de dar a conhecer os produtos tradicionais baseados no «saber-fazer» promovendo e desenvolvendo a ecomuseologia através do Canadá. Para obter informações mais detalhadas sobre esta Sociedade pode consultar o site <http://www.economusees.com>.

⁹⁹ BARATA, Filipe T., MASCARENHAS, José M. de (2002), *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural de Tourega/Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora, p. 17.

investigação interdisciplinar, as paisagens com maior importância patrimonial para um correcto tratamento museológico.

Um parque cultural pretende ser um instrumento de protecção e gestão do património, de planificação integrada, de desenvolvimento rural sustentável e de ordenamento do território que fomenta a actividade económica, o turismo e a acção cultural, aplicado a um espaço de integração do património natural e cultural.

Dentro do movimento dos parques temáticos destacamos ainda os Parques Arqueológicos. Implantados em regiões com inegável valor patrimonial onde se destaca o património arqueológico devido, principalmente, à importância e/ou quantidade dos achados que permitem o estudo da ocupação humana naquela região.

Estes parques são criados através de uma assertiva colaboração entre poderes públicos, centrais e locais, e comunidade indispensável para o estudo do território, efectuado por uma equipa interdisciplinar constituída por técnicos das ciências sociais, humanas, naturais, exactas, e da tecnologia – sociólogos, antropólogos, historiadores, arqueólogos, biólogos, geólogos, etc. - e posterior elaboração do plano integral de implantação. Porque há semelhança dos ecomuseus o principal objectivo dos Parques, sejam culturais, arqueológicos ou etnográficos, é a conservação e preservação do património integral de um dado território através do seu estudo e difusão visando o desenvolvimento sustentável.

3.3.1. TERRITORIALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

A territorialidade é o mais característico dos elementos definidores do ecomuseu europeu, facto que se manteve inalterado até à actualidade. Contudo, o conceito de território, assim como os de museu, de ambiente e de paisagem, sofreram inúmeras transformações, objecto de uma intensa reflexão teórica, e foram enriquecidos de valores sociais. “O conceito tradicional (...) de território como simples suporte da actividade económica foi superado pela vantagem do seu papel como potencial produtor de riqueza”¹⁰⁰ o que gera a necessidade de utilizar novos métodos de análise do território de cariz interdisciplinar e holístico e novos modelos interpretativos.

O território e, conseqüentemente, a paisagem estão em constante evolução e adaptação às exigências da sociedade global impostas pelo desenvolvimento económico, social e tecnológico, tornando-se necessário compreender “quais são as diversidades que fazem emergir e tornam visível a identidade dos lugares”¹⁰¹ e o património que a paisagem encerra: “a profundidade das vistas, a grandeza dos espaços, a forma do

¹⁰⁰ MAGGI, Maurizio, FALLETTI, Vittorio (2000), *Gli Ecomusei. Che cosa sono, che cosa possono diventare*, Umberto Allemandi & C., Torino – Londra, p. 38.

¹⁰¹ MAGGI, Maurizio, *op. cit.*

relevo, a dinâmica do tempo, a intensificação da vida e da cultura impostas pelo trabalho de gerações”¹⁰². Para tal “torna-se necessário criar um instrumento de valorização que seja também um projecto de desenvolvimento futuro de um território”¹⁰³. Poder-se-á afirmar que a doutrina museológica desenvolvida na primeira metade da década de 70 do século XX perseguiu, mais ou menos abertamente, esse objectivo.

Esta nova doutrina originou um tipo de museu mais flexível – o ecomuseu – que trata o território como objecto e através da implementação de novos métodos de trabalho, baseados na interdisciplinaridade, visa a gestão simultânea da natureza e da cultura e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável do território.

Naturalmente, o ecomuseu «instrumento de identidade de uma comunidade e de um território», pode ser interpretado “como um museu do território ou do património territorial”¹⁰⁴. É composto por uma diversidade patrimonial que abrange tudo o que consta no seu território e que forma “a essência do lugar que está para além do edifício do museu, no próprio ambiente, e é definido por indivíduos ou comunidades que lá vivem.”¹⁰⁵

Ao abranger todo um território previamente delimitado o ecomuseu demanda expandir a sua acção a diversas áreas do saber, de acordo com a realidade patrimonial, histórica, social, cultural, natural e morfológica do seu território visando a explanação das inter-relações entre o homem e o seu ambiente natural através dos tempos. Ultrapassa assim as paredes do edifício e torna-se um «museu sem paredes», com uma função pedagógica essencial à educação da comunidade, insere-se nessa comunidade para defender o seu ambiente global e “para demonstrar que as pessoas são parte da natureza e não aparte desta.”¹⁰⁶

O ecomuseu torna-se um elemento do ordenamento do território onde grupos da comunidade, autarcas e associações locais participam ao nível da análise, da tomada de decisões, da resolução prática dos problemas. Para tal é requerido um conhecimento total do património e do ambiente, uma empatia no estudo e detecção dos problemas e uma total percepção da realidade. “É ao ecomuseu que cabe a missão de aprender a ler os problemas e as técnicas do ordenamento do território, a elucidar as motivações e as conseqüências, de o ligar ao passado cultural e ao quadro natural, de o enriquecer de experiências e iniciativas externas.”¹⁰⁷

3.3.2. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

“Com Georges Henri Rivière, a população passa a ser, pela primeira vez na história dos museus, uma companheira da instituição e dos seus responsáveis”¹⁰⁸, “é ao mesmo tempo objecto e tema do museu”¹⁰⁹ e “o homem, (...)”

102 BARATA, Filipe Themudo, MASCARENHAS, José Manuel de (2002), *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural de Tourega/Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora, p. 8.

103 MAGGI, Maurizio, *op. cit.*

104 MAGGI, Maurizio, *op. cit.* p. 39.

105 DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums, a sense of place*, Leicester University Press, London/New York, p. 21.

106 *Idem*, p. 17.

107 VARINE, Hugues de (1992), “L’ecomusée (1978)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 486-487.

108 VARINE, Hugues (1993), “La participación de la población. Principios”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 392.



um ser vivo, criador, herdeiro responsável de uma tradição”¹⁰⁹. O culminar do seu pensamento originou a criação do ecomuseu, onde “finalmente encontrou a expressão mais perfeita da sua inquietude pelo público”¹¹⁰, cujos principais elementos definidores são a territorialidade e a participação da comunidade.

O ecomuseu coloca-se ao serviço da comunidade onde está inserido desenvolvendo acções no terreno, que o levam a adquirir um conhecimento profundo dessa comunidade e a reconhecer as questões fundamentais que a caracterizam, efectuadas por uma equipa interdisciplinar perfeitamente integrada. Ao tentar perceber o tipo de relação existente entre a comunidade e o seu território, assim como a forma de usufruir, esta equipa vai canalizar a dinâmica dessa comunidade e integrá-la no processo de criação do ecomuseu, colocando-a em contacto com a sua história, tradições, saber-fazer, etc., tornando-a consciente da sua identidade cultural.

Favorece o contacto e o reencontro entre os membros da comunidade, colocando-a numa situação privilegiada para enfrentar e solucionar os conflitos, as dificuldades e os problemas existentes no seu seio, controlando assim os factores que olvidam o seu passado, condicionam o seu presente e põem em causa o seu futuro, incumbindo-a de proteger o seu meio ambiente e, logicamente, o seu património natural e cultural.

Desenvolve-se assim no seio da comunidade a iniciativa e, conseqüentemente, uma vontade de acção que, com a orientação certa, as condições adequadas e os meios essenciais, não se limita à participação nas actividades mas dá origem a essas actividades e é responsável pela sua escolha, participa nas decisões, na investigação e na gestão do ecomuseu: “Os membros da população são ao mesmo tempo ou sucessivamente os actores, os conservadores, os consumidores, os utentes. Eles são os responsáveis do museu e a equipa técnica, que permanece absolutamente necessária pelas razões evidentes (disponibilidade, profissionalismo, coordenação), está à sua disposição.”¹¹²

Como afirma Hugues de Varine “a acção é a linguagem privilegiada da cultura”¹¹³ mas o mais importante é o facto de ela ser “a concretização de uma iniciativa”¹¹⁴ e dever “provocar, explicitamente, pelo menos três resultados:

- *Atingir o objectivo proposto na fase inicial;*
- *Aumentar a experiência, assim como o nível global de conhecimento do indivíduo ou do grupo que tomou a iniciativa, enriquecendo o capital comunitário;*
- *Construir uma etapa numa evolução colectiva, nomeadamente provocando novas iniciativas.*”¹¹⁵

¹⁰⁹ *Idem*, p. 395.

¹¹⁰ *Idem*, p. 393.

¹¹¹ *Idem*, p. 394.

¹¹² VARINE, Hugues de (1994), “Le musée moderne: conditions et problème d’une rénovation (1976)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 72.

¹¹³ VARINE, Hugues de (1991), *L’initiative communautaire, recherche et expérimentation*, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 27

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Idem*, pp. 27-28.

O ecomuseu procura então despertar a consciência crítica dos membros da comunidade, levando-os a reapropriarem-se da memória colectiva e a reivindicarem o direito ao exercício da sua cidadania, numa perspectiva de desenvolvimento comunitário. *“Global e iniciado no seio da comunidade”*¹¹⁶ o desenvolvimento comunitário, composto pela iniciativa e pela acção, *“apoia-se, através do ecomuseu, sobre o conjunto dos recursos naturais, humanos, técnicos, intelectuais, espirituais, materiais, da comunidade, considerados e combinados na sua realidade tangível, bi- e tridimensional.”*¹¹⁷

Com o objectivo de promover o desenvolvimento comunitário o ecomuseu consolida o seu papel educativo, tornando-se um meio de educação permanente, baseado no objecto, na acção da comunidade sobre o seu território, o seu património e o seu futuro, na comunicação recíproca entre essa comunidade e a equipa interdisciplinar.

A acção educativa defendida pelo ecomuseu, *“baseia-se na colaboração, união pela libertação, síntese cultural, diálogo, criatividade, reflexão crítica e na negação da educação repressora. Sendo assim uma teoria/prática educativa, em colaboração com outros indivíduos, a emersão da consciência e do saber”*¹¹⁸ e leva os membros da comunidade à reflexão crítica e ao desenvolvimento capacitando-os para solucionarem a questões fundamentais que caracterizam a comunidade.

Agente da mudança a comunidade revê-se no seu património assumindo um papel primordial na sua preservação e adoptando um papel activo no ecomuseu. *“Contudo fica muito caminho por percorrer e a implicação real da população dentro de uma acção museológica não resulta tão evidente como se pensou. (...) A participação da população é uma coisa factível, sempre e quando se definam claramente os diferentes aspectos nos quais ela possa participar.”*¹¹⁹

4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Na década de 60 do século XX o museu estava em crise, cada vez mais alheio da realidade social, política e cultural que o cercava, e apesar dos esforços empreendidos a nível da renovação da arquitectura, da moderna apresentação das colecções, das grandes exposições e da utilização de meios audiovisuais não conseguia atrair o público.

Contudo, em vários lugares do mundo, de forma isolada e muitas vezes retraída, nasciam projectos comunitários despreziosos que buscavam a «adequação do museu ao mundo». A divulgação

¹¹⁶ VARINE, Hugues de (1992), “L'écomusée (1978)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 459.

¹¹⁷ *Idem.*

¹¹⁸ PRIMO, Judite Santos (1999), “Pensar contemporaneamente a museologia”, in CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n.º16, *Museologia: Teoria e Prática*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, p. 34.

¹¹⁹ CAMUSAT, Pierre (1993), “Una experiencia concreta de participación de la población en el ecomuseo de Fournies-Trélon, por P. Camusat”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 402-403.

destes novos projectos era efectuada por museólogos de renome no seio do ICOM, nas conferências gerais ou encontros regionais dos seus comités nacionais. Destes encontros destacaram-se quatro, pelas suas inovadoras recomendações e conclusões, que deram origem aos documentos mais importantes da “nova” museologia e contribuíram para a evolução da museologia e do conceito de museu e para o emergir de novas tipologias de museu: Declaração de Santiago do Chile, Declaração de Quebec, Declaração de Oaxtepec e Declaração de Caracas

Documentos esses que suscitados por uma unânime constatação de que o museu tradicional estava obsoleto, não cooperando na resolução das questões vitais ao desenvolvimento das comunidades e à preservação da identidade ameaçada pela rápida destruição dos modos de vida tradicionais e da memória colectiva das comunidades, surgiram novas formas de integração do museu na vida das comunidades e, conseqüentemente, a restituição à comunidade do seu direito à acção. A nova doutrina museológica assenta assim na preservação do património global da comunidade pela comunidade num dado território, na integração e participação da comunidade no museu e deste na vida dessa comunidade, numa acção educativa recíproca e permanente.

A educação passa a ser uma das funções mais importantes do novo museu e levará o homem a exercer o seu direito de cidadania. Por acção de alguns museólogos que introduziram a doutrina pedagógica defendida por Paulo Freire na museologia em que o “*o homem (...) não está apenas presente no mundo, mas que faz parte dele*”¹²⁰ e que a “*educação deve permitir-lhe uma reflexão sobre o seu próprio poder de reflexão, e utilizar como instrumentos o desenvolvimento do poder de reflexão, a tomada de consciência das virtualidades e, conseqüentemente, a capacidade de escolha*”¹²¹, o novo museu defende a educação baseada no saber-fazer, ou seja, aprender fazendo e questionando.

Estes documentos aludiram a vários agentes que contribuíram para a transformação e evolução do conceito de museu, nomeadamente:

- ✓ A alteração do tema de estudo do objecto para a comunidade;
- ✓ A participação da comunidade na construção de uma nova estrutura social, cultural, política e económica;
- ✓ Ampliação do conceito de património e de herança cultural;
- ✓ Preservação do património *in situ*;
- ✓ Evolução do conceito de museu e surgimento de novos conceitos, tais como museu integral, museu integrado na comunidade, museu comunitário, ecomuseu, etc.;
- ✓ Museu como elemento de desenvolvimento da comunidade;
- ✓ Museu como espaço de comunicação e troca de saberes;

¹²⁰ FREIRE, Paulo (1992), “L’éducation, pratique de la liberté (1972)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, p. 195.

¹²¹ *Idem*, p. 197.

- ✓ Desenvolvimento de uma museologia mais social, participativa e comunitária.

Dos novos museus que surgiram em consequência directa ou indirecta ou foram influenciados pelos documentos analisados, focamos o “Museu Integral”, por emergir directamente da Declaração de Santiago do Chile e ter influenciado o ecomuseu, particularmente o da segunda geração.

Ao contrário do que afirmou Georges Henri Rivière em 1978 - *“Não tenho nenhuma ilusão sobre o que pode realizar, inclusive chego a reconhecer que é uma novidade como me dizem. Tudo isto passará rapidamente, em uma ou duas gerações, porém as pinturas madalenenses, as obras de Poussin ou as tradições orais asiáticas, permanecerão para sempre”*¹²² - o ecomuseu apesar da sua noção indefinida, por ser evolutiva e adaptável, acompanha a evolução da sociedade e nomeadamente dos conceitos de património cultural, desenvolvimento local, turismo cultural e território, e adapta-se. Surgem assim várias gerações de ecomuseus que da integração nos Parques Naturais franceses como “museu do meio ambiente” na primeira geração, passa por “museu comunitário”, ao adoptar as resoluções de Santiago do Chile e desenvolver um modelo de gestão com a participação activa e directa da comunidade na segunda geração, pela proliferação do modelo comunitário numa perspectiva de desenvolvimento local e a sua institucionalização na terceira geração a uma quarta geração que volta à sua origem de instrumento de ordenamento do território, de desenvolvimento do turismo cultural e natural das regiões ditas “deprimidas”. Concludentemente, de instrumento de ordenamento do território de um poder instituído passa a instrumento de participação de uma comunidade no seu desenvolvimento local e regressa a instrumento de ordenamento do território e de desenvolvimento local de um poder instituído. Contudo, os seus elementos mais característicos, territorialidade, interdisciplinaridade e participação da comunidade mantêm-se.

A mediatização do seu criador e de alguns ecomuseus franceses contribuíram para a proliferação e adaptação do conceito a outras realidades. Destacamos aqui a evolução do conceito de ecomuseu no Quebec que com uma forte participação da comunidade e recuperação de saber-fazer contribuiu para realçar o desejo de independência e manter a identidade do território fortemente enraizada na herança francófona. A adaptação à realidade do Quebec tem contribuído para a evolução do conceito, atingindo estas conotações mais comerciais.

A presente utilização do ecomuseu como instrumento privilegiado de ordenamento do território e, conseqüentemente, de desenvolvimento local pelo poder instituído acarreta adaptações que originam uma participação mais passiva e pontual da comunidade e leva, na maioria das vezes a uma institucionalização do ecomuseu, presente no espírito que o criou mas incompatível com a sua função de instrumento que uma comunidade utiliza para promover o seu desenvolvimento se não prever uma cooperação assertiva desse poder com a comunidade e a sua planificação minuciosa, que contribua para “manter viva a chama” que o tornou universal e sempre actual.

¹²² SCHLUMBERGER, Anne Gruner (1993), “Prólogo (Palavras recolhidas em Las Treilles, 1978)”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 10.

O ecomuseu e principalmente os seus elementos característicos, a territorialidade e a interdisciplinaridade, contribuíram para a abertura do museu ao exterior, para a evolução das reflexões museológicas no seio do ICOM e para definir o campo de acção da museologia, assim como os seus objectivos: “(...) *os muros do museu deviam explodir para que as obras sejam integradas ao espaço da cidade – ou do campo (...).*”¹²³

¹²³ DESVALLÉSS, André (1992), “Présentation”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 28-29.

SEGUNDA PARTE

A

ECOMUSEOLOGIA

EM PORTUGAL

I – EXAME AOS ECOMUSEUS NACIONAIS

1. METODOLOGIAS UTILIZADAS

Entre 1980 e 1999 “foram criadas 61% do total das entidades museológicas existentes”¹²⁴. Este facto levou a que muitos profissionais da área denominassem este fenómeno de *boom museológico* e apontassem como principal razão o desenvolvimento económico das autarquias aliado às facilidades proporcionadas pelos programas comunitários, o que lhes permitiu desenvolver e pôr em prática novos projectos museológicos. Mas também as mudanças nacionais e internacionais operadas nos conceitos de *património* e *museu* originaram inúmeras transformações no tecido museológico nacional assim como a percepção de uma ameaça da perda de identidade regional suscitada pela adesão à Comunidade Europeia e pelo fenómeno da globalização e, conseqüentemente, o desaparecimento do mundo rural com o fenómeno do despovoamento e os excessos urbanísticos.¹²⁵

Conseqüentemente, nas últimas décadas desenvolveu-se a nível social uma crescente preocupação pela preservação do nosso património cultural e a tentativa de colmatar as necessidades e deficiências locais neste campo converteu-se numa obrigação quotidiana e numa orientação política para os nossos autarcas.

Actualmente, as autarquias apostam na conservação do seu património para desenvolverem uma actividade turística de cariz mais cultural. Porque, muitas vezes é o único recurso de que dispõem para sobreviver. Em consequência, têm vindo a desenvolver projectos locais em áreas muito diversas, tais como, arte, arqueologia, etnologia, património monumental e edificado, gastronomia, festas, usos e costumes, património natural e agrícola, cultura oral, etc., com o intento de criar novas ofertas de lazer, como parte integrante de uma política de desenvolvimento sustentado.

Ditas ofertas de lazer passam, na sua maioria, pela criação de pequenos núcleos museológicos e/ou museus, pela abertura de uma galeria de exposições temporárias e pela valorização do património arqueológico e etnográfico com o restauro e abertura ao público de sítios arqueológicos e unidades etnográficas, tais como, moinhos, lagares, forjas e olarias.

Todavia, se a abertura ou a divulgação de novos projectos de museus e valorização do património são notícia quase diária na imprensa nacional muitos destes museus passado poucos anos fecham por falta de verbas para a sua manutenção e/ou por ausência de programas de cariz cultural que

¹²⁴ OLEIRO, Manuel Bairrão, SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord., (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Observatório das Actividades Culturais, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, Lisboa, p. 41.

¹²⁵ MATOS, António Perestrelo de (2000), “Museos municipales y colecciones etnográficas” in *Separata da Revista de Museologia, Museos y museologías en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, Edición Asociación Española de Museología, Madrid, pp.65.

devem contemplar *a priori* vários aspectos de extrema importância, tais como a necessidade de articulação entre os diversos projectos, a definição de objectivos, os custos adicionais de manutenção, a elaboração de um plano de *marketing* e o orçamento anual necessário para o seu pleno funcionamento. Este facto dificulta o levantamento e análise do panorama museológico português e torna mais problemático ainda o levantamento que se restringe apenas a uma tipologia de museu.

Assim, para a elaboração do presente trabalho, foram consultadas diversas fontes, retiradas referências sobre abertura ou projectos em elaboração de museus na imprensa nacional, consultada a lista de museus do IPM e dos municípios com museus da ANMP, os ficheiros do INE, a listagem do projecto Geira, a listagem do *site* Museus de Portugal, a listagem do Inquérito aos Museus em Portugal da OAC e IPM e consultadas *on-line* todas as autarquias do país com página da *internet* activa assim como todas as referências e notícias de ecomuseus no motor de busca *Google*.

Considerando que as referências à ecomuseologia como modelo a adoptar por esta ou aquela instituição, associação ou município para a abertura ou projectos em elaboração de ecomuseus excederam as expectativas, considerando que o conceito de ecomuseu não está a ser devidamente compreendido, considerando que o envio do questionário para as unidades museológicas escolhidas para o censo restringia e condicionava o número de respostas foi tomada a opção de visitar as unidades museológicas e aplicar o questionário através de uma entrevista ao responsável e/ou ao animador da mesma.

1.1. CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS

O universo de unidades museológicas, que se auto-denominam «ecomuseu» ou fazem referência à ecomuseologia como modelo a adoptar, criadas ou em projecto, excedeu as expectativas o que dificultou a delimitação da amostra. Perante este cenário optou-se por definir critérios prévios de selecção e censo da amostra a estudar. A definição de tais critérios prévios baseou-se na análise das definições do conceito de ecomuseu¹²⁶.

Após a referida análise foi seleccionada a seguinte lista de critérios prévios a adoptar na selecção da amostra:

- ✓ Território como espaço de referência;
- ✓ Conservação do património *in situ*;
- ✓ Participação da comunidade na sua criação e/ou gestão e/ou actividades;
- ✓ Interpretação de tipo holístico;
- ✓ Organização interdisciplinar.

¹²⁶ Vd. Ponto 3.2. da 1ª PARTE deste trabalho.

Numa primeira fase foram seleccionadas todas as unidades museológicas auto-denominadas «ecomuseu» e todos os projectos em curso de ecomuseus constantes dos levantamentos existentes *a priori* e os que foram detectados posteriormente.

Na segunda fase aplicou-se a lista de critérios prévios delimitando assim a amostra. De salientar que foram consideradas as unidades museológicas que cumprissem pelo menos três critérios. Contudo, na maioria dos casos a escassa informação disponível dificultou a total utilização dos critérios e condicionou, conseqüentemente, a selecção da amostra tornando necessário um primeiro contacto telefónico para obtenção de informações adicionais sobre as unidades museológicas seleccionadas.

Na terceira fase procedeu-se à marcação das entrevistas com os responsáveis e/ou animadores das unidades museológicas seleccionadas e, conseqüentemente, à visita e aplicação do questionário através das entrevistas.

A evolução do censo determinou outras decisões, nomeadamente a inclusão de um Parque Arqueológico – o Parque Arqueológico de Vale do Côa – e pelo censo às unidades museológicas em projecto, quando possível pela visita e aplicação do questionário através de entrevista ao responsável e/ou animador. Contudo a inclusão na análise das unidades museológicas em projecto e intenção de projecto limitou-se à variável independente Tutela e ao ponto 2.2. Situação Actual.

Após a aplicação dos critérios de selecção e das várias fases do processo de selecção foram apuradas 20 unidades museológicas (Tabela I).

TABELA I

UNIDADE MUSEOLÓGICA	
1	Museu do Douro
2	Parque Arqueológico de Vale do Côa
3	Museu da Casa Grande
4	Ecomuseu de Barroso
5	Ecomuseu Marinha da Troncalhada
6	Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita
7	Museu do Casal de Monte Redondo
8	Museu de Mértola
9	Ecomuseu Municipal do Seixal
10	Museu de Vila Franca do Campo – Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores
11	Museu de Comunidade Ribeira Grande
12	Museu da Comunidade Concelhia da Batalha
13	Museu Municipal de Pinhel
14	Ecomuseu do Redondo
15	Museu Etnográfico / Ecomuseu de Miranda do Corvo
16	Ecomuseu de S. Jorge
17	Projecto de Desenvolvimento Turístico de Sever do Vouga
18	Plano de Desenvolvimento Beira Serra – Ecomuseu de Góis
19	Ecomuseu do Guadiana
20	Museu Municipal / Ecomuseu de Vale de Cambra

1.2. ELABORAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Elaborado paralelamente à selecção da amostra o questionário baseou-se nos critérios prévios de selecção e, conseqüentemente, no conceito de ecomuseu e foi desenvolvido através dos estudos que se encontram publicados e que utilizaram o questionário como método para recolha de dados estatísticos referentes a museus.¹²⁷

A estrutura do questionário foi organizada em 10 grupos:

- I – Identificação e Situação Actual;
- II – Antecedentes;
- III – Estrutura;
- IV – Gestão de Recursos;
- V – Actividades;
- VI – Formação;
- VII – Relação com o exterior / Divulgação;
- VIII – Dificuldades / Perspectivas;
- IX – Programa Museológico
- X – Plano de Acção e Animação Cultural.

Divididos em 15 subgrupos, perfazendo um total de 58 questões.

Esta estrutura revelou-se extremamente «pesada» o que contribuiu para motivar as visitas às unidades museológicas escolhidas e a aplicação do questionário através de uma entrevista. Para facilitar a formulação das perguntas da entrevista e obter o máximo de informações foram utilizadas maioritariamente questões «abertas».

Foi igualmente definida a inserção no questionário dos dois últimos grupos – Programa Museológico; Plano de Acção e Animação Cultural – para uma melhor compreensão da estrutura, objectivos e actividades desenvolvidas pelas unidades museológicas e, quando possível, para complementar as informações obtidas com a aplicação do questionário.

1.2.1. DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS

Cada grupo de questões foi determinado de acordo com os objectivos a atingir, tal como explanado na tabela seguinte:

¹²⁷ Vd. INE (2001), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1999*, Instituto Nacional de Estatísticas, Lisboa; IPM/OAC (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, MC, IPM, Lisboa; IPM (2004), *Guia de Museus*, MC, IPM, Lisboa; OLEIRO, Manuel Bairrão, SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord., (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, OAC, IPM/RPM, Lisboa; MOREIRA, Isabel M. M. (1989), *Museus e Monumentos em Portugal 1772-1974*, UA, Lisboa; LOPES, Ana M. D. (1998), “Subsídios para a História dos Museus de Autarquia” in FILIPE, Maria da Graça da Silveira, coord., *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Experiências, Perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal; <http://www.ine.pt>.

TABELA II

GRUPO	OBJECTIVOS
I - Identificação e Situação Actual	Identificar a unidade museológica, assim como a sua tutela e compreender a situação em que se encontra.
II - Antecedentes	Aprender a ideia de criação da unidade museológica e com que objectivo foi criada. Conhecer os principais intervenientes e as primeiras iniciativas.
III - Estrutura	Distinguir a unidade museológica, o seu estatuto jurídico, o seu território de acção e o seu acervo e caracterizar as respectivas instalações.
IV - Gestão de Recursos	Compreender o tipo de gestão, de recursos humanos e financeiros, utilizada pela unidade museológica e identificar os principais intervenientes.
V - Actividades	Conhecer a tipologia das actividades desenvolvidas pela unidade museológica e o grau de participação da população.
VI - Formação	Identificar a tipologia da formação e a participação dos recursos humanos da unidade museológica em acções de formação.
VII - Relação com o exterior / Divulgação	Saber o tipo e origem dos visitantes/fruidores e os meios utilizados na divulgação das unidades museológicas e respectivas actividades.
VIII - Dificuldades / Perspectivas	Identificar os principais problemas e dificuldades da unidade museológica e conhecer as suas perspectivas de desenvolvimento a curto e médio prazo.
IX - Programa Museológico	Saber se dispõe de programa museológico e quais os principais objectivos que se propõe atingir.
X - Plano de Acção e Animação Cultural	Saber se dispõe de plano de acção e animação cultural, quais as actividades a desenvolver e os objectivos pretendidos.

1.2.2. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Para a caracterização geral das unidades museológicas foram delimitadas/as seguintes variáveis independentes:

- ✓ Tutela;
- ✓ Criação.

Os resultados da pergunta 4.4. (grupo III - Estrutura) deram origem à divisão da variável Tutela em quatro categorias: Administração Central; Administração Regional; Administração Local; Privados.

A informação recolhida através da pergunta 4.2. (grupo III – Estrutura) suscitou a variável Criação, a qual foi dividida em quatro intervalos temporais: 1974-1979; 1980-1989; 1990-1999; 2000-2006. Esta divisão baseou-se na reorganização política, social e cultural operada após o 25 de Abril de 1974 e nos principais acontecimentos ao nível cultural ocorridos em Portugal.¹²⁸

1.2.3. DEFINIÇÃO DOS INDICADORES DE ANÁLISE

A dificuldade em definir o conceito de ecomuseu tem múltiplas origens e a utilização, por parte da Nova Museologia, de princípios baseados no ecomuseu original que podem e definem as novas linhas de orientação de alguns museus tradicionais torna a tarefa mais complicada. Segundo Maurizio Maggi¹²⁹ alguns autores, como P. Boylan, P. Davis e A. Jorgensen, propõem a utilização de listas de critérios para distinguirem o museu tradicional do ecomuseu.

Foi com base nas várias definições do conceito de ecomuseu e nas listas de critérios propostos, pelos autores citados anteriormente, para o estudo de unidades ecomuseológicas que foram delimitados os seguintes indicadores de análise:

- ✓ Território como Espaço de Referência;
- ✓ Representação Identitária de uma Comunidade e/ou de um Território;
- ✓ Participação Activa da Comunidade;
- ✓ Gestão Comparticipada;
- ✓ Interpretação do Património de Tipo Holístico e Interdisciplinar;
- ✓ Conservação do Património *in situ*;
- ✓ Concertação e Cooperação com Entidades Locais, Regionais, Nacionais.

Ficou definida a utilização de indicadores de análise após a constatação de que apenas uma caracterização geral das unidades museológicas não seria suficiente para avaliar de forma precisa a realidade ecomuseológica portuguesa. Assim estes indicadores foram seleccionados e aplicados às informações extraídas da análise ao questionário individual, no sentido de identificar as unidades museológicas que reúnem as características de um verdadeiro ecomuseu.

1.2.4. VISITAS ÀS UNIDADES MUSEOLÓGICAS, GESTÃO DO QUESTIONÁRIO E TRATAMENTO DOS DADOS

¹²⁸ Acontecimentos explanados no capítulo III – *Renovação Museológica após o 25 de Abril*.

¹²⁹ MAGGI, Maurizio, FALLETTI, Vittorio (2000), *Gli Ecomusei. Che cosa sono, che cosa possono diventare*, Umberto Allemandi & C., Torino – Londra, p. 15.

Para evitar uma percentagem considerável de não-respostas optou-se por escolher a amostra tendo em conta a concretização de visitas às unidades museológicas e entrevistas para aplicação do questionário.

Numa primeira fase foram contactadas via telefone as unidades museológicas para confirmação de algumas informações compiladas anteriormente e marcação das entrevistas com o seu responsável e/ou animador. Na segunda fase foram efectuadas as visitas às unidades museológicas, seguidas da entrevista.

As questões efectuadas nas entrevistas basearam-se na matriz do questionário mas continham um carácter bastante livre, que permitia esclarecer as dúvidas suscitadas durante as visitas às unidades museológicas e durante a consulta das fontes. De salientar que nestas perguntas de carácter mais livre tivemos em consideração o historial e especificidade de cada uma das unidades museológicas visitadas.

O tratamento dos dados foi efectuado em Microsoft Office Excel 2007 e Microsoft Office Word 2007. O mapa foi tratado em ESRI ARCGIS 9.0 e os gráficos, as tabelas e os quadros em Microsoft Office Excel 2007.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL E EXAME DAS UNIDADES MUSEOLÓGICAS

A metodologia adoptada para ilustrar os resultados do censo à amostra foi efectuar a sua caracterização geral e exame através da utilização de variáveis independentes – Tutela e Criação.

A caracterização geral e o exame aplicam-se às unidades museológicas seleccionadas para amostra, que se encontram em funcionamento, e que perfazem um total de 11 – Museu do Douro, Parque Arqueológico de Vale do Côa, Museu da Casa Grande, Ecomuseu de Barroso, Ecomuseu Marinha da Troncalhada, Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita, Museu do Casal de Monte Redondo, Museu de Mértola, Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu de Vila Franca do Campo, Museu de Comunidade Ribeira Grande. Contudo, para a Tutela e Situação Actual foi também utilizada a totalidade da amostra, ou seja 20 unidades museológicas (Tabela I).

A caracterização geral das unidades museológicas foi efectuada através do estudo dos resultados obtidos com o questionário de acordo com a Situação Actual, o Funcionamento, os Antecedentes, a Estrutura, os Recursos, as Actividades, a Formação, a Relação com o exterior / Divulgação e Dificuldades / Perspectivas.

Em seguida procedeu-se ao exame das unidades museológicas através da listagem dos indicadores de análise, com o intuito de avaliar e identificar as que reúnem as características de um verdadeiro ecomuseu.¹³⁰

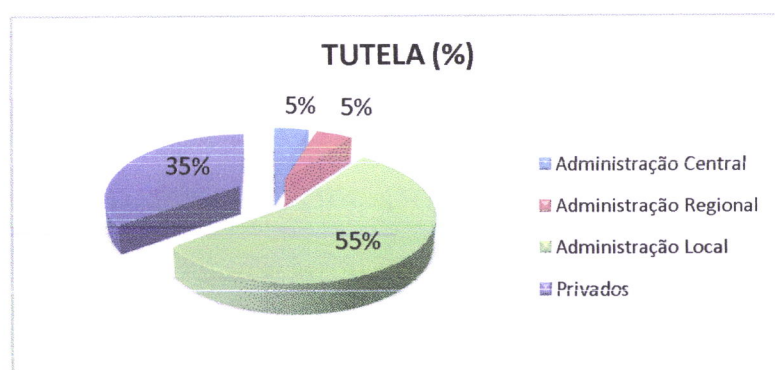
2.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL SEGUNDO AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

2.1.1. AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

2.1.1.1. TUTELA

Quanto à tutela das unidades museológicas que perfazem a amostra, num total de 20, a maioria tem estatuto jurídico público (65%), das quais 55% são referentes à Administração Local, 5% à Administração Central e 5% à Administração Regional. Têm estatuto jurídico Privado as restantes 35% (Gráfico I).

GRÁFICO I



2.1.1.2. CRIAÇÃO

Relativamente à data da criação das unidades museológicas em funcionamento 9% foram criadas no intervalo temporal 1974-1979, 46% entre 1980-1989, no intervalo temporal 1990-1999 contabilizam-se 36% e 9% entre 2000-2006.

Verifica-se aqui que o intervalo temporal com maior número de unidades museológicas criadas foi 1980-1989, cujas tutelas pertencem à Administração Local e Privados (Quadro I).

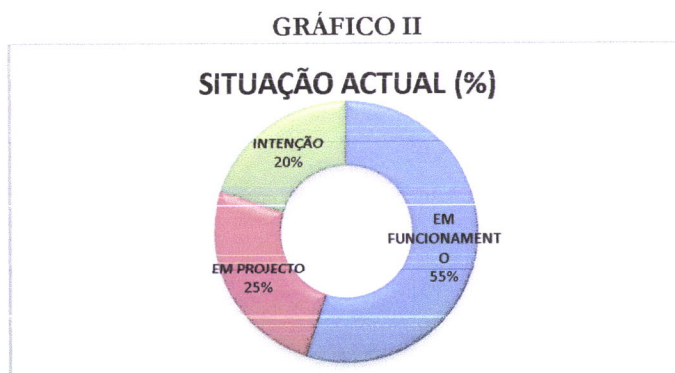
¹³⁰ Vd. Ponto 1.2.3. *Definição dos Indicadores de Análise*.

QUADRO I
CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PELA TUTELA SEGUNDO A CRIAÇÃO

CATEGORIAS	TOTALS		CRIAÇÃO (%)			
	%	n	1974-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2006
TOTALS	100%	11	9,10%	45,45%	36,36%	9,10%
Administração Central	9%	1			1	
Administração Regional						
Administração Local	55%	6		4	1	1
Privados	36%	4	1	1	2	

2.1.2. SITUAÇÃO ACTUAL

Da amostra analisada, num total de 20 unidades museológicas, 55% encontram-se em funcionamento, 25% são projectos e 20% são intenções de projecto (Gráfico II). De salientar que, por unidades museológicas em projecto entende-se aquelas que tendo algumas iniciativas desenvolvidas ainda não conseguiram desenvolver a totalidade do projecto. Por intenção de projecto entende-se as unidades museológicas que estão a elaborar os projectos ou com projecto já elaborado ainda não obtiveram financiamento para o pôr em prática.

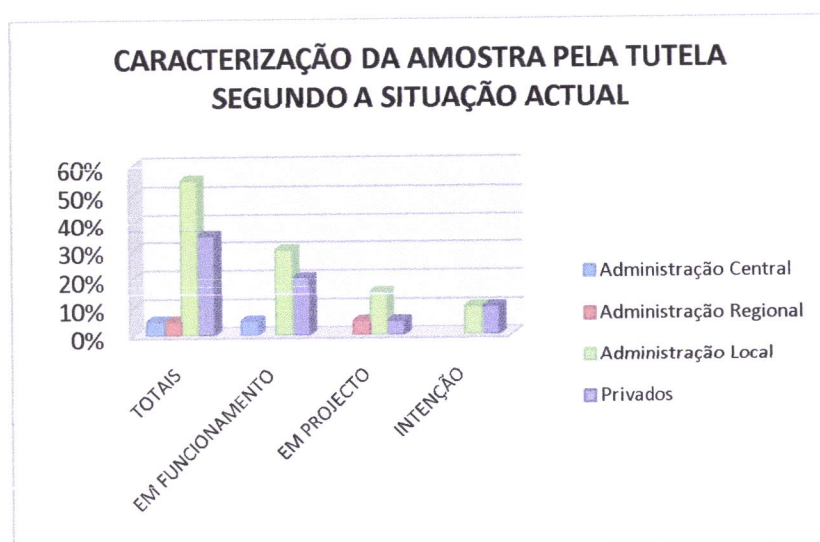


Das unidades museológicas que se encontram em funcionamento, ou seja dos 55%, salientam-se 30% tuteladas pela Administração Local contra 20% dos Privados e 5% da Administração Central. Em projecto perfazem um total de 25%, dos quais 15% da Administração Local, 5% da Administração Regional e os restantes 5% dos Privados. As intenções de projecto são 20%, divididos em igualdade percentual entre a Administração Local e os Privados, ou seja 10% cada (Quadro II / Gráfico III).

QUADRO II
CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PELA TUTELA SEGUNDO A SITUAÇÃO ACTUAL

CATEGORIAS			SITUAÇÃO ACTUAL (%)					
	TOTALS		EM FUNCIONAMENTO		EM PROJECTO		INTENÇÃO	
	%	n	%	n	%	n	%	n
TOTALS	100%	20	55%	11	25%	5	20%	4
Administração Central	5%	1	5	1				
Administração Regional	5%	1			5	1		
Administração Local	55%	11	30	6	15	3	10	2
Privados	35%	7	20	4	5	1	10	2

GRÁFICO III



2.1.3. FUNCIONAMENTO

As 11 unidades museológicas que perfazem a amostra, encontram-se abertas ao público e com um modo de funcionamento diário total e anual permanente.

Em relação à abertura ao fim-de-semana verifica-se que 6 abrem ao público, contra 5 que se encontram fechadas. Das que se encontram abertas ao público 1 é tutelada pela Administração Central, 3 pela Administração Local e 2 pelos Privados. Das que fecham ao fim-de-semana 3 têm tutela da Administração Local e 2 dos Privados.

2.1.4. ANTECEDENTES

Com as respostas às perguntas do grupo II - Antecedentes constata-se o seguinte:

- ✓ 8 Unidades museológicas usufruíram da participação activa da população na sua criação. Apenas 3 não contaram com essa participação, das quais 2 foram criadas pela Administração

Central, especificamente pelo Ministério da Cultura, e 1 contou com a colaboração entre uma autarquia e uma universidade.

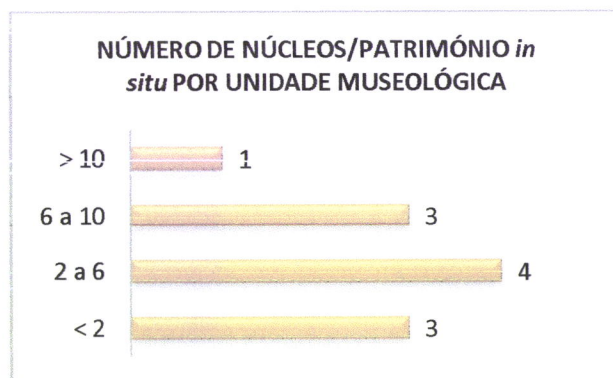
- ✓ Entre as primeiras iniciativas das unidades museológicas constam as investigações, recolha de peças e exposições;
- ✓ O principal objectivo apontado pela totalidade das unidades museológicas para a sua criação foi *o estudo, conservação, valorização e divulgação do património da comunidade/território*, em conjunto com o *desenvolvimento local*, apontado por 5 unidades museológicas.

2.1.5. ESTRUTURA

Relativamente à estrutura das unidades museológicas e de acordo com as respostas às perguntas do grupo III – Estrutura / Organização, comprovamos que as suas acções são desenvolvidas num território demarcado histórica, geográfica e administrativamente. De salientar que apenas uma se limita a um lugar musealizado.

A maioria das unidades museológicas possui outros núcleos/património *in situ*. Quanto aos núcleos concluímos que 3 têm apenas (por enquanto) o núcleo sede, 4 têm entre dois a seis núcleos/património *in situ*, 3 têm entre seis a dez núcleos/património *in situ* e 1 tem mais de dez núcleos/património *in situ* (Gráfico IV).

GRÁFICO IV



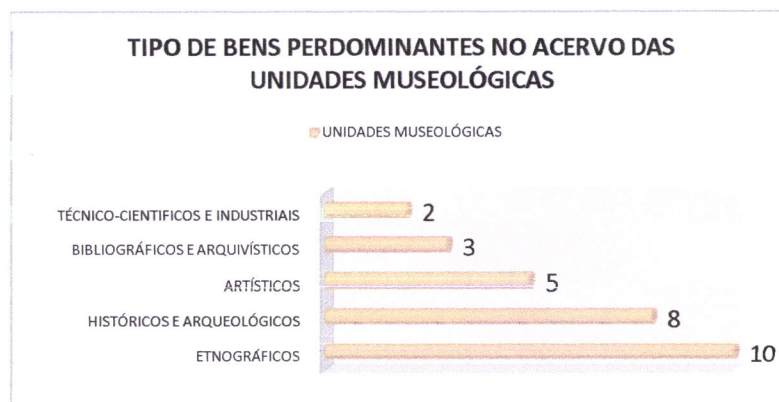
Quanto às instalações, por se tratar de unidades museológicas polinucleadas, deparamo-nos com um universo muito diversificado. Assim e para uma melhor compreensão decidimos efectuar a respectiva análise à totalidade dos núcleos/património *in situ* (51):

- ✓ As instalações são definitivas próprias e definitivas afectas pela tutela para 29 e 17 núcleos/património *in situ*, respectivamente;

- ✓ As instalações são provisórias cedidas e provisórias alugadas para 3 e 2 núcleos/património *in situ*, respectivamente.

Em relação ao tipo de bens que constituem o acervo das unidades museológicas constatamos que predominam os bens etnográficos (10 UM), seguidos dos bens históricos e arqueológicos (8 UM), bens artísticos (5 UM), bens bibliográficos e arquivísticos (3 UM) e por último bens técnico-científicos e industriais (2 UM). Os quais se encontram localizados em edifício, ao ar livre ou em ambos para 2, 2 e 7 unidades museológicas, respectivamente.

GRÁFICO V



2.1.6. RECURSOS HUMANOS

No que concerne aos recursos humanos constata-se que das 11 unidades museológicas que perfazem a amostra, 2 não possuem quadro de pessoal e dependem dos serviços prestados em regime de voluntariado por membros da comunidade. Das restantes 9, 7 possuem quadro de pessoal da tutela e 2 possuem quadro de pessoal próprio.

Das 9 unidades museológicas que possuem quadro de pessoal e, relativamente, ao número de funcionários integrados ou não que prestam serviço a tempo inteiro apuramos que 3 têm entre quatro a oito funcionários, 2 têm entre oito a doze funcionários, 1 tem entre doze a dezasseis funcionários e 3 têm mais de dezasseis funcionários (Quadro III).

Quanto aos responsáveis pelas unidades museológicas, sete não pertencem ao quadro de pessoal e apenas quatro pertencem ao quadro de pessoal da tutela. Destes quatro, três exercem o cargo de Chefes de Divisão e um de Director e pertencem a unidades museológicas com tutela da Administração Local e Administração Central, respectivamente.

QUADRO III
 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA PELA TUTELA SEGUNDO OS RECURSOS HUMANOS

TUTELA	RECURSOS HUMANOS						
	Quadro de Pessoal			N.º Funcionários			
	da tutela	próprio	não tem	4 a 8	8 a 12	12 a 16	> 16
Administração central		1				1	
Administração regional							
Administração Local	6			2	2		2
Privados	1	1	2	1			1

Em relação à prestação de serviço de voluntariado por membros ou grupos da comunidade constata-se que 2 unidades museológicas dependem exclusivamente do serviço de voluntariado para o funcionamento diário, 3 beneficiam pontualmente em serviços específicos, tais como abertura de núcleos, investigação e animação de exposições. Em 2 unidade museológica participam grupos da população local na gestão e organização de actividades. Destas, 4 têm tutela dos Privados e 3 da Administração Local, e foram criadas 1 no intervalo temporal 1974-1979, 4 no intervalo temporal 1980-1989, 1 no intervalo temporal 1990-1999 e 1 no intervalo temporal 2000-2006.

2.1.7. ACTIVIDADES

Na lista das actividades mais desenvolvidas pelas unidades museológicas encontram-se as *Exposições*, as *Visitas Guiadas*, a *organização de Jornadas/Encontros/Conferências/Workshops*, e os *Percursos Pedestres* e de *Barco*. Apenas 3 unidades museológicas afirmaram desenvolver *Ações de Sensibilização / Campanhas* orientadas para a comunidade e *colaborar em actividades* – vindimas, desfolhadas, magusto, festas tradicionais, etc. – organizadas por membros ou grupos da comunidade.

Relativamente ao interesse demonstrado por membros ou grupos da comunidade nas actividades organizadas pelas unidades museológicas verificamos que em 3 esse interesse é alto e inclusive participam na elaboração do programa anual de actividades. Em 6 e 2 unidades museológicas esse interesse é médio e baixo e, conseqüentemente, os membros ou grupos da comunidade não participam na elaboração do programa anual de actividades.

Quanto à investigação as 11 unidades museológicas declararam desenvolver esta actividade, das quais 9 afirmaram ter a colaboração de outras entidades e técnicos – Universidades, Associações Locais, jovens do programa OTL, Estagiários, etc. – e nas restantes 2 esta actividade é desenvolvida por outra entidade, que mediante protocolo colabora inclusive na gestão. De salientar que 6 unidades museológicas beneficiam da colaboração de membros ou grupos da comunidade nesta actividade, ao nível das doações de peças e partilha de informações, experiências e saber-fazer.

Em relação à tutela verifica-se que das 3 unidades museológicas que registam um alto interesse de membros ou grupos da comunidade nas suas actividades, 2 têm tutela da Administração Local e 1 dos Privados. Das 6 unidades museológicas que beneficiam da colaboração de membros ou grupos da comunidade na investigação, 3 têm tutela da Administração Local e 3 dos Privados.

2.1.8. FORMAÇÃO

Em relação à formação dos recursos humanos constata-se que 8 unidades museológicas afirmam proporcionar uma formação contínua, das quais 6 organizam alguns Encontros/Workshops/Conferências/Jornadas para os seus recursos humanos e de outras entidades e destas 3 organizam inclusive sessões de sensibilização e de esclarecimento para os seus recursos humanos e para membros e grupos da comunidade.

Quanto à tutela das 8 unidades museológicas, 5 têm tutela da Administração Local, 2 dos Privados e 1 da Administração Central. Das 3 unidades museológicas que, como citado anteriormente, organizam sessões de sensibilização e de esclarecimento, 2 têm tutela da Administração Local e 1 da Administração Central.

2.1.9. RELAÇÃO COM O EXTERIOR / DIVULGAÇÃO

Relativamente aos visitantes / fruidores das unidades museológicas que integram a amostra constata-se que em nenhuma se verifica uma maioria oriunda da região onde estão integradas as unidades museológicas, ou seja os visitantes / fruidores são oriundos de outras regiões do país e estrangeiro. Em 4 e 7 unidades museológicas verifica-se uma maior afluência de grupos escolares e de turistas estrangeiros, respectivamente.

No que concerne à divulgação todas as unidades museológicas analisadas confirmam a utilização de desdobráveis, folhetos e panfletos sobre o(s) núcleo(s) e/ou exposições permanentes e temporárias. A página da internet é utilizada por 9 unidades museológicas para uma divulgação mais universal, das quais 4 têm página da *internet* própria. As publicações de cariz mais científico são editadas por 7 unidades museológicas e os artigos e notícias na imprensa escrita são meios de divulgação utilizados por 8 unidades museológicas. O rádio é utilizado por 3 unidades museológicas para divulgação das suas actividades e a televisão por apenas 1.

Contudo, a maioria das unidades museológicas confirma que a divulgação é mais activa e de cariz permanente na região onde estão inscritas e mais esporádica e pontual quanto à divulgação por todo o território nacional e no estrangeiro (a excepção é a página da *internet*).

2.1.10. DIFICULDADES / PERSPECTIVAS

Quanto às dificuldades mais pertinentes foram apontadas por 9 unidades museológicas a *gestão dos recursos humanos, financeiros e das instalações*, por 6 a *escassez de pessoal qualificado* e por 5 a *necessidade de mais e melhor formação na área da museologia / museografia*. Os *problemas com a falta de espaço e de donativos* foram apontados por 3 unidades museológicas e por 2 os *orçamentais e estruturais*. A *necessidade de mais pessoal voluntário* para o funcionamento da instituição é sentida por 2 unidades museológicas.

Relativamente a perspectivas a médio e longo prazo as 11 unidades museológicas pretendem desenvolver actividades que divulguem e dinamizem a instituição e a região e, principalmente, atraiam mais visitantes / fruidores. O *desenvolvimento pleno dos planos museológico e de actividades e a aprovação do Programa Museológico e de Acção e Animação Social* pela tutela foi apontado por 2 unidades museológicas, respectivamente. A *obtenção de mais financiamentos para a gestão da instituição e musealização de património in situ* foi perspectivado por 3 unidades museológicas enquanto a *ampliação das instalações, a aquisição de novos imóveis e proceder a obras de beneficiação do edifício sede* foram apontadas por 4 unidades museológicas. *Manter e revitalizar a “vida” da comunidade* é o objectivo de 3 unidades museológicas.

2.2. EXAME SEGUNDO OS INDICADORES DE ANÁLISE

Em consonância com a caracterização geral efectuada às unidades museológicas e segundo os indicadores de análise supracitados constata-se que das unidades museológicas analisadas 5 reúnem as características de um verdadeiro ecomuseu – Museu da Casa Grande; Ecomuseu de Barroso; Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita; Museu do Casal de Monte Redondo; Museu de Mértola.

O Museu do Douro, o Museu de Vila Franca do Campo, o Ecomuseu Municipal do Seixal e o Museu de Comunidade da Ribeira Grande têm apenas um indicador negativo, Participação Activa da Comunidade e Gestão Comparticipada, respectivamente. O Parque Arqueológico de Vale do Côa, apresenta estes dois indicadores negativos.

De salientar o resultado obtido pelo Ecomuseu Marinha da Troncalhada que tem 4 indicadores negativos – Território como Espaço de Referência; Participação Activa da Comunidade; Gestão Comparticipada; Interpretação do Património de Tipo Holístico e Interdisciplinar. Concludentemente, apesar de se denominar *ecomuseu* esta unidade museológica não corresponde de todo ao conceito (Tabela III).

TABELA III

UNIDADE MUSEOLÓGICA	T.E.R.	R.I.C./T.	P.A.C.	G.C.	I.P.H.I.	C.P. <i>in situ</i>	C.C.E.
MUSEU DO DOURO	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓
PARQUE ARQUEOLÓGICO DE VALE DO CÔA	✓	✓	x	x	✓	✓	✓
MUSEU DA CASA GRANDE	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
ECOMUSEU DE BARROSO	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
ECOMUSEU MARINHA DA TRONCALEIRA	x	✓	x	x	x	✓	✓
ECOMUSEU DO RANCHO FOLCLÓRICO DE TORREDEITA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MUSEU DO CASAL DE MONTE REDONDO	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MUSEU DE MÉRTOLO	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓
MUSEU DE VILA FRANCA DO CAMPO	✓	✓	x	✓	✓	✓	✓
MUSEU DE COMUNIDADE DA RIBEIRA GRANDE	✓	✓	✓	x	✓	✓	✓

LEGENDA: T.E.R. – Território como Espaço de Referência; R.I.C./T. – Representação Identitária de uma Comunidade e/ou de um Território; P.A.C. – Participação Activa da Comunidade; G.C. – Gestão Comparticipada; I.P.H.I. – Interpretação do Património de Tipo Holístico e Interdisciplinar; C.P. *in situ* – Conservação do Património *in situ*; C.C.E. – Concertação e Cooperação com Entidades Locais, Regionais, Nacionais.

De acordo com as informações recolhidas e analisadas constatamos que das 5 unidades museológicas que reúnem todas as características de um verdadeiro ecomuseu, 2 têm tutela da Administração Local – Ecomuseu de Barroso; Museu de Mértola – e as restantes 3 têm tutela de Privados – Museu da Casa Grande; Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita; Museu do Casal de Monte Redondo. Quanto à sua criação 1 foi criada no intervalo temporal 1974-1979 – Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita – e 2 no intervalo temporal 1980-1989 – Museu do Casal de Monte Redondo; Museu de Mértola. Nos intervalos temporais 1990-1999 e 2000-2006 foram criadas duas unidades museológicas, Museu da Casa Grande e Ecomuseu de Barroso, respectivamente.

Das restantes experiências ecomuseológicas salientamos que 3 têm tutela da Administração Local – Ecomuseu Municipal do Seixal; Museu de Vila Franca do Campo; Museu de Comunidade da Ribeira Grande –, 1 tem tutela de Privados – Museu do Douro – e 1 tem tutela da Administração Central – Parque Arqueológico de Vale do Côa.

Relativamente à sua criação 3 foram criadas no intervalo temporal 1980-1989 – Ecomuseu Municipal do Seixal; Museu de Vila Franca do Campo; Museu de Comunidade da Ribeira Grande – e 2

foram criadas no intervalo temporal 1990-1999 – Museu do Douro; Parque Arqueológico de Vale do Côa.

No que concerne ao Ecomuseu Marinha da Troncalhada constata-se que este tem tutela da Administração Local e foi criado no intervalo temporal 1990-1999.

3. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Patenteia-se em Portugal uma clara deficiência de estudos de levantamento e caracterização do panorama museológico nacional. Tal só foi parcialmente colmatado após o Inquérito aos Museus em Portugal efectuado pelo OAC e IPM. Contudo, tanto os estudos anteriores efectuados pelo OAC e INE assim como o supramencionado e que culminou no Panorama Museológico em Portugal (2000-2003), são muito generalistas.

Nenhum dos estudos efectuados pelas entidades competentes mencionou a tipologia ecomuseu e a maioria, senão a totalidade dos museus desta tipologia, é comumente incluída na tipologia museus polinucleados, ignorando-se assim as características que os distinguem.

Partindo de uma base generalista e sem pontos de apoio revelou-se extremamente difícil pesquisar e encontrar os ecomuseus portugueses, principalmente, porque a única base de dados que nos facultava maior informação sobre os museus em Portugal é a da RPM, que se refere apenas e só aos museus da rede.

Como a maioria dos museus municipais e locais não fazem parte da RPM e como a maior parte das autarquias ou não dispõe de página da *internet* ou quando dispõe encontram-se desactualizadas ou configuradas de forma muito pouco prática, dificultando a pesquisa, o levantamento efectuado revelou-se deveras complicado e incompleto. Tal dificuldade deve-se inclusive ao facto de que a cultura e, conseqüentemente, os museus são renegados para um segundo plano na elaboração das páginas da *internet* das autarquias e a informação disponibilizada é maioritariamente deficitária.

Outro dos problemas encontrados foi a dificuldade de aplicação do conceito de ecomuseu, a nível nacional, que decorre das especificidades do próprio conceito, assim como da vitalidade verificada na área cultural, e mais especificamente na museologia, com a criação de um número cada vez maior de “museus” e a importância política dada ao sector. Tais dificuldades originaram a utilização de uma expressão mais vaga e generalista “unidade museológica” para o tratamento da amostra. De salientar que, como um dos objectivos propostos era a pesquisa de ecomuseus no panorama museológico nacional, não seria correcto utilizar a palavra ecomuseu durante a análise.

A implementação do questionário através das entrevistas aos responsáveis e/ou animadores das unidades museológicas revelou-se-nos *a priori* a melhor solução para extrair e assimilar as informações

necessárias ao tratamento da amostra. Contudo, a escassa informação disponível sobre a maioria das unidades museológicas visitadas e a falta de tempo, aliada a um módico orçamento, dificultaram todo o processo de recolha de informações.

As visitas foram efectuadas às unidades museológicas em funcionamento – com excepção do Museu de Mértola e do Ecomuseu Municipal do Seixal – e a algumas em projecto e intenção de projecto¹³¹. Estas revelaram-se, em alguns casos, a única forma de esclarecer dúvidas levantadas durante o processo de selecção. Tais dúvidas, esclarecidas apenas aquando das visitas, levaram à exclusão de duas unidades museológicas, o Ecomuseu do Zêzere e o Ecomuseu da Serra da Lousã / Museu Etnográfico Dr. Lousã Henriques, a primeira por não preencher os critérios de selecção e a segunda por falta de elementos¹³². Contribuíram, igualmente, para relegar o Museu Municipal de Vale de Cambra, apesar de aberto ao público, para o grupo das unidades museológicas Em Intenção de Projecto por este apresentar a intenção de alargar a sua acção ao levantamento do património concelhio com a participação da população (a técnica responsável já desenvolve algumas actividades neste âmbito mas muito esporádicas devido à falta de tempo) e a ambicionar uma estrutura descentralizada e dispersa por todo o seu território, com predomínio da preservação do património *in situ* numa clara alusão à noção de ecomuseu.

Optou-se por realizar mais duas visitas a duas unidades museológicas, o Museu de S. Jorge e o Museu de Lagoa. No primeiro caso foi efectuada a visita com o intuito de tentar perceber se o Museu de S. Jorge participa de alguma forma na criação do Ecomuseu de S. Jorge e se este facto está intimamente ligado à sua nova dinâmica. A visita e entrevista à sua directora, Virgínia Neto, revelou que o museu não está envolvido na criação do ecomuseu nem está interessado em se envolver.

No segundo caso a visita foi recomendada pelo Professor Rui de Sousa Martins porque a Universidade dos Açores e, mais propriamente, o Centro de Estudos Etnológicos do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais participaram na criação do Museu de Lagoa. Actualmente a Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa do Sr. Vereador Roberto de Medeiros, está a desenvolver um trabalho extraordinário de dinamização da profissão de bonecreiro e de divulgação dos presépios de Lagoa e respectiva fábrica de cerâmica, com a participação entusiasmada da comunidade. Contudo e apesar desta dinâmica verificou-se, com a visita aos três núcleos do museu, Os Presépios e a Profissão de Bonecreiro, Tanoaria e Tenda de Ferreiro, que a grande actividade e impulso da autarquia não inclui todos os núcleos ou seja, é apenas dirigido à colecção de presépios e à revitalização da profissão de bonecreiro.¹³³

¹³¹ As unidades museológicas visitadas foram: Ecomuseu do Zêzere; Ecomuseu da Serra da Lousã/ Museu Etnográfico Dr. Lousã Henriques; Museu do Douro; Parque Arqueológico de Vale do Côa; Museu da Casa Grande; Ecomuseu de Barroso; Ecomuseu Marinha da Troncalhada; Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torreda; Museu do Casal de Monte Redondo; Museu de Vila Franca do Campo; Museu de Lagoa (S. Miguel - Açores); Museu de Comunidade da Ribeira Grande; Museu Municipal de Pinhel; Museu Etnográfico / Ecomuseu de Miranda do Corvo; Ecomuseu de S. Jorge e Museu de S. Jorge; Museu Municipal de Vale de Cambra.

¹³² Salientamos que aquando da visita ao Ecomuseu da Serra da Lousã, não nos foi permitido fazer a entrevista ao seu responsável pelo que deixamos com o próprio o questionário para ser preenchido e enviado por correio. Tal não aconteceu pelo que foi necessário excluir esta unidade museológica do censo, por falta de elementos.

¹³³ Projecto da autoria do Dr. José Eduardo Pedro Gaspar que não foi desenvolvido na totalidade porque a autarquia de Lagoa dispensou os seus serviços e, conseqüentemente, a ajuda da Universidade dos Açores.

(Conquanto) as informações necessárias ao tratamento da amostra e elaboração do censo foram recolhidas e congregadas nas fichas de questionário. Das informações pretendidas constatamos que as mais difíceis de obter foram as referentes ao Programa Museológico e ao Plano de Acção e Animação Cultural, por a grande maioria das unidades museológicas não disporem de tais documentos. Este facto contribuiu para a exclusão destes dois grupos de questões da análise. As questões do grupo VII - Dificuldades / Perspectivas foram respondidas de uma forma muito generalista, o que condicionou a análise do mesmo, e as do subgrupo 7. Recursos Financeiros não foram respondidas pela totalidade das unidades museológicas, o que levou à sua exclusão da análise.

A relação das unidades museológicas com o exterior não pôde ser quantificada por algumas não disporem de registo de entrada dos visitantes/fruidores nem plano anual de divulgação das suas actividades.

No que concerne às dificuldades sentidas e às perspectivas a médio e longo prazo as respostas foram muito vagas pelo que foi necessário comparar as respostas dadas com a análise ao local aquando da visita.

Na visita ao Museu da Casa Grande e ao Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita, tivemos a percepção e a prova visível de que foram e continuam a ser o motor de desenvolvimento da comunidade.

Face ao exposto e observado neste capítulo quanto à caracterização geral das unidades museológicas comprovamos o seguinte:

- ✓ A maioria foi criada no intervalo temporal 1980-1989 e com a participação activa da comunidade. Contudo todas as unidades museológicas em funcionamento contam e/ou contaram com a participação da comunidade na sua criação e/ou gestão e/ ou organização das actividades.
- ✓ As que foram criadas nos intervalos temporais 1974-1979 e 1980-1989 apresentam uma participação mais passiva da comunidade nas actividades que desenvolvem. As excepções são as criadas e geridas por particulares, associações e fundações, as quais apresentam uma grande participação da comunidade nas actividades e, conseqüentemente, na gestão.
- ✓ Com o território como espaço de acção todas possuem núcleos museológicos e/ou sítios arqueológicos e/ou unidades etnográficas visitáveis. Este facto contribui para que os bens predominantes nos seus acervos sejam os bens etnográficos e arqueológicos localizados maioritariamente ao ar livre.
- ✓ A formação dos recursos humanos das unidades museológicas é maioritariamente solicitada pelo próprio e desenvolvida por outras entidades contudo, verifica-se que 3 organizam acções de sensibilização e de esclarecimento para a comunidade e seus recursos humanos.

Em relação ao exame segundo os indicadores de análise corrobóramos que:

1. O Museu do Douro;

Apresenta um único indicador negativo, a Participação Activa da Comunidade. O apoio prestado pela Associação dos Amigos do Museu do Douro contribui para que a comunidade participe cada vez mais nas actividades do museu, mas devido à fase de arranque em que o museu se encontra actualmente tal participação ainda não é visível. Contudo, projecta-se para o futuro uma participação mais activa da comunidade ao nível da criação e gestão de pequenos núcleos museológicos e da organização de eventos e actividades assim como a criação de uma rede de núcleos museológicos, dos quais alguns já se encontram em projecto.

2. O Parque Arqueológico de Vale do Côa;

Revelou dois indicadores negativos, Participação Activa da Comunidade e Gestão Comparticipada, o qual se deve à polémica gerada em torno da sua criação e ao facto de ter sido criado pela administração central contra a vontade da comunidade. Contudo, actualmente a Direcção do Parque está a inverter a situação com a organização de actividades direccionadas para a comunidade local e a requerer a sua participação em tais actividades. Quanto à sua gestão, continuará a depender da administração central.

Devido ao sistema de visitas – condicionado a um número reduzido de visitantes, acompanhados por um monitor e com o acesso aos locais de visita a só ser possível em viaturas 4X4 – colabora activamente com o Museu da Casa Grande na articulação das visitas a grandes grupos.

3. O Museu da Casa Grande;

Não apresenta nenhum indicador negativo. Contudo, a participação da população revela-se mais passiva que no passado e mais pontual, ou seja, verifica-se aquando da organização de actividades que requerem a sua participação tais como, vindimas, escavações arqueológicas, campanhas de angariação de peças para o museu, etc. Está a ampliar o seu território de acção aos concelhos limítrofes, como o concelho de Meda, onde está actualmente a desenvolver projectos de investigação arqueológica.

4. O Ecomuseu de Barroso;

Foi criado recentemente e ainda se encontra numa fase de implementação no território e de sensibilização da população contudo, consegue corresponder à totalidade dos indicadores. A médio e longo prazo pretende ampliar o seu território de acção aos concelhos integrados nas Terras de Barroso.

5. Ecomuseu Marinha da Troncalhada;

Apresenta quatro indicadores negativos Território como Espaço de Referência, Participação Activa da Comunidade, Gestão Comparticipada e Interpretação do Património de Tipo Holístico e Interdisciplinar. Foi criado com a participação da comunidade de marenotos, solicitada por

duas estagiárias do Curso de Pós-graduação em Museologia da Universidade do Porto que desenvolveram o projecto.

Limita-se ao espaço da Marinha da Troncalhada, não conta com a participação da comunidade e a interpretação do património é monodisciplinar. Quanto à gestão é efectuada pelo município de Aveiro, ou seja não-comparticipada.

6. Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita;

Corresponde à totalidade dos indicadores de análise e embora a sua criação remonte a 1978 está em constante proliferação. Foi iniciado pelo Rancho Folclórico e é gerido pela Fundação Joaquim dos Santos, que ampliou a sua acção às áreas da Acção Social, Educação e Ciência contribuindo assim para o desenvolvimento da comunidade onde está inserida.

7. Museu do Casal de Monte Redondo;

Não apresenta nenhum indicador negativo mas está a atravessar uma fase mais inactiva em relação à organização de actividades e, conseqüentemente, à participação da comunidade. Este facto deve-se principalmente ao parco orçamento que a instituição possui anualmente para a sua gestão (depende de donativos dos empresários locais e dos seus associados).

Contudo, podemos comprovar que a comunidade adere às iniciativas do museu quando nos informaram que se disponibilizaram a colaborar e participar na elaboração da actual exposição intitulada "*Gestos do Quotidiano*" (um levantamento fotográfico alusivo às actividades profissionais que representam a Vila de Monte Redondo) e que compareceram na sua inauguração mais de duzentas pessoas.

8. Museu de Mértola;

Corresponde à totalidade dos indicadores mas os trâmites da sua gestão ainda não foram bem definidos o que condiciona o seu funcionamento e financiamento. Ou seja, como é constituído por diversos núcleos, pertença de outras instituições, a tutela necessita assinar parcerias e protocolos com essas instituições – CAM; SCMM; Diocese de Beja e respectiva paróquia de Mértola; IPPAR; COTM; EC+SM; ADPM – para garantir o seu normal funcionamento e uma gestão assertiva.

9. Ecomuseu Municipal do Seixal;

Acusou um indicador negativo, Gestão Comparticipada. Relativamente à gestão e visto que o ecomuseu é tutelado pela Administração local, não é comparticipada.

É considerado o primeiro ecomuseu nacional (pelo menos o primeiro que adoptou essa denominação) com uma antiguidade considerável, mais propriamente 25 anos de existência, uma projecção nacional e internacional inigualável e um desenvolvimento extensivo a praticamente todas as áreas do património cultural e natural. Neste estudo revelou ser a unidade museológica,

de Administração Local, com o maior número de funcionários e de núcleos e conseqüentemente com uma estrutura demasiado pesada e institucionalizada.

10. Museu de Vila Franca do Campo;

Revelou um indicador negativo, Participação Activa da Comunidade, porque a participação da comunidade nas actividades do museu é muito esporádica e pontual. Contudo, membros da comunidade participam e são responsáveis pela gestão e manutenção de diversos núcleos do museu.

11. Museu de Comunidade da Ribeira Grande;

Acusou um indicador negativo, Gestão Comparticipada. É um museu com tutela e gestão da Administração Local, ou seja a gestão é não comparticipada.

Teve na sua génese uma Casa da Cultura que dinamizou e incentivou a participação da comunidade nas diversas iniciativas e acções que desenvolveu - apoiou a iniciativa local na criação de pequenas empresas, revitalizou o artesanato e as tradições, promoveu a preservação do património, etc. De salientar que, os resquícios dessa acção junto da comunidade ainda são visíveis na actividade do museu.

Das unidades museológicas analisadas apuramos que 5 correspondem em pleno à noção de ecomuseu e das restantes 6 apenas 1 revelou não ser uma experiência ecomuseológica, devido ao grande número de indicadores de análise negativos.

Em termos globais poderemos afirmar que, apesar das adversidades, as experiências ecomuseológicas em Portugal proliferaram graças à dinâmica da Administração Local e de algumas associações e, decisivamente, são em número considerável. Assim, poderemos concluir da análise à amostra (20 UM) que a maioria das unidades museológicas tem gestão local autárquica (11UM) e revelam, conseqüentemente, o indicador Gestão Comparticipada negativo, salvo raras excepções. Face ao exposto arriscar-nos-íamos a afirmar que a gestão não comparticipada é uma consequência da adaptação da noção de ecomuseu à realidade social, política e cultural de Portugal, ou seja, a nossa história revela que o associativismo só foi desenvolvido após o 25 de Abril de 1974 e que apesar de se revelar, logo após a revolução, com uma pujança inigualável¹³⁴ a realidade revelou-se cruel e com falta de meios para sobreviverem a maioria das associações ficaram inactivas e/ou simplesmente foram extintas.

¹³⁴ Nos dois anos a seguir à revolução ganharam força e expressão cívica os movimentos com objectivos de animação cultural ou de pesquisa e recolha, através de acções de sensibilização. Destes movimentos podemos destacar as *Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica*, em 1974-75 promovidas pelo Movimento das Forças Armadas, o *Plano de Trabalho e Cultura*, inserido no *Serviço Cívico Estudantil* e liderado por Michel Giacometti em 1975. (CAMACHO; 1999, pp. 68-75)

De 1978 a 1983 surgiu um forte movimento associativo de defesa do património que actualmente se pode designar como uma "explosão patrimonial", cuja dinâmica patrimonial teve representação institucional dada pelo Estado através da *Campanha Nacional para a Defesa do Património*. Movimento responsável pela criação de inúmeras associações, pela realização de encontros nacionais, pelo apoio e reconhecimento dos poderes públicos e pela repercussão na comunicação social. (CAMACHO; 1999, p. 77)

Salientamos, que a lista de unidades museológicas para o censo não corresponde ao número efectivo de ecomuseus portugueses nem nada que se assemelhe, é apenas uma amostra. Tal indagação, o «devantamento do panorama ecomuseológico nacional», ainda não foi efectuada.

II – OS ECOMUSEUS E A LEGISLAÇÃO NACIONAL QUE RELAÇÃO?

Na ausência de legislação nacional específica sobre ecomuseus optou-se por apresentar neste capítulo uma análise evolutiva à legislação sobre património cultural, património natural e museus. Realizar esta análise separadamente deve-se ao facto de os patrimónios cultural e natural e os museus em Portugal se encontrarem sob gestão e supervisão de entidades diversas provocando, na maioria das vezes, uma dicotomia e distorção de conceitos que na prática *“interferem na gestão do património para além da sua área própria de responsabilidades.”*¹³⁵

1. LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÓNIO CULTURAL

A primeira abordagem legislativa ao património cultural remonta a 1932 com o Decreto n.º20985, de 7 de Março, que legislou sobre a protecção, restauro, reintegração, classificação e conservação dos monumentos. Neste decreto legislou-se sobre o «património», mais propriamente património histórico, arqueológico e artístico, sem que fosse explanada uma definição do conceito de património, definiu-se a classificação dos imóveis em duas categorias – Monumento Nacional; Imóvel de Interesse Público – e os termos da sua protecção, conservação, reintegração e alienação.

A noção de património implícita neste diploma ilustra a época, do «culto aos monumentos» de inegável valor histórico e definidores da identidade nacional de um País, em que foi redigido e aprovado. Estava subentendido, na *“mera noção material”* e na primazia dos *“conceitos históricos e estéticos”*, que enaltecia *“um juízo de valor que tratava de sublinhar a importância da obra no desenvolvimento da história e da arte”*.¹³⁶

No que concerne à integração dos imóveis classificados na sua envolvente, foi definido que toda a obra de recuperação, edificação e alienação de imóveis *“que distem menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como monumento nacional”* ficava sujeita a parecer favorável do Conselho Superior de Belas Artes, assim como ficavam sujeitas a expropriação *“quaisquer construções ou instalações que prejudiquem a boa*

¹³⁵ BARATA, Filipe Themudo, MASCARENHAS, José Mannel de (2002), *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural de Tourega/Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora, p. 22.

¹³⁶ MORALES, Alfredo J. (1996), *Património histórico-artístico*, Col. Conocer el Arte, Historia 16 - Informacion e Historia, S.L., Madrid, p. 9.

conservação dos monumentos, ofendam ou desvirtuem o seu característico, dentro da zona de protecção fixada para cada um dos imóveis classificados”.

Estes imóveis constituíam o único património nacional recenseado, protegido, classificado e sujeito a obras de conservação e reintegração por parte do Estado, ficando todos os outros tipos de património legalmente desprotegidos.

Com o recenseamento nacional do património classificado foi sentida pelas autoridades competentes a insuficiência desta classificação o que originou a redacção e aprovação, em 11 de Junho de 1949, da Lei n.º2032 – Lei do valor concelhio.

Neste diploma a classificação do património nacional passou a ter mais uma categoria – valor concelhio – e a englobar mais um tipo de património – o património paisagístico. As autarquias passaram a ter mais competências e responsabilidades no que concerne à classificação, protecção e conservação do património: *“incumbe às câmaras municipais, ainda que não tenham tomado a iniciativa da classificação, auxiliar o Estado na protecção e vigilância dos elementos ou conjuntos referidos (...), informando o Ministério da Educação Nacional de qualquer risco que possa correr a integridade dos mesmos e de tudo o mais que lhes parecer conveniente para esse objectivo”.*

Entre 1949 e 1976 constata-se uma lacuna na produção legislativa referente ao património cultural, dificilmente colmatada pelas sucessivas alterações, modificação e reajustes ao Decreto n.º20985 e à Lei n.º2032.

Em 1976 foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto-Lei n.º116-B/76, de 9 de Fevereiro. Apesar do reconhecimento por parte do Estado da necessidade urgente de uma reformulação profunda da legislação específica vigente foi apenas revisto o Artigo 44º do Decreto n.º20985, de 7 de Março de 1932, referente às obras a efectuar pelos proprietários e usuários dos imóveis classificados. Este diploma introduziu as noções de «valor patrimonial» e de «património arquitectónico», mas continuou sem definir o conceito de património.

Apesar da profusão legislativa nacional verificada após o 25 de Abril de 1974, no campo do património cultural o corpo jurídico era parco. Contudo, a reflexão desencadeada pelos documentos internacionais, como cartas, convenções e recomendações redigidas pela UNESCO, ICOM, ICOMOS e Conselho da Europa, a introdução de novos conceitos e as acções de defesa do património iniciadas pelos movimentos associativos, assim como a necessidade do Estado português de assinar a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*, contribuíram para a reformulação da legislação nacional sobre o património cultural e aceleraram a redacção e aprovação da Lei n.º13/85, de 6 de Julho – Lei de Bases do Património Cultural Português.¹³⁷

¹³⁷ CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 19.

Este diploma introduziu a noção de «património cultural» interligada com as noções de «permanência», de «identidade» da cultura portuguesa e de «temporalidade»: *“o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”*.

A preservação, defesa, valorização, dignificação e fruição do património cultural era um *“direito e dever de todos cidadãos”* e a protecção, conservação, valorização e estudo uma «obrigação do Estado», através do Ministério da Cultura, mais concretamente, do IPPC, para a qual este diploma definiu como instrumentos de intervenção o levantamento, o registo e a classificação. Oficializou o papel desempenhado pelas ADPs na defesa, conservação e conhecimento do património cultural concedendo-lhes *“assento no conselho consultivo do IPPC”*.

O diploma determinou ainda que, à semelhança do corpo jurídico anterior, *“a protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis”* e reconheceu que os bens classificados poderiam ter valor local, regional, nacional e internacional dependendo o seu valor directamente da entidade que procedia à classificação, ou seja, os bens classificados directamente pelo Ministério da Cultura correspondiam aos de valor nacional e internacional, os classificados pelas Assembleias Municipais correspondiam aos de valor local e os de valor regional seriam os classificados pelos órgãos das Regiões Autónomas.

No que concerne à classificação dos «bens imóveis» introduziu três tipologias – monumento; conjunto; sítio – e determinou que, em todas as classificações, deveria ser considerado o enquadramento orgânico, natural ou construído do imóvel. Na definição das tipologias considerou *monumento* como obras de arquitectura, *conjuntos* como agrupamentos arquitectónicos urbanos ou rurais, tendo como elementos característicos a unidade, a integração e o seu interesse, e *sítios* como obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, onde os elementos considerados são o serem característicos, homogéneos, delimitáveis e de interesse.

Considerou como «bens móveis» susceptíveis de classificação *“os bens de significado cultural que representem a expressão ou o testemunho da criação humana ou da evolução da natureza ou da técnica”*.

Em conformidade com o disposto na legislação anterior todo o bem cultural classificado continuou a dispor de uma «zona especial de protecção» e a ser considerado um perímetro de 50 metros, caso não fosse definida *á priori* outro perímetro de protecção. Imediatamente após a classificação de um bem imóvel este diploma impunha, num prazo de 180 dias, a elaboração do plano de salvaguarda.

No que concerne ao património imaterial cabia ao Estado *“promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória colectiva portuguesa, protegendo em particular, os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano e todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem.”*

No artigo 44º deste diploma a protecção, conservação, valorização e revitalização do património cultural eram “*consideradas obrigatórias no ordenamento do território e na planificação a nível nacional, regional e local*” e realçava a importância das acções de formação do pessoal especializado e a inclusão nessas acções de formação das “*tecnologias tradicionais que fazem parte da herança cultural portuguesa*”.

O Estado reservava-se o dever de apoiar e promover “*acções educativas capazes de fomentar o interesse e respeito público pelo património cultural, como testemunho de uma memória colectiva definidora da identidade nacional*” e asseverava o direito de acção popular de defesa do património cultural que assistia a qualquer cidadão e ADP legalmente constituída.

Neste diploma os deveres e competências das autarquias foram alargados e contemplavam a possibilidade de desencadear os processos de classificação, a promoção da classificação de bens culturais nas respectivas áreas de influência e da expropriação dos bens móveis ou imóveis classificados, mediante parecer favorável do IPPC.

De salientar que, apesar do carácter inovador e da introdução no domínio jurídico nacional de conceitos, teorias e princípios internacionalmente aceites, este diploma nunca foi regulamentado como previsto no seu artigo 61º assim como também nunca o foi o Decreto do Presidente da República n.º5/91, de 23 de Janeiro – Ratifica a Convenção para a Salvaguarda do património Arquitectónico da Europa (Convenção de Granada), assinada em Granada a 3 de Outubro de 1985.

O facto de esta Lei nunca ter sido regulamentada e de no seu artigo 62º ter revogado toda a legislação que a contrariasse (e aqui estava incluída a legislação dos anos trinta) contribuiu para o vazio legal vivido em Portugal nos anos subsequentes, em que o património cultural foi subjugado pelos interesses económicos, com consequências nefastas.

Em 1997, com a descoberta das Gravuras do Vale do Côa, foram legislados casos e categorias especiais, o património arqueológico e subaquático, e criada uma nova forma jurídica de gestão e fiscalização, o IPA. Os casos especiais, e como a legislação nacional estava longe de corresponder às suas especificidades patrimoniais (e exigências impostas após a classificação dos mesmos a Património Mundial da UNESCO), foram legislados através de documentação jurídica própria: é o caso do Parque Arqueológico do Vale do Côa¹³⁸ e do Museu do Douro¹³⁹.

A detecção destas lacunas no corpo jurídico nacional levou à urgência de aprovar uma nova lei do património cultural português. Assim, a 25 de Maio de 2000 foi apresentada e aprovada em Conselho de Ministros a Proposta de Lei n.º39/VIII, e discutida e aprovada na Assembleia da República, em Janeiro de 2001. Finalmente em 17 de Julho do mesmo ano foi aprovada pela Assembleia da República a

¹³⁸ Institucionalizado provisoriamente através da Resolução do Conselho de Ministros n.º42/96 de 26 de Abril. De salientar que uma estrutura como um Parque, seja ele arqueológico, cultural ou etnográfico não tinha enquadramento legal o que levou posteriormente à criação de legislação específica que «Estabelece a forma de criação e gestão dos parques arqueológicos», o Decreto-Lei n.º131/2002, de 11 de Maio.

¹³⁹ Criado através da Lei n.º125/97, de 2 de Dezembro, pela Assembleia da República com o objectivo de preservar, valorizar, promover e documentar todo o património cultural e natural da Região do Douro é gerido pela Fundação do Museu do Douro (Decreto-Lei n.º70/2006, de 23 de Março).

Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro – Lei do Património cultural, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

O diploma continua a não definir o conceito de património cultural.

De acordo com o explanado no artigo 2º deste diploma integram o património cultural português “*não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa*”, “*aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas*” e ainda “*quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos*”. Consta ainda que como “*a cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural*”, deve constituir objecto de legislação própria.

Continua a definir como dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural. Em relação às autarquias locais constitui especial dever “*promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização dos bens imateriais mais representativos das comunidades respectivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram*”.

Define as estruturas associativas de defesa do património cultural, reservando-lhes o direito de participação e acção popular, de colaboração com a Administração pública em planos de acção referentes à protecção e à valorização do património cultural. Quanto à participação individual dos cidadãos decreta que todos têm o direito “*à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural*” e o dever de preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural.

A protecção e valorização do património cultural visam vivificar a identidade cultural comum da Nação Portuguesa, promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local e defender a qualidade ambiental e paisagística.

Considera bens culturais os bens imateriais “*as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas*” e bens materiais móveis e imóveis que representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura. No que concerne às categorias de bens materiais são mantidas, para os bens imóveis, as definidas na Lei n.º13/85, ou seja, «monumento», «conjunto» e «sítio». Quanto à classificação dos respectivos bens materiais são definidas três categorias:

- ✓ Interesse Nacional – bens com valor cultural de significado nacional;
- ✓ Interesse Público – bens com valor cultural de significado nacional mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação se mostre desproporcionado;
- ✓ Interesse Municipal – bens com valor cultural de significado municipal.

Para todos os bens classificados como de Interesse Nacional definiram-se duas designações: «monumento nacional» para bens imóveis e «tesouro nacional» para bens móveis.

Há semelhança com o disposto na legislação anterior todo o bem cultural classificado ou em vias de classificação continuou a dispor de uma «zona geral de protecção» de 50 metros, contados a partir dos seus limites externos.

Para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística cabe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais promover a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos, e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem. Relativamente aos conjuntos e sítios será elaborada legislação específica de desenvolvimento.

A forma de protecção dos bens culturais continua a ser determinada pela classificação e inventariação dos mesmos e elaborados os respectivos planos de salvaguarda.

Neste diploma são definidos os componentes e os instrumentos do regime geral de valorização dos bens culturais dos quais destacamos:

- ✓ Dos componentes – a protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; o acesso e a fruição; a formação; a divulgação, sensibilização e animação;
- ✓ Dos instrumentos – os parques arqueológicos; os instrumentos de gestão territorial; os programas de apoio às formas de utilização ordinária, tradicional ou natural dos bens; os programas de aproveitamento turístico.

Introduziu as noções de «património arqueológico», «património arquivístico», «património audiovisual», «património bibliográfico», «património fonográfico» e «património fotográfico» e define os seus regimes gerais de protecção e valorização.

Relativamente ao «património arqueológico» define «parque arqueológico» como *“qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes”* e «território envolvente» o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido. Um «parque arqueológico» poderá gozar de uma zona especial de protecção para garantir trabalhos arqueológicos futuros e para assegurar o seu ordenamento e gestão será elaborado um plano especial de ordenamento do território – Plano de Ordenamento de Parques Arqueológicos.

Contempla a criação de uma estrutura de coordenação das administrações estaduais do ambiente, do ordenamento do território, do equipamento, das obras públicas e da cultura.

Para a regulamentação total do disposto neste diploma cabe agora ao Estado redigir e aprovar os respectivos diplomas de desenvolvimento e legislação complementar da qual careça o sistema jurídico nacional.

2. LEGISLAÇÃO SOBRE PATRIMÓNIO NATURAL

No que concerne ao património natural foi iniciado com a Lei n.º9/70, de 19 de Junho. *“o acompanhamento da evolução internacional de protecção da Natureza através da classificação das áreas mais representativas do património natural.”*

Com o Decreto-Lei n.º613/76, de 27 de Julho, era constituído o novo regime de protecção da Natureza com a introdução da *“concepção europeia de parque natural”* e, conseqüentemente, de novos conceitos: «parque natural», «paisagem protegida», «reserva de recreio», «objecto», «sítio», «conjuntos e lugar classificados».

Este diploma inovou ainda com a introdução do valor estético e cultural das áreas a proteger como factor de influência, aquando da sua classificação: *“De facto, apenas a classificação e o restauro de monumentos não é suficiente para garantir a permanência dos valores culturais da paisagem portuguesa. (...) Estes valores, marcos indispensáveis da cultura e educação de um povo, tais como a árvore centenária, a azenha, e o povoado rural, o recorte da paisagem marcado pelas penedias ou pela obra do homem, são também, por outro lado, motivos indispensáveis de agrado e caracterização própria, sem os quais não há turismo.”* O seu carácter inovador alargou-se com a constatação de que a mera classificação como forma de protecção do património era insuficiente e que a interdisciplinaridade era indispensável a uma visão integrada da noção de património.¹⁴⁰

Em 1987 foi publicada a Lei n.º11/87, de 7 de Abril - Lei de Bases do Ambiente, a qual introduziu no sistema jurídico nacional os conceitos de «área protegida de âmbito regional e local» e a manutenção de áreas protegidas de âmbito nacional, em conformidade com os interesses que procuravam salvaguardar aquando da iniciativa de classificação, regulamentação e gestão.

Possibilitou ainda a criação de áreas protegidas de estatuto privado, que designou de «sítio de interesse biológico», mediante requerimento por parte dos proprietários interessados, com o propósito de proteger espécies da fauna e flora selvagem e respectivos habitats naturais de considerável interesse ecológico e científico.

¹⁴⁰ CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Gênese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 16.

O Decreto-Lei n.º19/93, de 23 de Janeiro, que “*estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas*”, afirma a necessidade de classificar como áreas protegidas as “*áreas terrestres e as águas interiores e marítimas em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções susceptíveis de as degradar.*”

Mantém a classificação das áreas protegidas como de interesse nacional, regional ou local, classificando-as de:

- «Parque nacional», «Reserva natural», «Parque natural» e «Monumento natural» as áreas de interesse nacional;
- «Paisagem Protegida» as áreas de interesse regional ou local;
- «Sítio de interesse biológico» as áreas protegidas de estatuto privado.

No que concerne aos objectivos pretendidos com a classificação de áreas protegidas destacamos “*a promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações*” e “*a valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural*”.

O dever de “*assegurar a coordenação e a representação internacional em matéria de áreas protegidas*” e de gerir as áreas de interesse nacional compete ao SNPRCN. A gestão das áreas protegidas de interesse regional ou local compete às autarquias locais ou associações de municípios.

Define os conceitos de «Parque nacional», «Reserva natural», «Parque natural», «Monumento natural», «Paisagem protegida» e «Sítio de interesse biológico» dos quais destacamos, por conterem paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, o «Parque nacional», o «Parque natural» e a «Paisagem protegida».

3. LEGISLAÇÃO SOBRE MUSEUS

Como explanado no ponto 1 deste capítulo os casos especiais, nomeadamente o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Museu do Douro, foram legislados através de documentação jurídica própria, por a legislação existente não corresponder às suas especificidades patrimoniais. Assim, poder-se-á afirmar que a criação de legislação no domínio dos museus teve início com a necessidade de preservar, gerir e divulgar o complexo de arte paleolítica ao ar livre do Vale do Côa.

Com o objectivo de desenvolvimento social e económico articulado e integrado da região do Vale do Côa foi lançado, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º49/96, de 16 de Abril, o

PROCÔA. Este programa tinha como objectivo a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa “*como forma de gerar investimentos e riqueza, não só através das actividades directamente ligadas à arqueologia como também das actividades tradicionais da região e de outras que contribuam para diversificar a sua base económica e aumentar a qualidade de vida*”.

Nas suas primeiras intervenções contabilizou-se a criação do Parque “*dotado de um museu e centro de investigação*” e das primeiras acções levadas a efeito destacou-se a classificação do Vale do Côa como zona especial de conservação e sua inclusão na Rede Natura 2000.

A figura de Parque Arqueológico só viria a ser legalmente enquadrada com a Lei n.º107/2001, na qual os parques arqueológicos foram definidos, como “*instrumentos do regime de valorização dos bens culturais, fazendo depender da legislação de desenvolvimento a forma de assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, designadamente através da elaboração de um plano especial de ordenamento do território, designado por plano de ordenamento de parque arqueológico*”. A necessidade de regulamentar sobre a matéria no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido por esta lei, foi promulgado o Decreto-Lei n.º131/2002, de 11 de Maio que “*estabelece a forma de criação e gestão de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do plano de ordenamento de parque arqueológico*”.

Neste diploma foi definido como «parque arqueológico» “*qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes*”. Estes têm por objectivos:

- “*Proteger, conservar e divulgar o património arqueológico;*
- “*Desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais existentes na área do parque arqueológico;*
- “*Promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas.*”

Os parques arqueológicos podem ser criados por qualquer entidade pública ou privada mediante apresentação de proposta ao Ministério da Cultura e são precedidos de um inquérito público que “*consiste na recolha de observações sobre a proposta de criação do parque arqueológico, sendo aberto através de editais nos locais de estilo e de aviso publicado em dois dos jornais mais lidos nos concelhos abrangidos pelo parque arqueológico, um dos quais de âmbito nacional.*” Dispõem de um plano de ordenamento que estabelece “*regimes de salvaguarda do património arqueológico e assegura a permanência dos sistemas indispensáveis ao ordenamento e gestão da área do parque.*”

Em 1997 e devido às especificidades da região em causa e, conseqüentemente, à adopção de uma forma de gestão adequada a essas especificidades, foi necessário legislar sobre outro museu de território, o Museu do Douro. Criado através da Lei n.º125/97, de 2 de Dezembro, este museu “*tem uma estrutura polinuclear distribuída por toda a Região do Douro, tendo a sua sede em Peso da Régua*” e como âmbito a referida região “*em toda a sua diversidade cultural e natural.*” Desenvolve a sua acção nas áreas da museografia,

investigação e acção cultural com o intuito de *“reunir, documentar, preservar e conservar as fontes históricas e antropológicas, espirituais e materiais de todo o património cultural e natural da Região do Douro, em particular o legado à produção, promoção e comercialização dos vinhos da Região do Douro, em especial do vinho generoso (vinho do Porto).”*

A partir de 2006 passou a ser gerido pela Fundação Museu do Douro¹⁴¹ da qual fazem parte integrante, 18 municípios e algumas entidades locais, assim como particulares.

As especificidades que envolvem a criação de museus da tipologia do Museu do Douro, ou seja museus de território que compreendem várias entidades na sua criação e abrangem um determinado território, pode descortinar-se muito tenuemente na Lei 47/2004, de 19 de Agosto. Na sua Secção III – Parcerias, mais concretamente nos artigos 95º e 99º este diploma define que é dever do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios promover *“a constituição de parcerias entre entidades públicas e privadas para a criação e qualificação de museus tendo em vista o enriquecimento do património cultural”* a qual *“pode prever a gestão privada de bens culturais do domínio público.”*

Finalmente em 2004 foi promulgada a Lei 47/2004, de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus Portugueses. Considerada a primeira lei aprovada pela Assembleia da República no domínio dos museus tem por objectivos:

- *“Definir princípios da política museológica nacional;*
- *Estabelecer o regime jurídico comum aos museus portugueses;*
- *Promover o rigor técnico e profissional das práticas museológicas;*
- *Instituir mecanismos de regulação e supervisão da programação, criação e transformação de museus;*
- *Estabelecer os direitos e deveres das pessoas colectivas públicas e privadas de que dependam museus;*
- *Promover a institucionalização de formas de colaboração inovadoras entre instituições públicas e privadas tendo em vista a cooperação científica e técnica e o melhor aproveitamento possível de recursos dos museus;*
- *Definir o direito de propriedade de bens culturais incorporados em museus, o direito de preferência e o regime de expropriação;*
- *Estabelecer as regras de credenciação de museus;*
- *Institucionalizar e desenvolver a Rede Portuguesa de Museus.”*

Define dois conceitos, «museu» e «coleção visitável», nos seguintes termos:

“Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- *Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;*

¹⁴¹ Decreto-lei n.º 70/2006, de 23 de Março – Diário da República, 1ª Série-A, n.º59.

- *Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.*

Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.

São funções dos museus o “*estudo e investigação*”, a “*incorporação*”, o “*inventário e documentação*”, a “*conservação*”, a “*segurança*”, a “*interpretação e exposição*” e a “*educação*”.

Este diploma vem estabelecer os objectivos, composição e actividade da Rede Portuguesa de Museus, oficializar e regulamentar a criação e fusão de museus, assim como, a credenciação de museus através do reconhecimento oficial da sua qualidade técnica.

4. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Para proceder ao estudo da relação entre a legislação analisada anteriormente e o ecomuseu recorreremos aos elementos que caracterizam o ecomuseu: definição de património como tudo o que represente a relação do homem com o seu meio ambiente, territorialidade, interdisciplinaridade, participação da comunidade; educação permanente da comunidade, conservação do património *in situ*; gestão comparticipada; concertação e cooperação entre entidades, numa perspectiva de desenvolvimento integrado da comunidade.

No que concerne à legislação sobre o património cultural constatamos que na Lei n.º13/85 se propõe a colaboração das populações na “*dignificação, defesa e fruição do património cultural*” e afirma que “*qualquer cidadão (...), bem como qualquer ADP (...) tem, (...) o direito de acção popular de defesa do património cultural*”. Oficializa as ADPs cuja participação na acção popular de defesa do património cultural está na origem da criação de museus locais e ecomuseus em Portugal.

A Lei 107/2001 acrescenta à definição de património cultural “*os respectivos contextos*”, e os “*bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas*” e, à semelhança da lei anterior, reafirma que a “*participação dos cidadãos (...) poderá ser assegurada por estruturas associativas*” as quais “*gozam do direito de participação, informação e acção popular*” e frisa que “*todos têm o dever de preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural*”.

No que se refere à cooperação entre entidades este diploma afirma que “*os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.*”

Neste diploma é introduzida a noção de «parque arqueológico» seguindo a tendência internacional de criação de parques temáticos, de que os ecomuseus são um exemplo. Infelizmente a

introdução desta noção foi imposta pela necessidade de regulamentar, na Lei de Bases do Património Cultural Português, a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa prevendo-se que, e de acordo com a “tradição”, a introdução de outras noções só será efectuada por força das circunstâncias.

Relativamente à legislação sobre o património natural apuramos que o Decreto-Lei n.º613/76, de 27 de Julho, visava garantir a permanência dos valores culturais na paisagem, de cujas medidas expugnadas se realçava a introdução da “*concepção europeia de parque natural*” e, conseqüentemente, da interdisciplinaridade como uma visão integrada da noção de património. De salientar que este diploma foi redigido e aprovado sob a influência do Arq. Fernando Pessoa, principal impulsionador de uma política patrimonial, na qual “*Os objectivos cometidos aos parques naturais conduzem a que estes se prefigurassem como experiências de desenvolvimento sustentável.*”¹⁴²

Pode definir-se este diploma como o mais perto de legislar a ecomuseologia em Portugal mas, desafortunadamente foi revogado com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º19/93, de 23 de Janeiro. Relativamente a este último, os objectivos pretendidos, entre outros, com a classificação de áreas protegidas correspondem à “*promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade da vida das populações*” e “*a valorização de actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural*”, cujas formas jurídicas que podem abranger no seu seio ecomuseus e estruturas análogas à de ecomuseu são:

- “*Parque nacional - área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional;*
- “*«Parque natural» - área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza e que apresente amostras de um bioma ou região natural;*
- “*«Paisagem protegida» - área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse local ou regional, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da natureza que evidencia grande valor estético e natural.*”

Em conformidade com a legislação sobre museus destacamos a promulgação da Resolução do Conselho de Ministros n.º49/96, de 16 de Abril que definiu um programa com o objectivo de desenvolver social e economicamente uma região, de forma articulada e integrada. Pela primeira vez em Portugal foi criado um parque temático como instrumento de ordenamento de um território e de motor de desenvolvimento de uma região.

¹⁴² GOUVEIA, Henrique Coutinho (2001), “Um contributo para a divulgação do pensamento museológico português”, in PESSOA, Fernando Santos, *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Coleção Viver é Preciso, vol.20, Edições Afrontamento, Porto, p. 8.

De salientar que a análise deste diploma no ponto 3 – Legislação Nacional sobre Museus do presente capítulo ficou a dever-se ao facto de considerar os parques arqueológicos uma evolução dos parques temáticos dos anos 70 do século XX, mais propriamente dos ecomuseus. O dever de gerir os parques arqueológicos delegado ao IPA¹⁴³, a regulamentação dos parques arqueológicos através da Lei do Património Cultural e a ausência de referências a este tipo de museus, oriundos da nova museologia, na Lei Quadro dos Museus Portugueses define bem as lacunas da legislação sobre património, assim como o problema sentido em Portugal de falta de cooperação e articulação entre as diversas entidades intervenientes na protecção, conservação e gestão do património.

As lacunas da legislação nacional sobre património também se fizeram sentir quando, em 1997, na impossibilidade de enquadrar a criação de um museu, o Museu do Douro, esta foi aprovada através de legislação específica - Lei n.º125/97, de 2 de Dezembro. Facto que só foi colmatado juridicamente em 2004, com a Lei 47/2004, de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Neste diploma foram apenas contemplados os conceitos de «museu», inspirado no conceito de museu do ICOM e que não acompanha a evolução do conceito de museu impulsionada após a Declaração de Santiago do Chile, e de «coleção visitável». Contudo, apesar da limitação no que concerne à introdução de conceitos poderemos vislumbrar tenuemente alguns elementos que definem o ecomuseu:

- ✓ Diversidade cultural, educação permanente e participação da comunidade - No artigo 42º, alínea 2 “*O museu promove a função educativa no respeito pela diversidade cultural tendo em vista a educação permanente, a participação da comunidade, o aumento e diversidade dos públicos*”;
- ✓ Concertação e cooperação entre entidades - No artigo 43º, alínea 1 “*O museu estabelece formas regulares de colaboração e de articulação institucional com o sistema de ensino (...)*” e no artigo 45º, alínea 2 “*Os museus com pequena dimensão devem estabelecer acordos com outros museus ou com instituições públicas ou privadas (...)*”;
- ✓ Participação da comunidade – No artigo 47º, alínea 1 “*O museu estimula a constituição de associações de amigos dos museus, de grupos de interesse especializado, de voluntariado ou de outras formas de colaboração sistemática da comunidade e dos públicos*”.

Face ao exposto poderemos concluir que o ecomuseu mantém uma ténue relação com a legislação nacional. Alguns dos elementos que o caracterizam encontram-se dispersos pelos vários diplomas apesar de o conceito e princípios que o caracterizam não serem considerados e de na Lei Quadro dos Museus Portugueses a criação de ecomuseus, através dos princípios que regem a criação e gestão de museus, poder torná-los demasiado institucionalizados e, conseqüentemente, as diferenças com o museu tradicional demasiado esbatidas.

¹⁴³ Foi recentemente extinto e fundido com o IPPAR e criado o IGESPAR. - lei

A inclusão da noção ecomuseu é possível através da introdução dos princípios e conceito de parque temático e, conseqüentemente, das suas diversas tipologias na Lei do Património Cultural – Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro.

III – RENOVAÇÃO MUSEOLÓGIA APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Nas últimas décadas do século XX as mudanças em Portugal foram dramáticas, profundas e muito rápidas, motivadas por acontecimentos históricos de suma importância. Os anos setenta foram o início de todas as mudanças. A Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974, foi o golpe fatal para a ditadura imposta por Salazar e a alteração radical da vida política do país, que teve grandes implicações sociais, culturais e económicas.

Durante a ditadura a «cultura nacional» e, nomeadamente, os museus foram utilizados para fins propagandísticos do nacionalismo, as peças museológicas representativas do simbolismo patriótico foram sujeitas a uso político e ideológico através de exposições temporárias. A elite que detinha o poder confinava os grupos de pensadores que se atreviam a contestar as suas decisões e a abraçar as novas ideias políticas, sociais e culturais que ressaltavam do exterior, à prisão, à clandestinidade ou ao exílio. A tal situação não ficou isentos certos grupos socioculturais ligados à museologia não instituída e ao ensino.

Na segunda metade da década de sessenta a museologia tradicional instituída foi sacudida pela criação da Fundação Calouste Gulbenkian e a instalação na sua sede do Museu Gulbenkian, um edifício moderno e inovador. Considerado o primeiro «museu com formato moderno» em Portugal a ser planeado *a priori* através do estudo das colecções e a forma de comunicação com o público num programa museológico, elaborado por profissionais da área da museologia¹⁴⁴. As actividades desenvolvidas pela Fundação no domínio das artes, música e literatura foram o escape e o refúgio para muitos intelectuais portugueses, que conseguiram assim desenvolver iniciativas e trabalhos de investigação de carácter inovador através de bolsas de estudo que lhes permitiram viajar para o estrangeiro. Este contacto com as ideias que floresciam na Europa e no mundo a nível social, cultural e político possibilitaram a formação de uma nova geração com ideias inovadoras que desempenharia um papel fundamental na integração de Portugal no mundo, após o 25 de Abril.

Um outro passo importante para a museologia portuguesa foi a criação em 1965 da Associação Portuguesa de Museologia – APOM – cujas finalidades eram as seguintes:

¹⁴⁴ Georges Henri Rivière participou no processo de programação e montagem do Museu Gulbenkian a convite da Fundação Calouste Gulbenkian.

- “Agrupar conservadores de museus, restauradores de obras de arte, historiadores e críticos de arte, arquitectos e outros técnicos e cientistas ligados aos problemas museológicos actuais;
- Promover o conhecimento da museologia e dos domínios científicos e técnicos que a informam, através de reuniões e visitas de estudo, conferências, exposições e publicações.”¹⁴⁵

A APOM foi praticamente a única difusora de textos de cariz museológico e experiências além fronteiras com a edição regular das suas *Informações*, entre 1973 e 1981, assim como na organização de colóquios anuais a partir de 1975.¹⁴⁶

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, o 1º governo constitucional português encontra um panorama museológico deveras desolador com a maioria dos museus a sobreviver com graves carências internas, poucos recursos financeiros e humanos e sem uma adequada estrutura coordenadora.¹⁴⁷ Através da Secretaria de Estado da Cultura o governo solicita, em 1976, à UNESCO aconselhamento na área da Museologia. Esta solicitação visava um levantamento das realidades existentes para concepção de uma estrutura de coordenação eficaz e apontava três objectivos:

1. “Melhorar a coordenação entre os museus existentes;
2. Descentralizar a acção destes museus;
3. Criar museus de tipo novo com larga participação popular.”¹⁴⁸

A UNESCO através do ICOM enviaria a Portugal um museólogo sueco Per-Uno Agren, conhecedor das novas ideias da museologia social e comunitária que se desenvolviam por todo o continente Europeu e no mundo e coordenador de uma experiência neste âmbito, no Museu Regional de Vasterbotten¹⁴⁹ do qual era à data Director.

Entre 1976 e 1979 Per-Uno Agren efectuou quatro deslocações a Portugal onde encetou uma série de visitas a diversos museus e projectos de dinamização locais no norte, centro e sul do país e coordenou três seminários – Guimarães, Seia e Faro.¹⁵⁰ Na primeira deslocação Per-Uno Agren propõe a criação de um grupo de trabalho - Grupo de Trabalho Museus-UNESCO - para desenvolver e apoiar as acções propostas pela UNESCO. Este grupo de trabalho seria composto por representantes da SEC, do Ministério da Educação, da Comissão Portuguesa do ICOM e de museus nacionais e locais. Seria reformulado em 1979 e designado Grupo de Apoio aos Museus Locais e Regionais, integrado na Comissão Organizadora do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural.

¹⁴⁵ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz coord. (1993), *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, p. 59.

¹⁴⁶ As edições das *Informações* e *Colóquios APOM* são uns dos escassos documentos que possibilitam uma análise do panorama museológico em Portugal nos anos que se seguiram à Revolução dos Cravos.

¹⁴⁷ Esta situação é agravada pelo facto da população em geral fazer ainda a ligação dos museus estatais à política propagandista da ditadura do Estado Novo.

¹⁴⁸ CAMACHO, Maria Clara de Frayão, *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 110.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ *Idem*, p.112.

Destas deslocações emergiram dois relatórios, que Per-Uno Agren apresentou à UNESCO, onde expõe os problemas observados no panorama museológico português, nomeadamente, falta de recursos financeiros, instalações inadequadas, inexistência de programas educativos e de articulação com o meio, problemas de conservação e gestão das colecções e falta de articulação entre os museus. Para colmatar estas lacunas propôs a articulação entre os museus de todo o país com a criação de uma rede de museus, criação e renovação de museus regionais através da articulação e colaboração dos poderes central e local com a comunidade e seus grupos activos¹⁵¹ e a implementação de um programa de formação nacional em museologia.¹⁵²

Apesar da solicitação de aconselhamento ter partido do governo português as propostas apresentadas não surtiram grande efeito prático mas a organização dos três seminários que, segundo Clara Camacho, envolveram mais de cem pessoas, entre participantes e coordenadores, “*tornando-se na mais extensa operação de formação em museologia local no período posterior a 1974, tanto em abrangência geográfica, como em número de formandos envolvido*”¹⁵³, seriam um dos motores da renovação museológica nacional.

Simultaneamente a esta actividade solicitada e impulsionada pela SEC, na área da museologia e dos museus portugueses, a SEA, sob o impulso inovador do director do SNPRPP, o Arq. Fernando Pessoa¹⁵⁴, decide adaptar a concepção europeia de Parque Natural¹⁵⁵ e, conseqüentemente, a teoria dos Ecomuseus dos Parques Naturais¹⁵⁶ à realidade nacional.

Para pôr em prática este ambicioso programa de intervenção delineado para os Parques Naturais Nacionais¹⁵⁷, onde o Arq. Fernando Pessoa pretendia “*impulsionar uma política patrimonial em articulação com uma estratégia de conservação da natureza, em que esta deixaria de ser entendida como uma mera protecção biológica das*

¹⁵¹ Nos dois anos a seguir à revolução ganharam força e expressão cívica os movimentos com objectivos de animação cultural ou de pesquisa e recolha, através de acções de sensibilização. Dos fenómenos sociais e culturais ocorridos destacamos a proliferação de acções de animação cultural e dos movimentos associativos patrimoniais que conduziram à criação de grupos folclóricos, que se dedicavam também à recolha e constituição de colecções etnográficas, e de grupos de defesa do património. Em 1977-78 deu-se a criação formal de Associações de Defesa do Património, as designadas ADP cuja acção teve na origem a criação de museus locais e regionais de cariz mais social e comunitário. Este movimento permitiu reunir um leque alargado do tecido político-partidário, em tomo do património, frequentemente *factor de aglutinação social e de superação das divergências ideológicas.* (CAMACHO; 1999, p. 77)

¹⁵² FERNANDES, Ana M. S., “As origens do MINOM” extracto da dissertação *Um Núcleo Documental para o Estudo da MINOM*, Janeiro 2006, 55 p., in http://www.minom-icom.net/AS_ORIGENS_DO_MINOM.pdf, extraído a 25/05/2007, pp. 70-71.

¹⁵³ CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Gênesis dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 119.

¹⁵⁴ Director do SNPRPP entre 1976 e 1980 teve o primeiro contacto com a experiência francesa dos ecomuseus e, inevitavelmente, com Georges Henri Rivière em 1977, numa Assembleia Geral da Federação dos Parques Naturais Franceses, e foi um acérrimo defensor da ecomuseologia em Portugal. (PESSOA; 2001, p.21)

¹⁵⁵ O conceito de parque natural nasceu na Alemanha, originado por novas concepções para a criação de áreas protegidas defendidas por um movimento cultural que colocava o homem no seio da natureza. O parque natural procura *salvaguardar aspectos das paisagens rurais mais significativas, onde se manteve o equilíbrio da acção humana sobre a Natureza, e onde se protegem pontualmente os aspectos mais ou menos espontâneos da flora e da fauna.* (PESSOA; 2001, pp. 40-41). Em França o parque natural tomou-se um instrumento de dinamização das populações locais e de desenvolvimento sustentável, sob uma política de ordenamento do território e desenvolvimento do turismo numa perspectiva de regionalização.

¹⁵⁶ O Ecomuseu dos parques faz a ligação entre o *substrato físico do território, a película biológica que o cobre e o homem que está integrado nessa realidade biofísica.* (PESSOA; 2001, p. 27)

¹⁵⁷ Baseado na filosofia ecomuseológica francesa e influenciado pelos movimentos de animação sociocultural e pelas mudanças político-administrativas a delinear para Portugal, nomeadamente no que concerne à regionalização e à autonomia das autarquias. De salientar que a Constituição de 1976 veio dar às autarquias uma nova definição contemplando os interesses das comunidades locais através de uma administração autónoma, onde o elemento estruturante é o território.

espécies, passando a encontrar-se em causa os resultados de um longo processo de adaptação às actividades do homem”¹⁵⁸, a SEA convidou Georges Henri Rivière.

Entre 1978 e 1979 Georges Henri Rivière deslocou-se a Portugal para desempenhar funções de consultoria e aconselhamento.¹⁵⁹ Na primeira deslocação visitou os parques naturais, entre os quais o Parque Natural da Serra da Estrela considerado como um arquétipo para o desenvolvimento da política patrimonial e para a implementação do primeiro ecomuseu, e participou em colóquios organizados pelo Serviço Nacional de Parques e Reservas dirigido aos técnicos deste Serviço.¹⁶⁰

Para a implementação no terreno do Ecomuseu da Serra da Estrela foi formada uma equipa interdisciplinar de consultores especialistas¹⁶¹ e delineado o programa museológico¹⁶² assente no princípio de participação da população local pois, como afirma o Arq. Fernando Pessoa, “o ecomuseu destina-se, em primeiro lugar, à população local, para que ela reconheça os valores do seu meio ambiente e da sua cultura e dessa forma se orgulhe das raízes que a ligam a um passado que em muitos aspectos foi de exploração, de pobreza ou de sofrimentos, noutros de grandiosidade, de poder criador e de génio artístico. Em todos eles essa população poderá encontrar o estímulo para ultrapassar as deficiências e adquirir energias para o futuro.”¹⁶³

A equipa de especialistas desenvolveu uma pesquisa exaustiva sobre a região com recolha de elementos do património material e imaterial e secções de sensibilização e esclarecimento como forma de interligação com as populações e de promoção do projecto.

Contudo, apesar de o projecto ter sido promovido inicialmente pela SEA esta não teve a vontade política para avançar com a sua execução prática e em 1980 procedeu a transformações no programa para os Parques Naturais Nacionais.¹⁶⁴ Transformações essas que foram seguidas por alterações políticas decorrentes da eleição de um novo governo constitucional e que culminaram na substituição do Director do SNPRPP.

A década de 80 do séc. XX seria marcada por três acontecimentos que mudariam o panorama museológico nacional: a criação do IPPC; a criação no seio do IPPC do Departamento de Museus, Palácios e Fundações; a entrada de Portugal na União Europeia.

¹⁵⁸ PESSOA, Fernando Santos (2001), *Reflexões sobre ecomuseologia*, Coleção Viver é Preciso, vol. 20, Edições Afrontamento, Porto, p. 8.

¹⁵⁹ A sua visita teve um impacto muito reduzido na comunidade museológica nacional e apesar de escutado em todos os países com admiração, respeito e carinho, recebido por Chefes de Estado, e apreciado por intelectuais e artistas, Rivière passa por Portugal e, para além de um reduzido número de pessoas que o recebe e aprecia, continua como desconhecido. (PESSOA; 2001, p.30)

¹⁶⁰ Durante a sua estada em Portugal foi organizada uma única iniciativa dirigida a profissionais de museus, uma conferência sobre Ecomuseus realizada na Fundação Calouste Gulbenkian a 8 de Julho de 1978, e que contou com a presença de, aproximadamente, 40 participantes. Esta conferência contribuiu para a difusão de documentação sobre o tema e, inevitavelmente, para a publicação das iniciativas da museologia francesa. (CAMACHO; 1999, p. 133)

¹⁶¹ A equipa de consultores do ecomuseu era formada pelos seguintes especialistas: Fernando Pessoa, coordenação/concepção geral; Manuel Viegas Guerreiro, etnografia/antropologia; Jorge Alarcão, arqueologia; Susana Daveau, geografia física/geomorfolgia; Pinto da Silva, botânica/fitossociologia; José Caldeira Cabral, arquitectura; Conceição Moreira, história/documentação; Alberto Martinho, sociologia/animação cultural. (PESSOA; 2001, p. 64).

¹⁶² O Programa museológico previa seis unidades temáticas distribuídas pelo território do Parque: *Museu do Tempo; Laboratório de Campo; Centro de Animação Cultural; Centro de Animação Desportiva; Museu do Espaço*. (PESSOA; 2001, pp. 61-64).

¹⁶³ *Idem*, p.45.

¹⁶⁴ Afastamento da concepção francesa de Parque Cultural e adopção de uma concepção mais direccionada para a preservação das espécies e do património natural (inspirada na concepção americana de Parque Nacional) e o abandono político-social dos progressos que levariam a uma institucionalização das regiões.

Em 1980 foi criado o IPPC, no âmbito da renovação estrutural da SEC, para o qual foram transferidas as competências da Direcção-Geral do Património Cultural e do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, assim como outros órgãos e serviços de outros ministérios de natureza semelhante. O diploma que o regulamentou incluiu uma noção global de património, que compreende valores históricos, artísticos, arqueológicos, bibliográficos e documentais, etnográficos e paisagísticos. A criação de um Instituto do Património deveu-se à dicotomia entre defesa do património e progresso, assim as prioridades seriam nas áreas do património arquitectónico e seu meio ambiente.

Relativamente à criação de uma estrutura coordenadora e de apoio técnico para os museus, solicitada desde 1975 pela APOM e pela Comissão Nacional do ICOM¹⁶⁵, o Estado só viria a ceder nos primeiros anos da década de 80 com a criação do Departamento de Museus, Palácios e Fundações, dependente do IPPC.¹⁶⁶

A partir de 1986, com a entrada de Portugal na União Europeia¹⁶⁷, começou um novo impulso económico e social do país, com a abertura ao investimento exterior e a ligação das empresas nacionais a grandes multinacionais e aos grupos económicos europeus. Consequentemente, o desenvolvimento económico das autarquias aliado às facilidades proporcionadas pelos programas comunitários contribuiu para o incremento de novos projectos museológicos, o que originou um «boom museológico». Mas também as mudanças nacionais e internacionais operadas nos conceitos de património e museu originaram inúmeras transformações no tecido museológico nacional assim como a percepção de uma ameaça da perda de identidade regional originada pela adesão à Comunidade Económica Europeia e pelo fenómeno da globalização e, consequentemente, o desaparecimento do mundo rural com a crescente urbanização.¹⁶⁸

Os anos oitenta terminariam com a extinção, no seio do IPPC, do Departamento de Etnologia, factor que deixava antever a aniquilação deste instituto.

A última década do séc. XX foi de mudanças na sociedade portuguesa que alteraram a política museológica nacional e a visão dos cidadãos sobre os museus e a museologia. Começou com a reorganização do IPPC e a inevitável criação do IPM, em 1991, e um ano mais tarde com a extinção do IPPC e a criação do IPPAR. Após seis anos também o IPPAR seria dividido em dois institutos com a

¹⁶⁵ De salientar a APOM foi a principal entidade a pressionar o Estado no que concerne à criação de uma estrutura coordenadora para os museus portugueses. Entre outras propostas destacamos a efectuada em 1975 pela presidente da APOM para a criação de um Gabinete Nacional de Museologia integrado na SEC e nos anos seguintes, em conjunto com a Comissão Nacional do ICOM, recomendou a criação de um órgão de coordenação e apoio técnico aos museus com a designação de Gabinete de Museologia ou Conselho Sectorial de Museologia.

¹⁶⁶ O IPPC foi criado em 1980, no sexto governo constitucional, no âmbito da renovação estrutural da SEC. Para o IPPC foram transferidas as competências da Direcção-Geral do Património Cultural e do Instituto de Salvaguarda do Património Cultural e Natural, assim como outros órgãos e serviços de outros ministérios de natureza semelhante. O diploma que o regulamentou incluiu uma noção global de património, que compreende valores históricos, artísticos, arqueológicos, bibliográficos e documentais, etnográficos e paisagísticos. (CAMACHO; 1999, pp. 39-40)

¹⁶⁷ Portugal candidatou-se à Comunidade Económica Europeia no primeiro semestre de 1977 e foi aceite, tornando-se membro efectivo em Janeiro de 1986.

¹⁶⁸ MATOS, António Perestrelo de (2000), "Museos municipales y colecciones etnográficas", in *Separata da Revista de Museologia, Museos y museologías en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, Edición Asociación Española de Museología, Madrid, p.65.

criação de um instituto para a gestão, preservação, conservação e divulgação do património arquitectónico - o IPPAR - e de um outro para a gestão, preservação, conservação e divulgação do património arqueológico - o IPA.

A fragmentação do IPPC em vários institutos de protecção dos diferentes sectores do património contribuiu para uma visão menos global dos patrimónios, a diminuição de competências dos serviços do Estado e a omissão de alguns campos temáticos, como a etnologia que após a extinção do Departamento de Etnologia não foi contemplada em nenhum dos institutos criados posteriormente. Contudo, a criação de um instituto direccionado para os museus veio contribuir para a reorganização dos museus do estado e colmatar uma lacuna sentida há muito pela comunidade museológica nacional.¹⁶⁹

Os últimos 6 anos do século XX foram assinalados por três eventos ímpares na história da museologia Portuguesa: Lisboa como Capital Europeia da Cultura em 1994, a realização da EXPO98 e a criação da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus.

Em 1994 "*Lisboa, Capital da Cultura*" possibilitou aos profissionais da cultura um contacto mais estreito com o que se fazia no exterior e no domínio dos museus, mostrou aos portugueses as reformas empreendidas pelo IPM efectuadas com o intuito de levar as pessoas a aproximarem-se mais dos museus tornando-os lugares aprazíveis, pontos de encontro, de aquisição de conhecimentos, de «sala de visitas» para redescobrir a cidade com os seus monumentos e jardins históricos. Foi o início da introdução de Portugal na agenda das *tournées* dos artistas de renome e dos grandes eventos culturais internacionais.

Mas seria em 1998 que Portugal consumaria a sua abertura ao mundo com a organização da última exposição mundial¹⁷⁰ do século XX – a EXPO98¹⁷¹ - que decorreu em Lisboa, de 22 de Março a 30 de Setembro, num recinto concebido para o efeito integrado num «projecto global» constituído por dois projectos cadenciados entre si, "*a realização da exposição Mundial de Lisboa e a regeneração urbana de uma área de cerca de 340 hectares, localizada na parte oriental da cidade.*"¹⁷²

Durante 132 dias os «olhos do mundo» estiveram postos em Lisboa e Portugal, através do tema da exposição "Os Oceanos, Um Património para o Futuro", o mundo descobre-se a si próprio.

Com a divulgação¹⁷³ Portugal revelou-se, ao exterior, um país com uma longa e cativante história, moderno, culturalmente rico e com fortes potencialidades organizativas de eventos a nível mundial. Para o interior a EXPO98 foi um impulso cultural, social e económico enorme. Pela primeira vez a população portuguesa ultrapassou, em parte, o sentimento de inferioridade e o atraso crónico e crescente em

¹⁶⁹ Apontada pela APOM desde 1975 e diagnosticada por Per-Uno Agren aquando da sua análise ao panorama museológico português.

¹⁷⁰ Enquadrou-se no regime jurídico das exposições internacionais definido pelo BIE – *Bureau International des Expositions* e integrou-se numa antiquíssima tradição de exposições internacional que teve início em 1851, em Londres. (<http://www.parquedasnaco.es.pt>)

¹⁷¹ Impulsionada pela Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses com o objectivo de assinalar a relevância da história dos descobrimientos portugueses a temática expandiu-se aos oceanos com o intuito de promover uma acrescida responsabilidade, individual e colectiva, para a sua preservação e estudo. (<http://www.parquedasnaco.es.pt>)

¹⁷² "A última Exposição do Século XX" in <http://www.parquedasnaco.es.pt>, extraído a 26 de Março de 2007

¹⁷³ Considerada a mais internacional das exposições contou com a presença de 146 países, 13 organizações internacionais, 6 organizações nacionais, 9 organizações convidadas e 24 empresas e acolheu cerca de 11 milhões de visitantes. Os 132 dias que duraram a exposição foram cobertos por mais de 11 mil jornalistas ao serviço de 3.309 órgãos de comunicação social provenientes de 89 países. (<http://www.parquedasnaco.es.pt>)

relação aos outros países europeus, enriqueceu social e culturalmente através do acesso a um vasto leque de actividades e eventos, encarou o museu sob outro prisma - revelou-se-lhe mais aberto, atractivo, dinâmico, interactivo, local de aprendizagem e de diversão - e a museologia começou a ser considerada uma área destinada aos profissionais que permitia um grande leque de utilizações e opções.

Na reestruturação orgânica do IPM em 1999 ficou assente que este instituto deveria definir o modelo para a Rede Portuguesa de Museus para o qual procederia ao conhecimento permanente da realidade museológica do país. Com esse intuito o IPM assinou um protocolo com o OAC e o INE para garantir a actualização regular dos dados sobre as unidades museológicas e a reformulação do Inquérito Anual aos Museus. No âmbito desta parceria foi desenvolvido, entre 1999 e 2000, um inquérito aos museus portugueses cujos resultados foram editados em 2000. A colaboração entre estes três institutos permitiu uma articulação e uma actualização de dados constantes colmatando assim a inexistência de informação válida, principalmente no domínio dos museus.

Em 2000 foi criada a Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças, da Cultura e da Reforma do Estado e da Administração Pública, na dependência directa do IPM para *“estudar e propor o modelo da Rede Portuguesa de Museus tendo em conta a diversidade e expressão da realidade museológica nacional.”*¹⁷⁴

Os objectivos da RPM são:

- *“Respeitar e promover a diversidade cultural do panorama museológico português;*
- *Recomendar e divulgar boas práticas museológicas, evidenciando os benefícios que a sua adopção poderá trazer;*
- *Promover a divulgação sistemática dos projectos e das realizações dos museus;*
- *Incentivar o desenvolvimento de uma melhor gestão dos museus, nomeadamente no que respeita ao estudo, à conservação e à divulgação do respectivo património e ao cumprimento da sua missão social;*
- *Promover a qualificação dos museus, designadamente dos seus espaços funcionais, dos seus serviços técnicos e científicos e das suas actividades dirigidas aos públicos, tendo em conta a especificidade dos respectivos programas museológicos;*
- *Rentabilizar recursos logísticos, técnicos, científicos e financeiros;*
- *Motivar e valorizar a relação entre os museus e a realidade sócio-demográfica que os envolve, bem como o seu papel de intervenção social;*
- *Valorizar a interdisciplinaridade, o profissionalismo e a especialização nas várias vertentes da actividade museológica;*
- *Fomentar oportunidades de partilha e de cooperação entre os profissionais do sector e entre os vários museus, mediante o desenvolvimento de projectos comuns e o intercâmbio de actividades e de serviços;*

¹⁷⁴ IPM (2001), *Comunicar, Cooperar, Qualificar*, folheto informativo da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, MC, IPM, Lisboa.

- *Motivar e valorizar o estabelecimento de parcerias entre museus e outros agentes culturais locais, regionais e nacionais com vista ao desenvolvimento de projectos comuns e complementares.*¹⁷⁵

Em 2004 as sementes lançadas em 2002 pela APOM¹⁷⁶, germinaram na publicação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º47/2004, de 19 de Agosto. A regulamentação legislativa dos museus portugueses, desejada há muito pelos profissionais dos museus, veio colmatar uma lacuna existente no quadro legislativo nacional e completar *“a primeira etapa de um longo percurso que tem por objectivo reforçar a valorização e a qualificação dos museus, assegurar a salvaguarda e a fruição pública do património à sua guarda, incentivar a formação e o reconhecimento profissional de quantos neles trabalham.”*¹⁷⁷

O ano de 2006 ficou marcado pela extinção e renovação institucional anunciada do património cultural português. Através do Decreto-Lei n.º215/2006 de 27 de Outubro e no âmbito do PRACE¹⁷⁸, foi aprovada a nova Orgânica do Ministério da Cultura que *“visa reforçar a operacionalidade dos meios e dos recursos do Ministério da Cultura.”* Neste diploma foram criados os seguintes organismos:

- ✓ O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P. (IGESPAR);
- ✓ O Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. (IMC).

Os Estatutos e a Orgânica do IGESPAR foram aprovados através do Decreto-Lei n.º96/2007, de 29 de Março, e Portaria n.º376/2007, de 30 de Março, respectivamente. Este instituto *“resulta da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia e incorpora ainda parte das atribuições da extinta Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob tutela do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.”*

Através da Portaria n.º377/2007, de 30 de Março, foram aprovados os Estatutos do IMC que *“resulta da fusão do Instituto Português de Museus e do Instituto Português de Conservação e Restauro.”*

1. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

A Acção Popular desencadeada pela Revolução de 25 de Abril de 1974 deu origem a organizações associativas na área da cultura, entre outras, inclusive na preservação do património. A vontade de mudança também se reflectiu no Estado quando, após a criação da SEC esta solicitou apoio à UNESCO para diagnosticar os problemas dos museus portugueses e apontar soluções.

¹⁷⁵ *Idem.*

¹⁷⁶ A APOM tenta sacudir a comunidade museológica nacional com a divulgação de um Manifesto pelos Museus publicado no Boletim Informativo III Série, n.º4, subscrito por alguns dos maiores nomes da museologia portuguesa, nomeadamente, António Nabais, Cláudio Torres, Fernando Baptista Pereira, João Brigola, José Teixeira, Luís Raposo e Madalena Braz Teixeira.

¹⁷⁷ RPM, *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus* n.º13, MC, IPM, Lisboa, Setembro de 2004.

¹⁷⁸ Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado aprovado pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º124/2005, de 4 de Agosto.

A ânsia de fazer tudo, aliada à falta de verbas e de disponibilidade levou o 1º Governo Constitucional a deixar alguns assuntos para depois, foi o caso dos museus. Após o pedido, os relatórios ficaram no «fundo da gaveta» e a situação continuou inalterável com os museus a lutarem pela sobrevivência, na maioria das vezes sem apoios. Apesar deste contratempo a museologia nacional ficou mais “rica” com o contacto entre os profissionais dos museus portugueses, a equipa enviada pela UNESCO, e também com Georges Henri Rivière. Contactos estes que foram, para a maioria, o primeiro contacto com os conceitos e princípios do ecomuseu e da nova museologia, que estavam a despontar a nível internacional.

Simultaneamente, na área do ambiente e da ecomuseologia foram desenvolvidas, através da SEA, acções integradas num programa de intervenção para os Parques Naturais Nacionais cujo principal objectivo era a criação e implementação no seu seio de ecomuseus. Infelizmente em 1980 estas intervenções foram suspensas e alterada a política ambiental. Foi assim ceifada politicamente a melhor hipótese que as regiões do interior tiveram para combater o êxodo da população, o abandono dos campos e da actividade agrícola, a perda de tradições, usos, costumes, «saber-fazer» e, conseqüentemente, a perda da memória e identidade regional.

Com a criação do IPPC em 1980 a situação alterou-se e, apesar de insuficientes, foram desenvolvidas acções de preservação, conservação e salvaguarda do património nacional, especificamente do património arquitectónico. Não obstante a insuficiência das acções empreendidas pelo Estado as associações culturais, designadamente as ADPs, foram das únicas instituições que, com o apoio e em colaboração com as autarquias locais, desenvolveram acções sistemáticas, no sentido de identificar, inventariar, preservar, conservar e divulgar o património cultural, que culminaram na criação de pequenos museus locais. Para esta situação contribuiu em muito o desenvolvimento económico das autarquias, impulsionado pela entrada de Portugal na CE.

Este movimento de criação de museus locais foi iniciado e desenvolvido à margem das políticas culturais do Estado, constituído por acontecimentos isolados que de certa forma culminaram em experiências da nova museologia desenvolvidas com a participação da comunidade.

Os anos 90 do século XX foram de mudança, com as recomendações da UNESCO a serem colocadas em prática após quase 20 anos. Segundo a tradição popular “mais vale tarde que nunca”, provérbio que se aplica a esta situação, que apesar de bizarra não é estranha à tradição do Estado português em tomar medidas descontextualizadas e, na maioria das vezes, tarde demais. Conquanto, finalmente foi criado um instituto para os museus e a museologia portuguesas que mudou a face dos museus nacionais, começou um longo percurso de afirmação e solidificação da ciência museológica junto dos profissionais e da população e colocou a instituição museu nas agendas culturais.

Foi também durante esta década que Portugal voltou ao mapa *mundi*, no que concerne à cultura, com a organização de grandes eventos de repercussão mundial. Eventos esses que contribuíram para que

o sentimento de inferioridade, enraizado na população nacional após o 25 de Abril, começasse a dissipar-se.

Com a reestruturação orgânica do IPM no final do séc. XX este instituto foi incumbido de definir e desenvolver uma rede para os museus portugueses. Assim, o IPM iniciou o novo milénio com a criação da Estrutura de Projecto RPM delegando-lhe a tarefa de definir a tipologia de rede para os museus portugueses, que melhor se adaptasse às diversas realidades culturais e tipologias de museu. Um árduo e moroso, mas necessário, trabalho de análise do panorama museológico nacional e de credenciação dos museus portugueses foi iniciado.

Nestes últimos anos a política cultural do Estado tem seguido uma linha de preservação, inovação, desenvolvimento, conhecimento, conservação e divulgação do património cultural apesar das fases de instabilidade sentidas aquando das mudanças de Governo e implementação de novas medidas de gestão que começam pela supressão de umas instituições e criação de outras. De salientar que desde 1990 a política estatal para o sector da cultura foi deveras movimentada, senão vejamos:

- 1980 – Criação do IPPC;
- 1985 – Aprovação da Lei n.º13/85, de 6 de Julho – Lei do Património Cultural;
- 1991 – Criação do IPM;
- 1992 – Supressão do IPPC e criação do IPPAR;
- 1997 – Reestruturação orgânica do IPPAR (nova denominação) e criação do IPA;
- 1999 – Criação do IPCR;
 - Reestruturação orgânica do IPM para posterior criação no seu seio da RPM;
- 2000 – Criação da Estrutura de Projecto RPM, na dependência directa do IPM;
- 2001 – Aprovação da Lei n.º107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural
- 2004 – Aprovação da Lei n.º47/2004, de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus Portugueses;
- 2006 – Supressão do IPPAR, IPA, IPM, IPCR e DGEMN e criação do IGESPAR e IMC;
- 2007 – Aprovação dos estatutos do IGESPAR - Decreto-Lei n.º96/2007, de 29 de Março;
 - Aprovação da orgânica do IGESPAR - Portaria n.º376/2007, de 30 de Março;
 - Aprovação dos Estatutos do IMC - Portaria n.º377/2007, de 30 de Março.

Face ao exposto resta saber até que ponto esta “roda-viva” de supressões e criações prejudica o património cultural nacional e quiçá o orçamento para a cultura, já de si tão parco.

TERCEIRA PARTE

**A ECOMUSEOLOGIA NA
REGIÃO DE PIEMONTE
(ITÁLIA)**

—

ANÁLISE COMPARATIVA

I – CRIAÇÃO E GESTÃO DE (ECO)MUSEUS

Em 1995 a Região de Piemonte aprovou “*uma lei para a promoção dos ecomuseus*”¹⁷⁹. Esta inovadora iniciativa resultou da constatação de que o ecomuseu era o instrumento de ordenamento de um território que melhor se adaptava à política regional de desenvolvimento local levada a efeito através de uma assertiva programação integrada, com o objectivo de simplificar administrativamente a acção de promoção da região, dos seus recursos e das comunidades locais.

A nova abordagem da Região de Piemonte ao desenvolvimento local baseou-se na evolução da noção de desenvolvimento em debate durante os anos 90 do século XX, altura em que este estava a adquirir uma maior dimensão social e ambiental, estreitamente relacionada com o bem-estar social, os problemas ambientais e de exploração sustentada dos recursos, a flexibilidade dos tecidos produtivos regionais, a participação das comunidades e das regiões no próprio processo de desenvolvimento, baseado na análise do território e dos contextos locais e no levantamento e preservação dos patrimónios cultural e natural.

1. A LEI REGIONAL N.º31/1995 – INSTITUI OS ECOMUSEUS NA REGIÃO DE PIEMONTE

Aprovada a 14 de Março de 1995, a Lei Regional n.º31/1995 tem como objectivo principal a Planificação Territorial e Urbanística da Região de Piemonte e prevê:

- ✓ A instituição de capítulos de despesas ou atribuição de contributos;
- ✓ A instituição de organismos consultivos, comités, conselhos, comissões nos quais a Região designa os próprios representantes;
- ✓ Actos processuais;
- ✓ Planos ou programas de actuação.

Através da promoção à criação de ecomuseus a Região de Piemonte pretende “*reconstruir, testemunhar e valorizar a memória histórica, a vida, a cultura material, a relação entre ambiente natural e ambiente humanizado, as tradições, a actividade e o modo como a posse tradicional caracterizam a formação e evolução da paisagem.*”. Para tal define as áreas de intervenção, de dimensões e características adequadas, e as prioridades dos ecomuseus:

¹⁷⁹ MAGGI, Maurizio, FALLETTI, Vittorio (2000), *Gli Ecomusei. Che cosa sono, che cosa possono diventare*, Umberto Allemandi & C., Torino – Londra, p. 11.

- ✓ *“A conservação e o restauro de ambientes de vida tradicionais, testemunhos da cultura material;*
- ✓ *A valorização de habitações ou habitats característicos e de objectos úteis à reconstrução fiel de ambientes de vida tradicionais salvaguardando-os e mantendo-os;*
- ✓ *A reconstrução de hábitos de vida e de trabalhos tradicionais que possam produzir serviços e produtos para venda e criação de emprego;*
- ✓ *A criação de percursos na paisagem;*
- ✓ *O envolvimento activo da comunidade, das instituições culturais e educativas e das associações locais;*
- ✓ *A promoção e sustentabilidade da actividade de pesquisa científica e didáctico-educativa referente à história e tradições locais.”*

O Programa de Instituição de Ecomuseus é proposto anualmente ao Conselho Regional pela Junta Regional e tem por base indicações provenientes de entidades locais, associações culturais e ambientalistas e instituições universitárias e especializadas. Ao dito programa “é anexo um anuário dos Ecomuseus de interesse regional actualizado anualmente”. Os ecomuseus são instituídos através de deliberação do Conselho Regional que confia a gestão, tendo por base um projecto redigido pelo Comité Científico:

- *Às entidades de gestão das áreas protegidas regionais, territorialmente interessada ou limítrofe;*
- *Às Províncias territorialmente interessadas pelos Ecomuseus de nível provincial ou sub-provincial;*
- *Às associações legalmente constituídas.”*

Quanto à gestão dos ecomuseus a Junta Regional “promove acordos de programa com o Ministério do Ambiente, o Ministério dos Bens Culturais, com as instituições de gestão das áreas protegidas, com as Províncias e os concelhos interessados: cada acordo de programa define, sob a base de um estudo de exequibilidade do ecomuseu, os deveres de cada participante e os recursos materiais e financeiros a aportar”.

O Comité Científico, composto por “três membros indicados pela universidade de Torino, três membros indicados pelo Instituto Politécnico de Torino e por um presidente, assessor na área do território”, é nomeado pela Junta Regional e tem como objectivos a individualização e promoção dos ecomuseus.

Para a gestão dos ecomuseus é definida pela Região uma verba no orçamento anual.

Após três anos em vigor esta lei sofreu algumas alterações através da Lei Regional n.º 23/1998, de 17 de Agosto, nomeadamente foi substituído o artigo 2º e introduzido a alínea 3bis no artigo 3º.

Assim, fica definido que a instituição e gestão dos ecomuseus têm por base indicações facultadas pelas entidades locais, associações culturais e ambientalistas e instituições universitárias e especializadas. São instituídos através de deliberação do Conselho Regional após a validação do projecto pelo Comité Científico.

A gestão é entregue através de acto deliberativo da Junta Regional, tendo em conta as prioridades dos ecomuseus e por base um idóneo projecto de gestão, a uma das seguintes entidades:

- ✓ *“Entidade de gestão das áreas protegidas regionais territorialmente interessada ou limítrofes;*
- ✓ *Província, concelho, e comunidade serranas;*

✓ *Associações legalmente instituídas.*”

De salientar que a gestão pode ser regulamentada de acordo com as leis vigentes ou mediante acordos entre os seus intervenientes.

Para a criação de ecomuseus a Região de Piemonte concebeu documentação específica constituída pelo texto da Lei Regional n.º31/1995, com as devidas alterações introduzidas pela Lei Regional n.º 23/1998, e pelo «formulário» para apresentação do projecto de Ecomuseu.

Para a aprovação do projecto o «formulário» é de preenchimento obrigatório e deve ser preenchido de forma correcta e o mais completa possível, onde “*deverá apresentar um balanço de previsões equilibrado e sem erros*”¹⁸⁰, e enviado para o Sector de Planificação de Áreas Protegidas até 30 de Janeiro de cada ano. Submetido, posteriormente, à validação do Comité Científico Para a Individualização e Promoção dos Ecomuseus os resultados são comunicados pelo sector de Planificação das Áreas Protegidas, até 30 de Abril de cada ano.

2. ANÁLISE COMPARATIVA

Sem a possibilidade de desenvolver na totalidade esta análise devido à falta de dados sobre a realidade ecomuseológica de Piemonte, só possível através de um censo aos ecomuseus dessa região italiana, foi definida para o desenvolvimento desta a utilização da seguinte legislação:

➤ PIEMONTE (ITÁLIA)

Lei Regional n.º31/95 de 14 de Março – Institui os Ecomuseus de Piemonte.

Lei Regional n.º28/1998 de 17 de Agosto – Rectificação à Lei Regional n.º31/1995.

➤ PORTUGAL

Lei n.º47/2004 de 19 de Agosto – Lei Quadro dos Museus Portugueses.

A escolha da legislação portuguesa para desenvolver a análise comparativa recaiu sobre a Lei n.º47/2004 devido aos seguintes factores de suma importância: é a única lei portuguesa que legisla sobre museus e estabelece as normas para a sua criação.

Itália aderiu à regionalização nos anos 70 do século XX, na mesma altura em que Portugal ponderou essa hipótese e desenvolveu algumas políticas nesse sentido. Políticas essas que após a mudança de Governo foram “temporariamente” suspensas, mas que estiveram sempre presentes na vida política, social, económica e inclusive cultural do país, até à actualidade.

¹⁸⁰ “Documentazione Progetto Ecomuseu”, anexo E.

O desenvolvimento da ecomuseologia em Itália só foi visível a partir dos anos 90, mas a prioridade dada ao desenvolvimento local numa política de ordenamento do território tornou-os um instrumento das Regiões, sendo Piemonte pioneiro na aprovação de uma lei que visa a Planificação Territorial e Urbanista na qual o instrumento de planificação é o ecomuseu.

O processo de criação de ecomuseus como instrumento de ordenamento do território foi iniciado pela SEA no seio dos Parques Naturais Portugueses, em 1976, mas mais uma vez a mudança de Governo provocou a supressão dos projectos em curso e a alteração da política do ambiente. O Estado ficou assim à margem da criação de ecomuseus, cuja tarefa foi desenvolvida pelas associações culturais com o apoio das autarquias ou apenas por estas últimas.

Na Lei n.º31/1995 da Região de Piemonte, e à imagem da noção de ecomuseu, é criado um Comité Científico que analisa e valida os projectos apresentados por associações e instituições regionais. Estes projectos são posteriormente deliberados pelo Conselho Regional. No caso da gestão é a Junta Regional que, tendo por base um projecto idóneo de gestão, decide qual das entidades regionais será a gestora do projecto, tendo em conta as prioridades dos ecomuseus definidas na lei. Esta lei não define os princípios orientadores para a elaboração dos projectos mas as candidaturas para criação de um ecomuseu exigem o preenchimento de um formulário facultado pela Região de Piemonte entregue em duplicado na sede desse organismo até ao dia 31 de Janeiro de cada ano.

Em Portugal a criação de ecomuseus poderá ser efectuada mediante a Lei n.º47/2004 apesar de não constar na mesma nem a sua noção nem os seus princípios. Como um ecomuseu é, apesar de tudo um museu este deve apresentar ao Ministério da Cultura, através do IMC, requerimento com um documento em anexo onde conste a intenção de criação, a definição do estatuto jurídico e que se compromete a executar o programa museológico (definido de acordo com a lei) bem como a possuir os recursos financeiros e humanos que lhe permitam assegurar a sua sustentabilidade. De salientar que para além da criação de museus esta lei define os objectivos, composição e actividade da Rede Portuguesa de Museus e a credenciação de museus visando a qualificação das entidades museológicas do país.

Concludentemente, se por um lado a Lei n.º31/1995 da Região de Piemonte é muito sucinta e poderá levar à criação de ecomuseus que não obedecem de todo à sua filosofia por outro a Lei n.º47/2004 induz no mesmo erro devido ao perigo de ao cumprir a lei para a criação de um ecomuseu se incorra no erro de criar um ecomuseu demasiado institucionalizado e, conseqüentemente, muito próximo da filosofia dos museus tradicionais.

Em Piemonte o ecomuseu é um instrumento regional de ordenamento do território e a sua criação beneficia de subvenções facultadas pela Região de Piemonte. Em Portugal é um instrumento de desenvolvimento local “utilizado” e instituído à margem da política museológica nacional cujos encargos da sua criação e funcionamento recaem sobre a entidade que o criou.

3. REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Como não foi possível desenvolver a ideia inicial que implicava o conhecimento e a análise da realidade ecomuseológica da Região de Piemonte para a escolha de uma amostra para recenseamento optou-se por analisar a legislação específica sobre criação de ecomuseus daquela região italiana para se proceder à análise comparativa.

Contudo, poderemos afirmar que são explícitas as divergências existentes entre Portugal e Itália, mais propriamente a Região de Piemonte, no que concerne à criação de ecomuseus. Se por um lado temos uma região italiana pioneira na criação de legislação específica sobre a implementação de ecomuseus, como instrumentos de ordenamento de um território e de desenvolvimento regional, por outro temos um país onde a criação de ecomuseus é efectuada à margem da legislação em vigor, porque esta também não se adequa, e das instituições estatais e onde a legislação é demasiado “rebuscada”, conduz a inúmeras interpretações e demasiado burocrática.

As políticas de gestão do território levadas a cabo pelos dois países também são diferentes senão vejamos;

- A regionalização italiana permite que as entidades regionais que detêm o poder e as comunidades dessa região decidam sobre o seu futuro social, económico, cultural e político e para tal busquem os instrumentos que mais se adequem aos seus propósitos;
- A centralização portuguesa permite que os políticos de Lisboa, que praticamente não conhecem a província e muito menos as necessidades que cada região apresenta devido às suas especificidades sociais, culturais, económicas e geográficas, criem instrumentos de ordenamento do território generalistas e, conseqüentemente, desadaptáveis à heterogeneidade regional que o país apresenta e mais grave as comunidades não participam no seu próprio desenvolvimento sendo tratadas como «animais no zoo» – toleradas como entretenimento mas desprezadas como intervenientes. ??

Quanto à preservação e valorização do património também os dois países apresentam inúmeras diferenças, ou seja, em Itália é enaltecida a História e o património do país e passada a herança, e a urgência da sua preservação e valorização, de geração em geração com orgulho e um sentido de pertença muito fortes. Em Portugal a História é desprezada até pelas políticas do Ministério da Educação e o cidadão comum não sente o dever de transmitir a sua herança patrimonial às gerações vindouras. Mas mais grave o património é desprezado até pelas instituições estatais que são as primeiras a interpretar a legislação como lhes convém e a «esquecer» o património quando estão interesses económicos e influências em jogo. //

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do objecto do presente estudo levantou imensos problemas, tais como procurar informação sobre ecomuseus no panorama museológico nacional, definir a forma de recenseamento mais eficaz e construir uma metodologia coerente e aplicável à realidade museológica nacional para cumprir os objectivos propostos.

Essa procura de informações sobre ecomuseus revelou-se deveras difícil e em muitas ocasiões desmotivante devido à proliferação de notícias sobre criação de ecomuseus e museus que nunca passaram do papel, agravado pela inexistência de uma base de dados minimamente completa dos museus portugueses (se existe não se encontra devidamente acessível e divulgada). Ficou assim condicionado o exame a uma selecção das unidades museológicas e, conseqüentemente, à constituição de uma amostra para a qual foram seleccionadas unidades museológicas que se encontram em diversas fases: em funcionamento, em projecto e em intenção de projecto.

A necessidade de seleccionar, sintetizar e confirmar a informação disponível orientaram a forma de recenseamento que nos levou a optar por visitas *in loco*, para aplicação do questionário e compilação do máximo de informação possível sobre cada uma das unidades museológicas que perfazem a amostra. Conquanto, não nos foi possível efectuar a visita a todas as unidades museológicas seleccionadas por motivos alheios à nossa vontade.

As dificuldades encontradas ao longo da elaboração desta dissertação estão relacionadas com a indiferença a que é vetada a ecomuseologia pelos organismos estatais competentes, ou seja, o desconhecimento das experiências ecomuseológicas nacionais deve-se ao facto de a ecomuseologia e os conceitos da "nova" museologia serem aplicadas pelas autarquias e pelas ADPs à margem da museologia instituída, de cariz mais tradicional. Facto este que contribui para que o ecomuseu, como instrumento de ordenamento do território e de desenvolvimento local, seja ignorado e esquecido. Optando-se na maioria das vezes por instrumentos menos eficazes.

A presente reflexão revelou inclusive que a circulação e aplicação de novas ideias foram mais céleres do que os mecanismos de resposta e de regularização do Estado, ou seja, a criação de ecomuseus e a aplicação das noções da ecomuseologia na criação de museus é uma prática constante desde finais dos anos 70 do século XX contudo, ainda não existe uma legislação específica para normalizar a situação. O mesmo acontece quanto aos museus, cuja existência como instituição cultural de conservação, preservação, estudo e exposição do património é muito mais antiga do que a legislação que normaliza a sua criação e define a sua credenciação.



Concludentemente, poderemos afirmar que as experiências ecomuseológicas nacionais são, pela análise da amostra, diversas e em número considerável. Mas as suas perspectivas para o futuro não são animadoras, ou seja não se vislumbram indícios de mudanças radicais nem de criação de mecanismos de regularização na política orientadora dos organismos competentes, nem de adopção do ecomuseu como instrumento de desenvolvimento local por parte do Estado ou instituições/empresas estatais e nem o levantamento do panorama ecomuseológico nacional é perspectivado para um futuro próximo.

Assim, as perspectivas para o futuro dos ecomuseus nacionais são deveras desconcertantes devido ao facto de a criação de ecomuseus continuar à margem da legalização e ser motivada apenas pela Administração local e privados.

|| ?

FONTES E OBRAS DE CONSULTA

1. FONTES IMPRESSAS E OBRAS DE CONSULTA

AA.VV. (1977), *Actas do COLÓQUIO APOM/75. Museus para quê?*, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

AA.VV. (1979), *Actas do COLÓQUIO APOM/76. Panorama Museológico Português: carências e potencialidades*, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

AA.VV. (1982), *Actas do COLÓQUIO APOM/77. Museu de Região, pólo dinamizador de acção cultural*, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

AA.VV. (1982), *Actas do COLÓQUIO APOM/82. Museologia e Património Monumental*, Associação Portuguesa de Museologia, Évora.

AA.VV. (1986), *Extractos das Actas do COLÓQUIO APOM/85*, Câmara Municipal de Sintra/ Associação Portuguesa de Museologia, Sintra.

AA.VV. (1989), *Actas do COLÓQUIO APOM/89. Arquitectura de Museus. Museus e Formação Profissional*, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

AA.VV. (1992), *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon.

AA.VV. (1994), *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon.

AA.VV. (1998), *Actas das X Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado*, Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, MINOM, Póvoa de Lanhoso.

AA.VV. (2001), *Anais do II Encontro Internacional de Ecomuseus / IX ICOFOM LAM. Comunidade, Património e Desenvolvimento Sustentável / Museologia e Desenvolvimento Sustentável*, Tacnet Cultural Lda, Rio de Janeiro.

AA.VV. (2006), *Actas das XVI Jornadas sobre a Função Social do Museu. Ecomuseu de Barroso - Identidade e Desenvolvimento*, Câmara Municipal de Montalegre e Ecomuseu de Barroso, MINOM, Montalegre.

ADCRFN (s.d.), *Circuito Turístico / Arqueológico de Freixo de Numão – Património, Arqueologia e Natureza*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.

ADCRFN (s.d.), *Rota do Património, Arqueologia e Natureza (Zona Oeste do Concelho de Vila Nova de Foz Côa) Circuito 3 – Arqueologia e Miradouros*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.

ADCRFN (s.d.), *Rota do Património, Arqueologia e Natureza (Zona Oeste do Concelho de Vila Nova de Foz Côa) Circuito 4 – Património e Miradouros*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.

ADCRFN (s.d.), *Rota do Património, Arqueologia e Natureza (Zona Oeste do Concelho de Vila Nova de Foz Côa) Circuito 5 – Património e Natureza*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.

APOM – *Informações*, n^{os} 1 a 26, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, de 1973 a 1981.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (2000), *Território, povoamento e sociedade: estudo monográfico de Monte Redondo*, Unidade de Investigação: Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação – Universidade de Aveiro, Monte Redondo.

ASTON, Michael (1985), *Interpreting the Landscape. Landscape Archaeology in Local Studies*, B. T. Batsford, London.

BARATA, Filipe Themudo, MASCARENHAS, José Manuel de (2002), *Preservando a Memória do Território. O Parque Cultural de Tourega/Valverde*, Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora, Évora.

BARY, Marie-Odile (1994), “Mémoire du futur et fonction sociale du musée (1991)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 219-220.

BELLAIGUE-SCALBERT, Mathilde (1993), “Georges Henri Rivière y la génesis del ecomuseo de la comunidad Le Creusot-Montceau-Les-Mines”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 218-220.

BISHOP, Anne (1994), “Les musées et le développement communautaire des personnes à faible revenu (1989)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 284-292.

BOLAÑOS, Maria (2002), *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*, Ediciones Trea, Gijón.

Boletins APOM, I^a, II^a e III^a Séries, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

Boletins RPM, n.ºs 1 a 20, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, Lisboa, Junho 2001 a Junho de 2007.

BOZZA, Gianluigi; FLAIM, Maria Pia, coord., (2004), *Gli ecomusei nella Provincia Autonoma di Trento*, Provincia Autonoma di Trento, Assessorato alla Cultura, Centro Duplicazioni PAT.

BRIGOLA, João Carlos, TEIXEIRA, Madalena Braz, NABAIS, António, Pereira, Fernando António Baptista (2003), “Perspectiva histórica”, in *Lugar em Aberto*, Revista da APOM, Semestral, n.º1 – 1ª Série, Lisboa, Outubro, pp. 32-45.

BRUNO, Cristina (1996), *Museologia e Comunicação*, Cadernos de Sociomuseologia n.º9, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CADERNOS DE MUSEOLOGIA n.º1 (1993), *Sobre o Conceito de Museologia Social*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n.º5 (1996), *Museus e Acção Cultural*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n.º8 (1996), *Actas do V Encontro Nacional Museologia e Antarquias*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n.º16 (1999), *Museologia: Teoria e Prática*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Seixal Ecomuseu*, Seixal, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *História do concelho do Seixal 3: Elementos para a História das Colectividades*, Seixal, 1980.

CAMERON, Duncan F. (1994), “Les parquets de marbre sont trop froids pour les petits pieds nus (1992)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 39-57.

CAMUSAT, Pierre (1993), “Una experiencia concreta de participación de la población en el ecomuseo de Fourmies-Trélon, por P. Camusat”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 402-405.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte (2003), *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro*, Cadernos de Sociomuseologia n.º21, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

CARVALHO, António Faustino de, ZILHÃO, João, ALMEIDA, Manuel (1996), *Vale do Côa. Arte Rupestre e Pré-História*, Ministério da Cultura, Parque Arqueológico do Vale do Côa, Lisboa.

CHAGAS, Mário (1994), *O campo de actuação da museologia*, Cadernos de Sociomuseologia n.º2, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

- CLAIR, Jean (1992), "Les origines de la notion d'écomusée (1976)" in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp.433-439.
- CLEERE, Henry (1989), *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, Unwin Hyman, London.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2005), *Museu da Casa Grande – Guia do Visitante*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2005), *O Circuito Arqueológico de Freixo de Numão – Guia do Visitante*, Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, Freixo de Numão.
- DAVIÑA, Luis Martínez-Risco (2001), "Coñecer o nosso patrimonio, salvar a nossa identidade", in **REVISTA Museologia e Património**, *Arquivos da Memória*, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Semestral - n.º10/11, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, pp.103-109.
- DAVIS, Peter (1996), *Museums and the Natural Environment. The Role of Natural History Museums in Biological Conservation*, Leicester University Press, London/New York.
- DAVIS, Peter (1999), *Ecomuseums, a sense of place*, Leicester University Press, London/New York.
- DESVALLÉES, André (1992), "Présentation" in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 15-39.
- DESVALLÉES, André (1993), "El desafío museológico" in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 453-481.
- DESVALLÉES, André (Outubro 2003), "Que Futuro?", in **REVISTA APOM**, *Lugar em Aberto*, Semestral, n.º1 – 1ª Série, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, pp. 46-75.
- DIETRICH, Jochen (Outubro 2003), "Oficina do olhar", in **REVISTA APOM**, *Lugar em Aberto*, Semestral, n.º1 – 1ª Série, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa, pp.76-101.
- "Ecomuseo: el museo de los olvidados" in BOLAÑOS, Maria (2002), *La memoria del mundo. Cien años de museología 1900-2000*, Ediciones Trea, Gijón, pp. 282-285.
- FERNÁNDEZ, Luís Alonso (1993), *Museología. Introducción a la teoría y práctica del museo*, Ediciones ISTMO, Col. Fundamentos Maior, Madrid.
- FERNÁNDEZ, Luís Alonso (1999), *Introducción a la nueva museología*, Alianza Editorial, Col Arte y Música, Madrid.
- FERNÁNDEZ, Luís Alonso (2001), *Museología y Museografía*, Ediciones del Serbal, Col. Cultura Artística, Barcelona, (1ª ed. 1999).

- FERREIRA, Jorge A. B. (1998), *Direito do Património Histórico-Cultural. Cartas, Convenções e Recomendações Internacionais – Actos Comunitários*, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra.
- FILIPE, Maria da Graça da Silveira, coord., (1998), *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias, Museologia e Autarquias. Experiências, Perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, Plátano Editora, Seixal.
- FREIRE, Paulo (1992), “L’éducation , pratique de la liberté (1972)”, in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 195-212.
- GÓMEZ, Javier Tusell, coord. (2001), *Los Museos y la Conservación del Patrimonio*, Actas del Encuentro «Los Museos y la Conservación del Patrimonio», Col. Debates sobre Arte, Encuentros sobre Patrimonio, Volumen XI, Fundación BBVA, A Machado Libros, Madrid.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985), “Museologia Local e Museologia Popular – Hipótese de trabalho no caso dos pequenos museus portugueses” in, Revista Meridies, *Antropologia e Sociologia Rural da Europa do Sul*, nº2, Museu do Casal de Monte Redondo, Monte Redondo, pp. 319-328.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho (2001), “Um Contributo para a Divulgação do Pensamento Museológico Português”, in PESSOA, Fernando Santos, *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Coleção Viver é Preciso, vol.20, Edições Afrontamento, Porto, pp. 7-13.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, CARVALHO, Margarida Chorão de (2003), *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego*, Município de Penacova, Penacova.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández (2001), *Manual de Museologia*, Editorial Síntesis, Colección Biblioteconomía y Documentación, Madrid.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández (2006), *Planteamientos teóricos de la museología*, Ediciones Trea, Colección Biblioteconomía y Administración Cultural-142, Gijón.
- HUBERT, François (1993), “Historia de los ecomuseos” in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 195-206.
- IPM (2001), *Comunicar, Cooperar, Qualificar*, folheto informativo da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus, MC, IPM, Lisboa.
- IPPAR (1996), *Informar para proteger. Legislação Nacional – Património Arquitectónico e Arqueológico*, Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.
- ITURRA, Raul (1989), “A Etnografia, memória da História”, in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 305-310.
- JOHNSON, Matthew (2007), *Ideas of Landscape*, Blackwell Publishing, Oxford.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998), “Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas”, in AA.VV., *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.

LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, CAMPAGNOLO, Henri (2001), “Du terrain au musée (2): le concept d’«iconicité relationnelle», instrument de programmation et d’évaluation de l’exposition”, in *REVISTA Museologia e Património, Arquivos da Memória*, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Semestral - n.º10/11, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, pp. 17-32.

LE GOFF, J. (1984), “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi I, Memória-História*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, pp. 11-50.

LEROUX-DHUYS, Jean-François (1993), “Treinta años para cuatro creaciones esenciales”, in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, pp. 44-49.

LOPES, Ana M. D. (1998), “Subsídios para a História dos Museus de Autarquia” in AA.VV., *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Experiências, Perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal, pp. 123-131.

LOPES, César (2000), “El Agrupamiento MINOM/Portugal” in *Separata da Revista de Museologia, Museos y museologías en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, Edición Asociación Española de Museología, Madrid, pp. 187-190.

MAGGI; Mauricio, FALLETTI, Vittorio (2000) MAGGI; Mauricio, FALLETTI, Vittorio, *Gli Ecomusei. Che cosa sono, che cosa possono diventare*, Umberto Allemandi & C., Torino – Londra.

MAGGI; Maurizio; MURTAS, Donatella (2004), *StrumentIRES Ecomusaei. Il Progetto*, Istituto Ricerche Economico Sociali del Piemonte, Piemonte.

MAYRAND, Pierre (2004), *Haute-Beauce. Psychosociologie d’un écomusée préais*, Cadernos de Sociomuseologia nº22, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

MARANDA, Lynn (2000), *Heritage, objects, collecting: the need for an ethical approach*, ICOFOM Study Series nº8, ICOM / ICOFOM, Paris, pp. 11-12.

MAROEVIC, Ivo (2000), *Museology as a field of knowledge*, ICOFOM Study Series n.º8, ICOM / ICOFOM, Paris, pp. 5-7.

MARTÍN, Marcelo, coord., (1994), *Conservación Arqueológica; reflexión y debate sobre teoría y práctica*, Contenido del Curso-debate realizado en Sevilla del 30 de noviembre al 4 de diciembre de 1992, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Dirección General de Bienes Culturales, Instituto del Patrimonio Histórico, Colección Cuadernos, Sevilla.

MARTÍNEZ, Susana Gómez (2001), “Efeitos sociais da protecção do Património à escala social”, *in* ”, *in* CAM, *Seminário: Efeitos sociais do património à escala local* (Mértola, 27 e 28 de Abril de 2001), Caderno de resumos, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, pp. 5-6.

MARTINS, Rui de Sousa (1992), “Etnomuseologia no Arquipélago dos Açores” *in* REVISTA *Património e Museus Locais*, n.º1/2 – IIª Série – Junho/Dezembro 1992, Instituto Rainha D. Leonor, Lisboa, pp. 41-49.

MARTINS, Rui de Sousa (1992), “O Cenário dos Museus Locais na Ilha de S. Miguel” *in* REVISTA *Património e Museus Locais*, n.º1/2 – IIª Série – Junho/Dezembro 1992, Instituto Rainha D. Leonor, Lisboa, pp. 133-135.

MASCARENHAS, José Manuel de, BARATA, Filipe Themudo (2006), *The Cultural Park as a Platform Connecting Human Ecology with Cultural Landscape Management*, *Journal of Mediterranean Ecology*, vol. 6, N.º1, Firma Effe Publisher, Reggio Emilia, Italy, pp.11-18.

MATOS, António Perestrelo de (2000), “Museos municipales y colecciones etnográficas” *in* Separata da Revista de Museologia, *Museos y museologías en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, Edición Asociación Española de Museología, Madrid, pp. 63-69.

MAURE, Marc-Alain (1994), “Réflexions sur une nouvelle fonction du musée (1976)” *in* AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 79-84.

MAURE, Marc-Alain (1994), “Identité, écologie, participation: nouveaux musées, nouvelle muséologie (1984)” *in* AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 85-91.

MORALES, Alfredo J. (1996), *Patrimonio histórico-artístico*, Col. Conocer el Arte, Historia 16 - Informacion e Historia, S.L., Madrid.

MORALES, Federico Castro; GANT, Maria Luisa Bellido, eds., (1998), *Patrimonio, Museos y Turismo Cultural: Claves para la gestión de un nuevo concepto de ocio*, Actas del curso celebrado en el marco de los Seminarios «Fons Mellaria 1997» (Fuente Obejuna, Córdoba, 21-25 de julio), Servicio de Publicaciones, Universidad de Córdoba, Córdoba.

MOREIRA, Isabel M. Martins (1989), *Museus e Monumentos em Portugal 1772-1974*, Universidade Aberta, Lisboa.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (1996), *Memórias da Ponte dos Oito Arcos da Ribeira Grande* (Separata da Revista *INSVLANA*, Vol. LII), Instituto Cultura de Ponta Delgada, Ponta Delgada.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (1999), *Arcano Místico de Madre Margarida Isabel do Apocalipse: percursos e identidade* (Separata das Actas do I Encontro sobre Cultura Popular, 25 a 27 de Setembro de 1997), Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (2000), *Desenvolvimento Museológico dos Açores: Subsídio* (Congresso dos 25 anos da APOM, 14-19 de Setembro de 1990, Cidade do Funchal), Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (2000), *Rede Museológica na (e da) Ribeira Grande: Uma proposta de museu de identidade regional* (Separata da Revista Património e Museus Locais n.º1-2, Jun./Dez. 1992), Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (2000), *Em Defesa do Biblioteca e do Museu*, Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (2000), *Ribeira Grande: entender a cidade* (Separata da Revista *Isleña* n.º26, Jan./Jun. 2000), Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande.

MOURA, Mário Francisco Oliveira (2000), *Museu Ribeira Grande*, Museu da Ribeira Grande, Universidade Nova de Lisboa, Ribeira Grande.

MOURA, Mário Francisco Oliveira, coord., (2004), *Museu de Comunidade: Ribeira Grande. Guia explicativo; exposições e núcleo*, Câmara Municipal da Ribeira Grande, Museu da Ribeira Grande, Ribeira Grande.

NABAIS, António, “Museologia, Museografia, Museus...” in REVISTA *al-madan* nº3 (Maio/Nov.84), Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 44-45.

NABAIS, António, “I Colóquio Internacional sobre Nova Museologia/Ecomuseus” in REVISTA *al-madan* nº4-5 (Nov.84/Nov.85), Centro de Arqueologia de Almada, Almada, p. 69.

NABAIS, António (1991), “Ecomuseu do Seixal. Museologia participativa”, in *Cadernos do MINOM 1, Textos de Museologia. 3ª Jornadas sobre a função Social do Museu*, MINOM Portugal, Lisboa, pp. 84-91.

NABAIS, António (1993), “Museus na Actualidade” in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, coord., *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 63-76.

NABAIS, António (1999), “A arqueologia e os museus locais/regionais”, in REVISTA *O Arqueólogo Português*, Série IV – Vol. 17, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 73-79.

NOLASCO, Maria da Luz, coord., (2000), *Museos y museología en Portugal. Una ruta ibérica para el futuro*, separata da Revista de Museologia, Associação Espanhola de Museólogos, Madrid.

NOUENNE, Patrick le (1992), “Un écomusée ce n’est pas un musée comme les autres (1978)” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 494-515.

PEDERSEN, Arthur (2002), *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*, World Heritage Manuals-1, UNESCO World Heritage Centre, Paris.

PEREIRA, Fernando António Baptista, DUARTE, Ana (2001), “Os Museus como lugares de memória, espaços de encontro e actores sociais”, in *REVISTA Museologia e Património, Arquivos da Memória*, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Semestral - n.º10/11, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, pp. 11-15.

PEREIRA, Rui (1989), “Trinta anos de museologia etnológica em Portugal - Breve contributo para a história das suas origens”, in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 569-580.

PESSOA, Fernando (1998), “Utilizar hoje a ecomuseologia”, in *Actas das Jornadas sobre a Função Social do Museu, Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado*, Câmara Municipal de Póvoa do Lanhoso/MINOM, Póvoa do Lanhoso.

PESSOA, Fernando Santos (2001), *Reflexões sobre ecomuseologia*, Coleção Viver é Preciso, vol. 20, Edições Afrontamento, Porto.

PRIMO, Judite Santos (1999), *Museologia e Património: documentos fundamentais*, Cadernos de Sociomuseologia n.º15, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

PRIMO, Judite Santos (1999), “Pensar contemporaneamente a museologia”, in *CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA n.º16, Museologia: Teoria e Prática*, Centro de Estudos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, pp. 5-38.

RADICH, Maria Carlos (1989), “Confrontos de um saber”, in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 651-658.

RAPOSO, Jorge (1997), “Património e Associativismo”, in *REVISTA al-madan*, n.º6, IIª Série, Centro e Arqueologia de Almada, Almada, Outubro de 1997, pp. 100-120.

RAPOSO, Luís (1999), “Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças”, in *REVISTA O Arqueólogo Português*, Série IV – Vol. 17, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 51-72.

REVISTA al-madan Iª e IIª Séries, Centro de Arqueologia de Almada, Almada.

REVISTA al-madan (Dez. 2001), *A quem pertence o património? Legislação portuguesa e internacional*, CD-Rom complementar do n.º10, IIª Série, Centro de Arqueologia de Almada, Almada.

REVISTA APOM (Outubro 2003), *Lugar em Aberto*, Semestral, n.º1 – 1ª Série, Associação Portuguesa de Museologia, Lisboa.

REVISTA EPT (Dezembro 2005), *Evoluir Aprendendo*, Trimestral, n.º1, Fundação Joaquim dos Santos, Torredeita.

REVISTA EPT (Abril 2006), *Evoluir Aprendendo*, Trimestral, n.º2, Fundação Joaquim dos Santos, Torredeita.

REVISTA **Museologia e Património**, *Arquivos da Memória*, Revista do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Semestral - n.º10/11, Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa.

REVISTA Património e Museus Locais (Junho/Dezembro 1992), n.º1/2 – IIª Série, Instituto Rainha D. Leonor, Lisboa.

RIVIÈRE, Georges Henri (1992), “L’Écomusée, un modèle évolutif (1971-1980)” in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp.440-445.

RIVIÈRE, Georges Henri (1993), *La Museologia. Curso de Museologia / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1989), “Le Musée d’aujourd’hui: un système de communication multimedia”, in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 725-734.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, coord., (1993), *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta, Lisboa.

RPM (2004), *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus nº13*, MC, IPM, Lisboa.

RPM, *Adesão à RPM – Regulamento*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2001.

RPM, *Linhas Programáticas*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa, 2001.

RUAS, Henrique Barrilaro (1993), “O Poder Local”, in *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 90-103.

SARAIVA, Ana Margarida A. G. (2004), *Ecomuseu de Torredeita - Um Olhar sobre o Passado*, Rancho Folclórico de Torredeita, Fundação Joaquim dos Santos, Torredeita.

SCHEINER, Tereza (2000), *Muséologie et philosophie du changement*, ICOFOM Study Series n.º8, ICOM / ICOFOM, Paris, pp. 22-24.

SCHLUMBERGER, Anne Gruner (1993), "Prólogo (Palavras recolhidas em Las Treilles, 1978)", in RIVIÈRE, Georges Henri, *La Museologia. Curso de Museología / Textos y testimonios*, Ediciones Akal, Torrejón de Ardoz, p. 10.

STEENSBERG, Axel (1989), "Ethno-Archaeological experiments in Context with Traditional Agriculture Processes", in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 803-808.

STOFELL, Ana Mercedes (2004), "O papel dos museus na promoção do património e da história local e no desenvolvimento das sociedades", in *Revista do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão, Eburoriga*, Câmara Municipal do Fundão, n.º1 Primavera/Verão, pp. 5-8.

TORRE, Marta de la, ed., (2002), *Assessing the values of Cultural Heritage*, Research Report, The Getty Conservatin Institute, Los Angeles.

TORRES, Maria Clara, RODRIGUES, B. Gouveia, RODRIGUES, José Gouveia (1995), *Ecomuseu de Torredeita – Lagar de Azeite da Cepeda*, Rancho Folclórico de Torredeita, Ecomuseu de Torredeita, Torredeita.

TORRES, Cláudio (1989), "Arqueologia, História local e Desenvolvimento", in BAPTISTA, Fernando Oliveira; BRITO, Joaquim Pais de; BRAGA, Maria Luísa; PEREIRA, Benjamim (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 817-824.

TORRES, Cláudio (1993), "Dignidad Regional e Desarrollo", in *Jornadas Andaluzas sobre: La función de la cultura en el desarrollo local*, Córdoba, pp. 15-20.

TORRES, Cláudio (2001), "A arqueología, o territorio e o desenvolvimento local", in CAM, *Seminário: Efeitos sociais do património à escala local* (Mértola, 27 e 28 de Abril de 2001), Caderno de resumos, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, pp. 21-26.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal*, Temas e Debates, Coimbra, 1998, pp.66-83.

THISTLE, Paul C. (2001), "Visible storage for the small museum", in KNELL, Simon (ed.), *Care of Collections*, Routledge (1ª ed.-1994), Leicester Readers in Museum Studies Series, London and New York, pp. 187-196.

"Un museo en una barraca mexicana" in BOLAÑOS, Maria (2002), *La memoria del mundo: Cien años de museología 1900-2000*, Ediciones Trea, Biblioteconomía y Administración Cultural, Gijón, pp. 293-296.

VARINE, Hugues de (1991), *L'initiative communautaire; recherche et expérimentation*, Collection Museologia, Diffusion Presses Universitaires de Lyon, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon.

VARINE, Hugues de (1992), "Le musée au service de l'homme et du développement (1969)" in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 49-68.

VARINE, Hugues de (1992), "L'Écomusée (1978)" in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.1, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Diffusion Presses Universitaires de Lyon, Mâcon, pp. 446-487.

VARINE, Hugues de (1994), "Le musée moderne: conditions et problème d'une rénovation (1976)", in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 72-73.

VARINE, Hugues de (1994), "Le musée peut tuer ou... faire vivre (1979)", in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 65-70.

VARINE, Hugues de (1998), "Écomusées, musées communautaires, développement local", in *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado*. Actas das Jornadas sobre a Função Social do Museu, Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, pp. 29-31.

VINUESA, Miguel Ángel Troitiño (2001), "Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas", in CAM, *Seminário: Efeitos sociais do património à escala local* (Mértola, 27 e 28 de Abril de 2001), Caderno de resumos, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola, Mértola, pp. 7-11.

WEIL, Stephen (1994), "Une réflexion sur les petits et les grands musées (1987)", in AA.VV., *Vagues: une anthologie de la nouvelle muséologie*, Vol.2, Collection Museologia, Éditions W – M.N.E.S., Mâcon, pp. 152-163.

WILCOX, U. Vincent (2001), "Managing museum space", in KNELL, Simon (ed.), *Care of Collections*, Routledge (1ª ed.-1994), Leicester Readers in Museum Studies Series, London and New York, pp. 147-154.

WORLD HERITAGE PAPERS 9 (2003), *Partnerships for World Heritage Cities. Culture as a vector for Sustainable Urban Development*, UNESCO World Heritage Center, Paris.

2. DOCUMENTOS DE ARQUIVO

AA.VV. (1997), *VIII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Resumo das comunicações* [30, 31 Outubro e 1 Novembro de 1997], Câmara Municipal de Portimão, Portimão.

AA.VV. (2001), *XIII Jornadas sobre a Função Social do Museu. Museologia Comunitária* [16, 17, 18 Março de 2001], Câmara Municipal de Alcoutim, Câmara Municipal de Tavira, MINOM, Alcoutim - Tavira.

BONITO, Ana Maria Rodrigues (2005), *Ecomuseologia: proposta de ecomusealização para o concelho da Ponta do Sol*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Lisboa.

CAMACHO, Maria Clara de Frayão (1999), *Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa 1974-90*, Dissertação de Mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (1994), *Sumário das actividades desenvolvidas de 1978 a 1994. Mértola Vila – Museu: Biografia de um Projecto*, Mértola.

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (s.d.), *O Museu de Mértola. Um projecto cultural de desenvolvimento integrado*, Mértola.

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (1995), *Mértola Vila – Museu: Projecto Global de Intervenção 1995-1996*, Mértola.

CAMPO ARQUEOLÓGICO DE MÉRTOLA (s.d.), *Mértola Vila – Museu: Biografia de um Projecto*, Mértola.

FILIPPE, Maria da Graça da Silveira (2000), *O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Seixal.

FILIPPE, Maria da Graça da Silveira, coord., (2001), *Papel Social dos Museus e Intervenção Comunitária*, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, Faro.

FUNDAÇÃO JOAQUIM DOS SANTOS (s.d.), *Projecto Desenvolvimento Local*, Fundação Joaquim dos Santos, Torredeita.

MARTINS, Cristina, SÁ, Dinora (1989), *Projecto Integrado de Mértola – Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Mértola*, Secretaria de Estado da Segurança Social – Centro Regional de Segurança Social de Beja, Mértola.

MATEUS, Rui (1995), *Recuperação e Conservação em Zonas Históricas. Contribuições Metodológicas para a Investigação Geo-Histórica Associada ao Planeamento Urbano*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, Évora.

MUSEU DO DOURO (2006), *Museu do Douro – Apresentação*, Fundação do Museu do Douro, Peso da Régua.

MUSEU DO DOURO (2006), *Museu do Douro – Programa de acção para 2006-2008*, Fundação do Museu do Douro, Peso da Régua.

NUNO, Carlos A. Simões (1992), *Património Cultural e Desenvolvimento Local. O "Projecto de Mértola"*, Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PEDROSOS, Pedro M. A. E Silva (2007), *Valorização do Património Cultural: o caso de Mértola*, Dissertação de Mestrado em Marketing, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

PRIMO, Judite Santos (2000), *Museus locais e ecomuseologia: estudo do projecto para Ecomuseu da Murtosa*, Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

REVÉZ, Jorge José Horta (1997), *Património e Desenvolvimento Local. Mértola – 20 anos de experiência*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Universidade de Évora, Évora.

3. LEGISLAÇÃO

Portaria n.º377/2007, de 30 de Março – Aprova os Estatutos do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Diário da República, Série I, n.º64.

Portaria n.º376/2007, de 30 de Março – Aprova os Estatutos do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., Diário da República, Série I, n.º64.

Decreto-Lei n.º97/2007, de 29 de Março – Define a Missão e Atribuições do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., Diário da República, Série I, n.º63.

Decreto-Lei n.º96/2007, de 29 de Março – Define a Missão e Atribuições do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P., Diário da República, Série I, n.º63.

Decreto-Lei n.º215/2006, de 27 de Outubro – Reestruturação Orgânica do Ministério da Cultura., Diário da República, Série I, n.º208.

Decreto-Lei n.º70/2006, de 23 de Março – Cria a Fundação Museu do Douro, Diário da República, Série I-A, n.º59/06.

Lei n.º47/2004, de 19 de Agosto – Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses, Diário da República, Série I-A, n.º195/04.

Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio - Estabelece a forma de criação e gestão dos parques arqueológicos, Diário da República, Série I-A, n.º109/02.

Presidência do Concelho de Ministros - Resolução n.º9/2002, de 1 de Fevereiro de 2002 – Nomeação do Encarregado da missão estrutura de projecto Museu do Douro, Diário da República, Série II, n.º27/02.

Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, Diário da República, Série I-A, n.º209/01.

Lei n.º125/97, de 2 de Dezembro – Cria o Museu do Douro, Diário da República, Série I-A, n.º278/97.

Resolução do Concelho de Ministros n.º42/96, de 16 de Abril – Lançou o Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA), Diário da República.

Decreto-lei n.º19/93, de 23 de Janeiro – Estabelece normas relativas à Rede Nacional de Áreas Protegidas, Diário da República, Série I-A, n.º19/93.

Lei n.º2032, de 11 de Junho de 1949 – Lei do valor concelhio.

Decreto n.º20985, de 7 de Março de 1932 – Lei sobre a protecção, conservação, restauro, reintegração, classificação e conservação dos monumentos.

4. FONTES DO RECENSEAMENTO

INE (2000), *Dinâmicas e Padrões Territoriais do Continente Português*, Delegação Regional do Norte do Instituto Nacional de Estatísticas, Porto.

INE (2006), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2005*, Instituto Nacional de Estatísticas, Lisboa.

IPM/OAC (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa.

IPM (2004), *Guia de Museus*, Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Lisboa.

LOPES, Ana M. D. (1998), “Subsídios para a História dos Museus de Autarquia” in AA.VV., *Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias. Experiências, Perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, Seixal.

MOREIRA, Isabel M. M. (1989), *Museus e Monumentos em Portugal 1772-1974*, Universidade Aberta, Lisboa.

OLEIRO, Manuel Bairrão; SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coord., (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Observatório das Actividades Culturais, Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, Lisboa.

5. ARTIGOS E PUBLICAÇÕES ON-LINE

- CHAGAS, Mário, “Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus”, *in* <http://www.quarteirao.com.br/pdf/mchagas.pdf>, extraído a 10/04/2005.
- CURY, Marília Xavier, “Museologia, Museus e Globalização”, *in* http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=1114, extraído a 19/06/2006.
- DACCÒ, Gianluigi, “Le mappe smisurate degli ecomuseu”, *in* <http://www.nouvamuseologia.org/main.html>, extraído a 19/06/2006.
- DAVIS, Peter, “Standards, performance measurement and the evaluation of ecomuseum practice and «success»”, *in* http://www.aqualidadeem museus.net/xiii_textos.htm, extraído a 10/04/2005.
- DELARGE, Alexandre (coord.), “Le partage du pouvoir dans les écomusées”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.
- FARIA, Margarida Lima de, “Diversidade de Públicos de museus e de contextos sociais: mudanças de paradigmas nas culturas contemporâneas” *in* <http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/MargaridaFaria.html>, extraído a 10/04/2005.
- FERNANDES, Ana M. S. (2006), “As origens do MINOM” extracto da dissertação *Um Núcleo Documental para o Estudo da MINOM*, Janeiro, *in* http://www.minom-icom.net/AS_ORIGENS_DO_MINOM.pdf, extraído a 25/05/2007.
- GOUVEIA, Henrique Coutinho, CARVALHO, Margarida Chorão de, “Musealização dos fornos de cal de Paços de Arcos”, *in* <http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/fornos.html>, extraído a 27/10/2006.
- HUDSON, Kenneth, *Ecomuseums become more realistic*, Nordisk Museologi, 1996/2, *in* <http://www.nordiskmuseologi.com/www/nm/926/hudson926.html>, extraído a 04/06/2007.
- JANOTKOVÁ, Monika, “O Ecomuseu do Barroso no contexto da nova museologia”, *in* http://www.premioibam.cz/trabalhos04/Trabalho15m_Janotkova.pdf, extraído a 02/05/2005.
- LIMA, António José Costa, PASSOS, Evandro Ferreira, “O ecomuseu e o desenvolvimento local”, *in* http://www.redpop.org/8reunion/9rrp_ponencias/evandropassos.rtf, extraído a 19/06/2006.
- LIRA, Sérgio, “O Estado Novo de 1945 a 1974. A ditadura nacionalista e a prática legislativa relativa aos museus: cristalização e mudança”, *in* <http://www2.ufp.pt/~slira/sl.htm>, extraído a 15/05/2006.
- LUGO, Raul A. Mendez, “La nueva museología internacional: tiempo y espacio”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.
- MAGGI, Mauricio, “The tree and its fruits: is the ecomuseum still a museum?”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

MAGGI, Maurizio, “Ecomusei, musei del territorio, musei di identità”, *in* <http://www.nouvamuseologia.org/main.html>, extraído a 27/10/2006.

MAYRAND, Pierre, “Notion et typologie du musée territoire”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

MENSCH, Peter van, “Magpies on Mount Helicon”, *in* <http://www.rwa.ahk.nl>, extraído a 08/06/2006.

MENSCH, Peter van, “Museology and management: enemies or friends?”, *in* <http://www.rwa.ahk.nl>, extraído a 08/06/2006.

MENSCH, Peter van, “Characteristics of exhibitions”, *in* <http://www.rwa.ahk.nl>, extraído a 08/06/2006.

MOUTINHO, Mário (1989), *Museus e Sociedade. Reflexões sobre a função social do museu*, Cadernos de Património n.º5, Museu Etnográfico Monte Redondo, Monte Redondo, *in* <http://www.museumonteredondo.net>, extraído a 21/08/2006.

OJEDA, Janine, “Homem & Realidade – O processo embrionário da criação dos museus”, *in* http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_...asp?id=1111, extraído a 12/04/2005.

PEREIRA, Xerardo, Do museu ao ecomuseus: os novos usos do património cultural, *in* <http://www.miranda.utad.pt/~xerardo>, extraído a 19/07/2005.

PEREIRA, Xerardo, “O papel dos museus no turismo cultural”, *in* <http://www.miranda.utad.pt/~xerardo>, extraído a 19/07/2005.

PÉREZ, Xerardo Pereira, CARNEIRO, Paula Alves, MOURA, Vítor Chaves, “Museus de Antropologia e desenvolvimento comunitário no norte de Portugal: o Ecomuseu do Barroso”, *in* <http://www.miramda.utad.pt/~xerardo>, extraído a 19/07/2005.

PERIN, Andrea, “Dall’archeologia all’etnografia e viceversa”, *in* <http://nuovamuseologia.org/main.html>, extraído a 12/04/2005.

PESSOAS & LUGARES, “Em destaque Museus”, Jornal de animação da Rede Portuguesa Leader+, *in* <http://www.idrha.pt/p1/jornalpl24.pdf>, extraído a 10/04/2005.

PIDELLO, Giuseppe, “L’Ecomuseo come spazio formativo permanente”, *in* <http://www.ecomusei.net/User/museologia/icom-museologi/Giuseppe%20Pidello.pdf>, extraído a 12/04/2005.

PRIMO, Judite Santos, “O sonho do Museólogo”, *in* <http://museologia.mestrados.ulusofona.pt>, extraído a 27/10/2006.

PRIMO, Judite Santos, “A importância dos museus locais em Portugal”, *in* <http://museologia.mestrados.ulusofona.pt>, extraído a 27/10/2006.

PRIMO, Judite Santos, “Pensar contemporaneamente a museologia”, *in* <http://museologia.mestrados.ulusofona.pt>, extraído a 27/10/2006.

PRIOSTI, Odalice, “Museus comunitários”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

QUEIROZ, Moema Nascimento, “A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania”, *in* <http://www.revistamuseu.com.br/artigos/artigos1.asp?ler=52>, extraído a 27/10/2006.

TORRES, Josep Manuel Rueda i, “Població autòctona i protecció d’espais naturals”, *in* <http://www.gencat.net/mediamb/revista/rev23-5.htm>, extraído a 12/04/2005.

TUSSI, Laura, “Valenze didattiche degli ecomusei”, *in* <http://www.sussidiario.cc/forum/collaboratori/messages/916.shtml>, extraído a 12/04/2005.

VARINE, Hugues de, “The origin of the new museology concept”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

VARINE, Hugues de, “O museu comunitário é herético?”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

VARINE, Hugues de, “Les éléments de la participation: concepts, méthodes, acteurs”, *in* <http://www.interactions-online.com>, extraído a 19/06/2006.

VARINE, Hugues de, “Património e educação popular”, *in* http://www.direitodeaprender.com.pt/revista02_02.htm, extraído a 19/06/2006.

6. CONSULTAS ON-LINE

6.1. MUNICÍPIOS

<http://www.cm-agueda.pt>
<http://www.cm-anadia.pt>
<http://www.cm-aveiro.pt>
<http://www.cm-espinho.pt>
<http://www.cm-ilhavo.pt>
<http://www.cm-murtosa.pt>
<http://www.cm-olb.pt>
<http://www.cm-feira.pt>
<http://www.cm-sever.pt>
<http://www.cm-valedecambra.pt>

<http://www.cm-albergaria.pt>
<http://www.cm-arouca.pt>
<http://www.cm-castelo-paiva.pt>
<http://www.cm-estareja.pt>
<http://www.cm-mealhada.pt>
<http://www.cm-oaz.pt>
<http://www.cm-ovar.pt>
<http://www.cm-sjm.pt>
<http://www.cm-vagos.pt>
<http://www.mun-aljustrel.pt>

<http://www.cm-tabua.pt>
<http://www.cm-vilanovadepoiareis.pt>
<http://www.cm-alandroal.pt>
<http://www.cm-arraiolos.pt>
<http://www.cm-borba.pt>
<http://www.cm-estremoz.pt>
<http://www.cm-evora.pt/cmevora>
<http://www.cm-montemorovo.pt>
<http://www.cm-mora.pt>
<http://www.cm-mourao.pt>

<http://www.cm-almodovar.pt>
<http://www.cm-barrancos.pt>
<http://www.inesting.org/castroverde>
<http://www.cm-ferreira-alentejo.pt>
<http://www.cm-moura.pt>
<http://www.cm-ourique.pt>
<http://www.cm-vidigueira.pt>
<http://www.cm-barcelos.pt>
<http://www.cm-cabeceiras-basto.pt>
<http://www.cm-esposende.pt>
<http://www.cm-guimaraes.pt>
<http://www.cm-povoadelanhoso.pt>
<http://www.cm-vminho.pt>
<http://www.cm-vilaverde.pt>
<http://www.cm-alfandegadafe.pt>
<http://www.cm-carrazedadeansias.pt>
<http://www.cm-mcavaleiros.pt>
<http://www.cm-mirandela.pt>
<http://www.cm-moncorvo.pt>
<http://www.cm-vimoso.pt>
<http://www.cm-belmonte.pt>
<http://www.cm-covilha.pt>
<http://www.cm-idanhanova.pt>
<http://www.cm-penamacor.pt>
<http://www.cmserta.sytes.net>
<http://www.cm-vvrodado.pt>
<http://www.cantanhedeonline.pt>
<http://www.cm-condeixa.pt>
<http://www.cm-gois.pt>
<http://www.cm-mira.pt>
<http://www.cm-montemorvelho.pt>
<http://www.cm-oliveiradohospital.pt>
<http://www.cm-pampilhosadaserra.pt>
<http://www.cm-pombal.pt>
<http://www.cm-arruda.pt>
<http://www.cm-lourinha.pt>
<http://www.cm-tvedras.pt>
<http://www.cm-alter-chao.pt>
<http://www.cm-campo-maior.pt>
<http://www.cm-elvas.pt>
<http://www.cm-marvao.pt>
<http://www.cm-pontedesor.pt>
<http://www.cm-amarante.pt>
<http://www.cm-gondomar.pt>
<http://turismo.maiadigital.pt>
<http://www.cm-pacosdeferreira.pt>
<http://www.cm-pvarzim.pt>
<http://www.cmvalongo.net>
<http://www.cm-abrantes.pt>
<http://www.cm-alpiarca.pt>
<http://www.cm-chamusca.pt>
<http://www.cm-entroncamento.pt>
<http://www.cm-macao.pt>
<http://www.cm-salvaterrademagos.pt>
<http://www.cm-alvito.pt>
<http://www.cm-beja.pt>
<http://www.cm-cuba.pt>
<http://www.cm-mertola.pt>
<http://www.cm-odemira.pt>
<http://www.cm-serpa.pt>
<http://www.cm-amares.pt>
<http://www.cm-braga.pt>
<http://www.cm-celoricodebasto.pt>
<http://www.cm-fafe.pt>
<http://www.gimaraesturismo.com>
<http://www.cm-ferrasdebourro.pt>
<http://www.vilanovadefamalicao.org>
<http://www.cm-vizela.pt>
<http://www.cm-braganca.pt>
<http://www.cm-fecinta.pt>
<http://www.cm-mdouro.pt>
<http://www.cm-mogadouro.pt>
<http://www.cm-vilaflor.pt>
<http://www.cm-vinhais.pt>
<http://www.cm-castelobranco.pt>
<http://www.cm-fundao.pt>
<http://www.cm-oleiros.pt>
<http://www.cm-proencanova.pt>
<http://www.cm-viladeri.pt>
<http://www.cm-arganil.pt>
<http://www.cm-coimbra.pt>
<http://www.cm-figfoz.pt>
<http://www.cm-lousa.pt>
<http://www.cm-miradadocorvo.pt>
<http://www.cm-penacova.pt>
<http://www.cm-penela.pt>
<http://www.cm-soure.pt>
<http://www.municipio-portodemous.pt>
<http://www.cm-azambuja.pt>
<http://www.cm-mafra.pt>
<http://www.cm-vfxira.pt>
<http://www.cm-arronches.pt>
<http://www.cm-castelo-vidé.pt>
<http://www.cm-fronteira.pt>
<http://www.cm-monforte.pt>
<http://www.cm-portalegre.pt>
<http://www.cm-baião.pt>
<http://www.cm-valsousa.pt>
<http://www.cm-marco-canaveses.pt>
<http://www.cm-paredes.pt>
<http://www.cm-stirso.pt>
<http://www.cm-viladoconde.pt>
<http://www.cm-alcanena.pt>
<http://www.cm-benavente.pt>
<http://www.cm-constancia.pt>
<http://www.cm-ferreiradozeze.pt>
<http://www.cm-ourem.pt>
<http://www.cm-santarem.pt>
<http://www.cm-portel.pt>
<http://www.cm-redondo.pt>
<http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt>
<http://www.cm-vendasnovas.pt>
<http://www.cm-vianadoalentejo.pt>
<http://www.cm-vilaviciosa.pt>
<http://www.cm-aguiardabeira.pt>
<http://www.cm-almeida.pt>
<http://www.cm-celoricodabeira.pt>
<http://www.cm-fcr.pt>
<http://www.cm-fornosdealgodres.pt>
<http://www.cm-gouveia>
<http://www.mun-guarda.pt>
<http://www.cm-manteigas.pt>
<http://www.cm-meda.pt>
<http://www.cm-pinhel.pt>
<http://www.cm-sabugal.pt>
<http://www.cm-seia.pt>
<http://www.cm-trancoso.pt>
<http://www.cm-fozcoa.pt>
<http://www.cm-alvaizere.pt>
<http://www.cm-ansiao.pt>
<http://www.cm-batalha.pt>
<http://www.cm-bombarral.pt>
<http://www.cm-caldas-rainha.pt>
<http://www.cm-castanheiradepera.pt>
<http://www.cm-figueirosdosvinhos.pt>
<http://www.cm-leiria.pt>
<http://www.cm-mgrande.pt>
<http://www.cm-nazare.pt>
<http://www.cm-obidos.pt>
<http://www.cm-pedrogaogrande.pt>
<http://www.cm-peniche.pt>
<http://www.cm-alenquer.pt>
<http://www.cm-cadaval.pt>
<http://www.cm-sobral.pt>
<http://www.cm-loures.pt>
<http://www.cm-avis.pt>
<http://www.cm-crato.pt>
<http://www.cm-gaviao.pt>
<http://www.cm-nisa.pt>
<http://www.cm-sousel>
<http://www.cm-felgueiras.pt>
<http://www.cm-maia.pt>
<http://www.cm-matosinhos.pt>
<http://www.cm-penafiel.pt>
<http://www.mun-trofa.pt>
<http://www.cm-gaia.pt>
<http://www.cm-almeirim.pt>
<http://www.cm-cartaxo.pt>
<http://www.cm-coruche.pt>
<http://www.cm-golega.pt>
<http://www.cm-riomaior.pt>
<http://www.cm-sardoal.pt>

<http://www.cm-tomar.pt>
<http://www.m-alcacerdosal.pt>
<http://www.cm-barreiro.pt>
<http://www.mun-montijo.pt>
<http://www.cm-seixal.pt>
<http://www.mun-sines.pt>
<http://www.cm-melgaco.pt>
<http://www.cm-pontedabarca.pt>
<http://www.cm-viana-castelo.pt>
<http://www.cm-boticas.pt>
<http://www.cm-mondimdebasto.pt>
<http://www.cm-pesoregua.pt>
<http://www.cm-smpenagiao.pt>
<http://www.cm-vilareal.pt>
<http://www.cm-funchal.pt>
<http://www.cm-portomoniz.pt>
<http://www.cm-santacruz.pt>
<http://www.cm-ah.pt>
<http://cm-lagoa.azoresdigital.pt>
<http://www.cm-madalena.pt>
<http://www.cm-povoacao.pt>
<http://www.cm-graciosa.pt>
<http://cm-velas.azoresdigital.pt>
<http://www.cm-armamar>
<http://www.cm-cinfaes.pt>
<http://www.cm-moimenta.pt>
<http://www.cm-ofrades.pt>
<http://www.cm-resende.pt>
<http://www.cm-spsul.pt>
<http://www.cm-tabuaco.pt>
<http://www.cm-vilanovadepaiva.pt>

<http://www.cm-torresnovas.pt>
<http://www.cm-alcochete.pt>
<http://www.cm-grandola.pt>
<http://www.cm-palmela.pt>
<http://www.mun-sesimbra.pt>
<http://www.cm-arcos-valdevez.pt>
<http://www.cm-moncao.pt>
<http://www.cm-pontedelima.pt>
<http://www.cm-vncerveira.pt>
<http://www.chaves.pt>
<http://www.cm-montalegre.pt>
<http://www.cm-rpena.pt>
<http://www.valpacos.pt>
<http://www.cm-calheta-madeira.com>
<http://www.cm-machico.pt>
<http://www.cm-portosanto.pt>
<http://www.cm-santana.pt>
<http://www.cm-corvo.pt>
<http://www.cmlfiores.raacores.pt/>
<http://www.cmnordeste.pt>
<http://www.cmpvy.pt>
<http://virtualazores.pt>
<http://www.cm-viladoporto.pt>
<http://www.carregal-digital.pt>
<http://www.cm-lamego.pt>
<http://www.cm-mortagua.pt>
<http://www.cm-penalvadocastelo.pt>
<http://www.cm-santacombadao.pt>
<http://www.cm-satao.pt>
<http://www.tarouca.pt>
<http://www.cm-viseu.pt>

<http://www.cm-vnbarquinha.pt>
<http://www.cm-almada.pt>
<http://www.cm-moita.pt>
<http://www.cm-santiago-do-cacem.pt>
<http://www.mun-setubal.pt>
<http://www.cm-caminha.pt>
<http://www.cm-paredes-coura.pt>
<http://www.cm-valenca.pt>
<http://www.cm-alijo.pt>
<http://www.cm-mesaofrio.pt>
<http://www.cm-murca.pt>
<http://www.cm-sabrosa.pt>
<http://www.cm-vpaguiar.pt>
<http://www.cm-camaradelobos.pt>
<http://www.cm-pontadosol.pt>
<http://www.cm-ribeirabrava.pt>
<http://www.cm-svicente.pt>
<http://www.cmhorta.pt>
<http://www.municipio-lajes-do-pico.pt>
<http://cm-pontadelgada.azoresdigital.pt>
<http://www.cm-ribeiragrande.pt>
<http://www.cmsrp.pt>
<http://www.cmvfc.pt>
<http://www.cm-castrodaire.pt>
<http://www.cmmangualde.pt>
<http://www.cm-nelas.pt>
<http://www.cm-penedono.pt>
<http://www.cm-sipesqueira.espigueiro.pt>
<http://www.cm-semancelhe.pt>
<http://www.cmtondela.com>
<http://www.cm-vouzela.pt>

6.2. ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES NACIONAIS

<http://www.geira.pt/museus>
<http://www.cp.pt/apai/apres.htm>
<http://www.aporem.pt>
<http://www.adpm.pt>
<http://www.anmp.pt>
<http://www.apom.pt>
<http://www.museusportugal.org>
<http://www.ipmuseus.pt>
<http://www.dgdc.min-edu.pt>
<http://www.ccr-norte.pt>
<http://www.minhatererra.pt>
<http://www.qca.pt>
<http://www.freipedro.pt>
<http://www.acesso.universia.pt>
<http://www.utad.pt>
<http://www.dgo.pt>
<http://www.min-cultura.pt>
<http://www.azores.gov.pt>

<http://www.ippar.pt>
<http://www.rpmuseus-pt.org/>
<http://www.dgemn.pt>
<http://www.anje.pt>
<http://www.iapmei.pt>
<http://www.prorestauro.com>
<http://www.rotadaluz.pt>
<http://www.adcr-freixo.pt>
<http://www.espigueiro.pt>
<http://www.iturismo.pt>
<http://www.diramb.gov.pt>
<http://www.poa.maotdr.gov.pt>
<http://www.ufp.pt>
<http://cmb.ccems.pt>
<http://www.aps.pt>
<http://www.iambiente.pt>
<http://www.confagni.pt>
<http://www.unesco.pt>

<http://muscologia.mcstrados.ulusofona.pt>
<http://www.aqualidadeemmuseus.net>
<http://www.chavesviva.pt>
<http://www.idrha.pt>
<http://repositorium.sdum.uminho.pt>
<http://www.museumonteredondo.net>
<http://www.fjs-torredeita.com.pt>
http://ec.europa.eu/index_pt.htm
<http://www.futurosustentavel.org>
<http://www.parquedasnacoes.pt>
<http://www.maotdr.gov.pt>
<http://www.ipa.min-cultura.pt/coa/>
<http://www.museudodouro.pt>
<http://www.icom-portugal.org>
<http://www.docserver.univ-ab.pt>
<http://www.setubalnarede.pt>
<http://www.ecomuseu.org>
<http://www.rt-leiriafatima.pt>

<http://www.leader.pt>

<http://www.icn.pt>

<http://www.engenharia.com.pt>

<http://viajar.clix.pt>

<http://dre.pt>

<http://www.ccr-norte.pt>

<http://www.ccdrc.pt>

<http://www.ine.pt>

<http://www.oac.pt>

<http://www.uevora.pt>

<http://www.ipa.min-cultura.pt>

<http://www.ipcr.pt>

<http://www.ccdr-a.pt>

<http://www.ccdr-alg.pt>

<http://www.iac-azores.org>

<http://www.in-loco.pt>

<http://www.abrantesdigital.pt>

<http://www.algarvedigital.pt>

<http://www.ccdr-n.pt>

<http://www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt>

<http://www.tecnet.pt>

6.3. ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

<http://www.archimuse.com>

<http://www.le.ac.uk/museumstudies>

<http://www.quarteirao.com.br>

<http://www.icom.org/icofom>

<http://www.valdevermissa.org>

<http://www.redpop.org>

<http://www.rwa.ahk.nl>

<http://www.gencat.net>

<http://portal.unesco.org>

<http://babelfish.altavista.com>

<http://www.ires.piemonte.it/>

<http://www.nordiskmuseologi.com>

<http://www.culture-routes.lu>

<http://medioambiente.xunta.es>

<http://www.economusees.com>

<http://babelfish.altavista.com/tr>

<http://www.sussidiario.cc>

<http://www.ecomusei.net>

<http://www.ecomuseu.com>

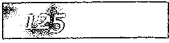
<http://www.minom-icom.org>

<http://www.premioibam.cz>

<http://www.icom.com>

<http://www.translated.net/fr>

ANEXOS



ANEXO A

O ARRANQUE

ARRANQUE	Museu Clássico	Centro de Interpretação	Ecomuseu	Economuseu	Indústria Cultural	Empresa Comercial
Tipo de arranque (meios)	Fazer apreciar exposição no museu	Exposição no centro	Exposições instantâneas no terreno	Exposições, animação, balcão de vendas num só local	Apresentação e vendas especializadas	Venda em loja
Mercados visados	Grande público, clientela especializada e meio escolar	clientela especializada e meio educativo	População local	Clientela alvo do turismo cultural e científico	Dimensão restringida pela natureza da mensagem	O maior rendimento possível
Os clientes	Visitantes	Visitantes	Cidadão do território	Visitantes e consumidores	Consumidores e coleccionadores	Consumidores
Utilidade do design	Como objecto de exposição Útil na concepção e arranjo	Útil na concepção da exibição e arranjo	Complementar à criatividade popular	Útil na concepção de novos produtos, apresentação e arranjo	Produtos concebidos por muitos designers, em especial na apresentação	Conceito global, produto e grafismo
Lançamento de novos produtos	A exposição depende da clientela e do gosto dos conservadores (imagem do museu e da colecção)	Depende dos programas dos amadores e das novas mensagens a transmitir	Depende das mensagens comunitárias geradas	Depende dos produtos a vender pelos artesãos	Depende especialmente do criador	Efectuada no momento propício e segundo as necessidades dos consumidores e da concorrência
Qualidade da mensagem a transmitir	Personalidade do museu	Adequação da transmissão da mensagem	Autenticidade da mensagem	Qualidade do produto e percepção da integração da tradição e do presente	Originalidade da obra	Credibilidade e relação qualidade/preço
Relação qualidade/preço	Acessibilidade do produto	Acessibilidade do produto	Não pertinente	Necessário para assegurar o sucesso das vendas	Útil para ser competitivo	Necessário e concorrencial
Reacções ao sucesso	Constante actualização e completar as colecções difundindo-as	Alargar os serviços educativos à população	Responder às expectativas “práticas” da população	Investir na procura para manter o auto-financiamento	Levar a cabo novas experiências	Repetir a fórmula até ao esgotamento do sucesso e correr riscos

A PRODUÇÃO

PRODUÇÃO	Museu Clássico	Centro de Interpretação	Ecomuseu	Economuseu	Indústria Cultural	Empresa Comercial
Inovação	Para a apresentação das obras	Para explicar o passado e o caminho feito	Para exprimir a relação entre passado e presente	Para rentabilizar a produção	Para exploração de uma ideia	Em vista da rentabilidade
Motivação	Procura da contemplação	Imaginação e qualidade da mensagem transmitida	Emoção baseada no orgulho do meio	Procura da qualidade num produto significativo	Procura de novas criações	Procura por produtos que sejam competitivos (acção lógica)
Produção de bens e lucros	Relevo dos objectos reproduzidos (loja)	Relevo dos objectos reproduzidos (loja)	Não são necessários	Essencial	Meio de expressão	Motor da rentabilidade
Tipo de produção	Produção de todos os tipos	Produção de exposições permanentes	Produção de exposições temporárias <i>in situ</i>	Peça única e série artesanal	Série artesanal, semi-industrial e industrial	Semi-industrial e industrial
Tipo de produtores	Criativos Conservadores Restauradores	Criativos Conservadores Restauradores	Membros voluntários da comunidade	Criativos Conservadores e artesãos	Produtores e artesãos-criadores	Artesãos executantes
Investigação (pessoa chave)	Importância de especialistas de História da arte	Importância de especialistas em ciências do homem	Importância de animadores sócio-culturais	Importância de criativos e inovadores	Importância de artistas e inovadores	Importância de técnicos para a produção
Fonte de inspiração (proveniência)	Valorização da programação lógica e ordenada	Valorização de um tema forte e autêntico	Utilização de ideias e indivíduos da comunidade para pôr de pé projectos	Tradição e contribuição de ideias de produtores que, no local, contactam o público	Depende das ideias e conceitos artísticos do artesão	Utilização da ideia mais rentável, sem ligar à proveniência
Lugar da tradição	Depende do tipo de museu	Pertinência do testemunho	Como testemunho	Necessário na conservação do que é melhor	Não é necessário	Não é necessário

A GESTÃO

GESTÃO	Museu Clássico	Centro de Interpretação	Ecomuseu	Economuseu	Indústria Cultural	Empresa Comercial
Tipo de empresa a intervir	Uma instituição museológica	Um organismo de tipo comunitário	Um agrupamento comunitário	Uma corporação privada (empresário cultural)	O indivíduo	Empresa privada, corporação, cooperativa...
Financiamento	Estatal e/ou privado	O Estado, o privado e o comunitário	Contribuição do Estado e do meio	Empresa privada visando o auto-financiamento	Empresa privada	Empresa privada
Importância dos custos de funcionamento	Subvenções e acreditação privadas	Funcionamento subvencionado pelo Estado e pelo Meio	Funcionamento subvencionado pelo Estado e pelo Meio	Nenhuma subvenção	Concepção cara em relação ao rendimento potencial. Potencialidade de subvenção	Custos normais de uma empresa comercial
Controle dos inventários	Nas reservas, com controle, segundo normas de conservação	Nas salas de exposição e reservas	Em casa do proprietário dos objecto-testemunho	Em armazéns e exposição	Nos armazéns e exposição	Nos armazéns
Perfil dos administradores	Cultural	Sócio-Cultural	Sócio-Cultural	Cultural e gestor	Cultural e gestor	Gestor
Forma jurídica	- sociedade do Estado - corporação privada	- sociedade do Estado - corporação privada	Centro comunitário e centro cultural	Corporação privada	Empresa privada	Empresa privada
Volume de negócios	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Necessário para assegurar o auto-financiamento	Necessário	Necessário
Número de empregados	Sem limite	Sem limite	Sem limite no projecto colectivo	Entre 3 a 10	Sem limite	Sem limite
Principais critérios de avaliação	Progresso da difusão das colecções	A qualidade da transmissão de conhecimentos	A descoberta da identidade	A qualidade do produto e auto-financiamento do sistema empresa-museu	Qualidade da produção artística	Qualidade - lucros
Meios humanos	Especialistas (gestores, conservadores e educadores)	Animadores e voluntários (e especialistas)	Investigadores, animadores e voluntários	Artesãos produtores	Criadores, profissionais autónomos	Técnicos e pessoal especializado

CONSERVAÇÃO E FORMAÇÃO

CONSERVAÇÃO E FORMAÇÃO	Museu Clássico	Centro de Interpretação	Ecomuseu	Economuseu	Indústria Cultural	Empresa Comercial
Fundamento do organismo	Conservar para valorizar uma colecção	Conservar para valorizar um tema	Conservar para se ligar à população	Conservar para se inspirar	Conservar para se pagar	Conservar comparando ou por mimetismo
Assunto	A colecção	O tema	A memória colectiva	O produto e o ofício	O objecto estético	O protótipo
Em relação ao objecto	O objecto "em si" pelo seu valor	O objecto para ilustrar	O objecto como testemunho	O objecto como fonte de renovação e produção	O objecto como desenvolvimento pessoal	O objecto enquanto lucro
Em relação às técnicas de produção	Autenticidade do objecto: conformidade histórica	Interpretação simbólica de um tema escolhido	Conhecimento dos modos de produção num certo meio	Capacidade de produzir com a tecnologia tradicional	Possibilidade de adaptar a técnica tradicional	Procura de uma rentabilidade da técnica
Em relação aos sítios e edifícios	O objecto é o mais importante da própria galeria	O interesse do objecto é ele estar no seu meio histórico e natural	O ambiente global como factor de identidade	O edifício acentua a identidade do meio	O edifício como meio de vida e criação	O edifício como ferramenta de produção e venda
Enraizamento	Baseado na colecção e nas obras	Baseado no estudo da temática	Baseado no testemunho do vivido da comunidade	Baseado nas tecnologias de uma oficina produtiva	Baseado na criatividade de um criador autónomo	Baseado nas performances do saber da empresa
Aprendizagem dos ofícios	Em vista da qualidade do restauro e da conservação	Em vista da compreensão das técnicas e dos métodos	Em vista da compreensão dos modos de vida do meio	Em vista da produção de objectos de qualidade e adaptação das técnicas ao futuro	Em vista da produção e criação de objectos de qualidade	Em vista de uma melhor produtividade e eficácia
Tipo de pedagogia	De especialistas e graduados	De especialistas e gente do meio	Animação cultural por especialistas e gente do meio	Por artesãos	Ao nível do aperfeiçoamento	Ao nível do aperfeiçoamento
Formação ou aperfeiçoamento do pessoal	Estudos especializados	Estudos especializados	Auto-formação	Por companheirismo e estudos especializados	Por companheirismo e estudos especializados	Estudos especializados

A DIFUSÃO

DIFUSÃO	Museu Clássico	Centro de Interpretação	Ecomuseu	Economuseu	Indústria Cultural	Empresa Comercial
Objectivos	Fazer apreciar e contemplar	Dar a conhecer	Dar-se a conhecer e a avaliar	Fazer compreender a simbiose entre economia e cultura	Desenvolver	Vender
Público visado	Grande público, elites, especializado e escolar	Grande público e clientela escolar	Os ocupantes do próprio território	Turismo cultural e científico	Clientela artística e comercial	Clientela estritamente comercial
Lugar	Um edifício ordenado em função da conservação e difusão	Um sítio e/ou edifício	Um território bem demarcado	Uma oficina de produção aberta	Uma oficina de produção privada	Uma oficina de produção privada
Espaços necessários	Galerias de exposição do museu	Um espaço para a interpretação	Lugares para animação, exposições, encontros e conferências	Um centro de interpretação e de animação da produção passada e actual. Oficinas	Uma loja e oficina de produção	O vendedor e a loja comercial
Aproximação	Cultural e científica	Difusão cultural	Sócio-cultural e patrimonial	Sócio-cultural, artística e comercial	Cultural e comercial	Comercial
Percurso	Selectivo em função das exposições temáticas, permanentes ou temporárias	Global, pois o conjunto deve ser conhecido para ser compreendido	Evolutivo, segundo a vontade da comunidade	Instantâneo pelo objecto produzido e valorização no local	Qualitativo e estético	Competitivo
Conteúdo	Estético, científico	Pedagógico	Sociológico	Cultural e comercial	Cultural e comercial	Comercial
Transmissor	Guias	Guias	Animadores	Animadores e artesãos-produtores	Artesão criador	Vendedor
Preocupação	Público	Público	Meio	Processos e produtos	Produto	Mercado
Meio	Promoção	Promoção	Animação	Animação e demonstração do processo	Demonstração	Venda

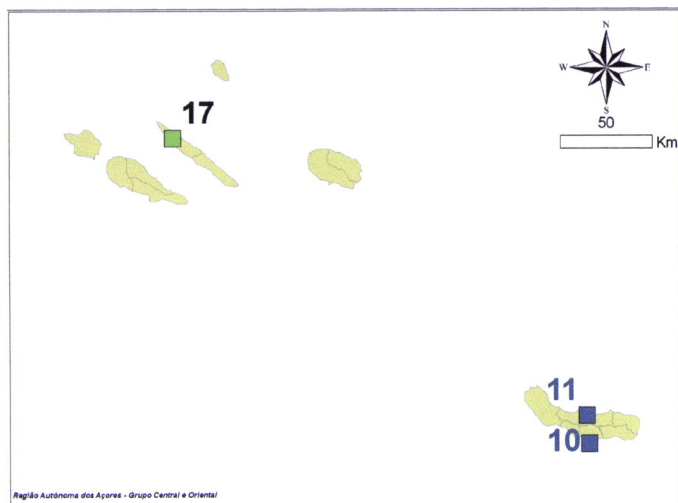
ANEXO B

UNIDADE MUSEOLÓGICA	CONTACTOS	RESPONSÁVEL TÉCNICO
Museu Municipal de Pinhel	Travessa Portão Norte 6400 Pinhel ☎ 271 410 000 http://www.cm-pinhel.pt museu@cm-pinhel.pt	Dr. Laurindo Monteiro ☎ 271 413 388
Museu do Douro	Rua dos Camilos 5050-256 Peso da Régua ☎ 254 324 320 http://www.museudodouro.pt museudodouro@culturante.pt	Professor Doutor Gaspar Martins Pereira ☎ 254 324 321
Parque Arqueológico de Vale do Côa	Av. Gago Coutinho, 19 A 5150-610 V. N. Foz Côa ☎ 279 768 260/1 http://www.ipa.min-cultura.pt/coa/visitas.pavc@ipa.min-cultura.pt	Dr.ª Alexandra Cerveira Lima ☎ 279 768 270
Museu da Casa Grande	Rua Direita 5155 Freixo de Numão ☎ 279 789 573 http://www.adcr-freixo.pt freixo.adcr@clix.pt	Dr. António do Nascimento Sá Coixão ☎ 279 789 573
Ecomuseu de Barroso	Praça do Município 5470-214 Montalegre ☎ 276 510 200 / 276 518 645 http://www.ecomuseu.org ecomuseubarroso@hotmail.com	Dr. David Teixeira ☎ 276 510 201
Museu Municipal de Vale de Cambra	Praça da República, Macieira de Cambra 3730-223 Vale de Cambra ☎ 256 422 016 http://www.valedecambra.net/museu/mmvc@netvisão.pt	Dr.ª Ana Margarida Henriques ☎ 256 420 519
Ecomuseu Marinha da Troncalhada	Marinha da Troncalhada – Cais das Pirâmides 3810-200 Aveiro ☎ 234 406 300 (ext.1890) http://www.cm-aveiro.pt património.hist@cm-aveiro.pt	Vereador da Cultura Dr. Luís Capão Filipe ☎ 234 406 390
Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita	Apartado 3 3510-903 Torredeita, Viseu ☎ 232 990 200 / 232 997 007 http://www.fjs-torredeita.com.pt escola@fjs-torredeita.com.pt	Sr. Comendador Arcides Batista Simão ☎ 232 990 202
Museu Etnográfico / Ecomuseu de Miranda do Corvo	Centro Social Comunitário Dr. Jaime Ramos 3220-231 Miranda do Corvo ☎ 239 530 150 http://adfp.pt geral@adfp.pt	Dr.ª Nancy Rodrigues ☎ 239 533 160
Projecto de Desenvolvimento Turístico – Sever do Vouga	Largo do Município 3740-262 Sever do Vouga ☎ 234 555 566 http://www.cm-sever.pt cm.sever@cm-sever.pt	☎ 234 552 982
Ecomuseu do Redondo	Praça da República 7170-011 Redondo ☎ 266 989 210 / 266 909 100 http://www.cm-redondo.pt geral@cm-redondo.pt	☎ 266 989 039
Museu do Casal de Monte Redondo	Rua da Bajouca, n.º17 2425-617 Monte Redondo - Leiria	Professor Doutor Mário Moutinho

	☎ 244 685 159 ☎ 244 685 159 http://www.museumonteredondo.net museu@museumonteredondo.net	
Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	(instalações provisórias) Centro de Artesanato Rua do Moinho da Vila 2440-118 Batalha ☎ 244 766 309 ☎ 244 769 111 http://www.cm-batalha.pt museu.batalha@mail.telepac.pt	Dr. ^a Ana Mercedes Stoffel Fernandes
Ecomuseu do Guadiana	Largo Vasco da Gama 7750-328 Mértola ☎ 286 610 000 ☎ 286 610 001 http://www.adpm.pt geral@adpm.pt	
Museu de Mértola	Praça Luís de Camões 7750 Mértola ☎ 286 610 100 / 286 612 443 ☎ 286 612 253 http://www.cm-mertola.pt cm-mertola@mail.telepac.pt	Dr. Cláudio Torres
Ecomuseu Municipal do Seixal	Praceta Francisco Adolfo Coelho Torre da Marinha 2840-409 Seixal ☎ 212 276 290 ☎ 212 276 340 http://www.cm-seixal.pt ecomuseu@cm-seixal.pt	Dr. ^a Maria da Graça da Silveira Filipe
Plano de Desenvolvimento para a Beira Serra / Ecomuseu de Góis	São Paulo 3330-304 Góis ☎ 235 772 538 / 235 778 056 ☎ 235 778 057 http://www.adiber.web.pt adiber@oninet.pt	
Ecomuseu de S. Jorge	Rua Roque Afonso – Jardim Botânico 9800-558 Velas S. Jorge - Açores ☎ 295 432 330 ☎ 295 432 331 http://www.azores.gov.pt ecoteca.sjorge@azores.gov.pt	Dr. Eduardo Guimarães
Museu de Vila Franca do Campo – Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores	Rua Visconde Botelho, n.º13 9680-115 Vila Franca do Campo S. Miguel - Açores ☎ 296 539 100 / 296 539 118 ☎ 296 539 105 http://www.cmvfc.pt geral@cmvfc.pt	Professor Doutor Rui de Sousa Martins
Museu de Comunidade da Ribeira Grande	Rua de São Vicente Ferreira 9600-509 Ribeira Grande S. Miguel - Açores ☎ 296 472 118 http://www.cm-ribeiragrande.pt geralcmrg@cm-ribeiragrande.pt	Dr. Mário Moura

ANEXO C

Localização Geográfica das Unidades Museológicas Portugal Continental - Região Autónoma dos Açores



Legenda

Unidades Museológicas em Funcionamento

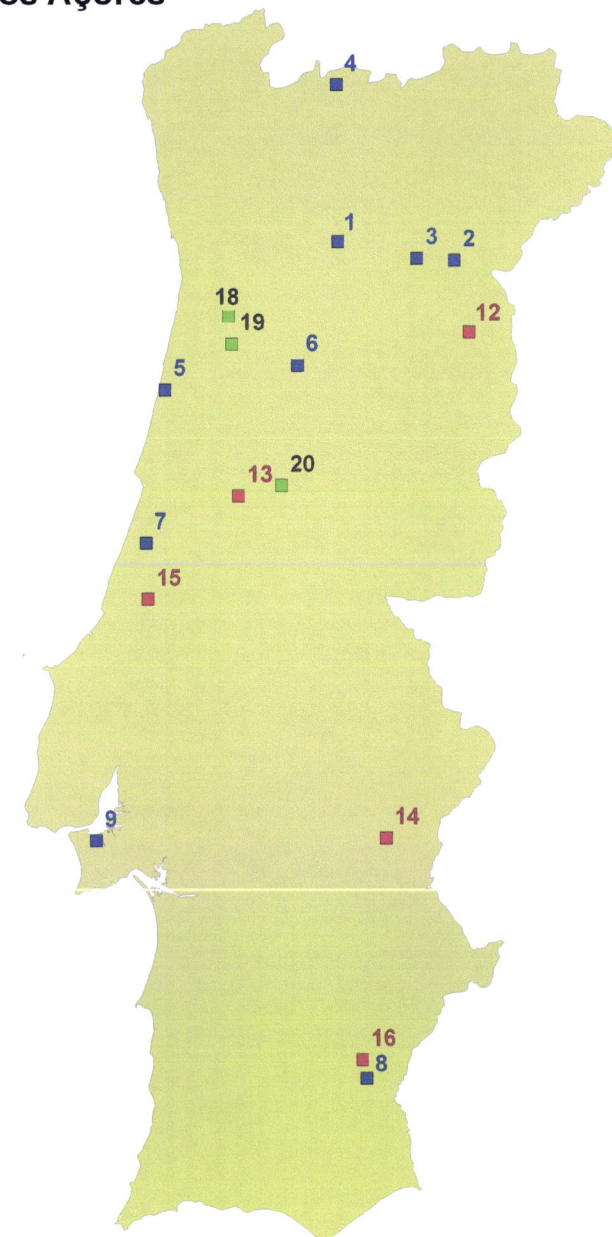
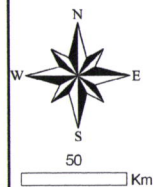
- 1, Museu Do Douro
- 2, Parque Arqueológico de Vale do Côa
- 3, Museu da Casa Grande
- 4, Ecomuseu de Barroso
- 5, Ecomuseu Marinha da Troncalhada
- 6, Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita
- 7, Museu do Casal de Monte Redondo
- 8, Museu de Mértola
- 9, Ecomuseu Municipal do Seixal
- 10, Museu de Vila Franca do Campo
- 11, Museu da Comunidade da Ribeira Grande

Unidades Museológicas em Projecto

- 12, Museu Municipal de Pinhel
- 13, Museu Etnográfico/ Ecomuseu de Miranda do Corvo
- 14, Ecomuseu de Redondo
- 15, Museu da Comunidade Concelhia da Batalha
- 16, Ecomuseu do Guadiana

Unidades Museológicas em Intenção de Projecto

- 17, Ecomuseu de S. Jorge
- 18, Museu Municipal de Vale de Cambra
- 19, Projecto de Desenvolvimento Turístico - Sever do Vouga
- 20, Plano de Desenvolvimento para a Beira Serra/ Ecomuseu de Gois



ANEXO D

UNIDADE MUSEOLÓGICA	TUTELA	CRIAÇÃO
Museu do Douro	Fundação Museu do Douro	1997 Lei 125/97, 2/12
Parque Arqueológico de Vale do Côa	Ministério da Cultura - IPA	1999
Museu da Casa Grande	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão	Inaug 1996
Ecomuseu de Barroso	Câmara Municipal de Montalegre	2001
Ecomuseu Marinha da Troncalhada	Câmara Municipal de Aveiro	1998
Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita	Fundação Joaquim dos Santos	1978
Museu Casal Monte Redondo	Associação de Defesa do Património Cultural de Monte Redondo	1981
Museu de Mértola	Câmara Municipal de Mértola	1989
Ecomuseu Municipal do Seixal	Câmara Municipal de Seixal	1982
Museu de Vila Franca do Campo – Laboratório de Etnologia da Universidade dos Açores	Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	1980
Museu de Comunidade da Ribeira Grande	Câmara Municipal de Ribeira Grande	1984
Museu da Comunidade Concelhia da Batalha	Câmara Municipal de Batalha	—
Museu Municipal de Pinhel	Câmara Municipal de Pinhel	—
Ecomuseu do Redondo	Câmara Municipal de Redondo	—
Museu Etnográfico / Ecomuseu de Miranda do Corvo	ADFP - Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional de Miranda do Corvo	—
Ecomuseu de S. Jorge	Direcção Regional do Ambiente dos Açores	—
Projecto de Desenvolvimento Turístico de Sever do Vouga	Câmara Municipal de Sever do Vouga	—
Plano de Desenvolvimento Beira Serra – Ecomuseu de Góis	ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra	—
Ecomuseu do Guadiana	ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola	—
Museu Municipal de Vale de Cambra	Câmara Municipal de Vale de Cambra	—

ANEXO E

REGIONE PIEMONTE

DIREZIONE REGIONALE N. 21 - TURISMO - SPORT - PARCHI
SETTORE PIANIFICAZIONE AREE PROTETTE
VIA NIZZA, 18
10125 TORINO
tel. 011/43213845 - fax 011/4324759

<p>DOCUMENTAZIONE PROGETTO ECOMUSEO</p>
--

La documentazione riportata comprende:

- il testo di legge approvato dalla Regione Piemonte il 14 marzo 1995, L.R. 31/95, integrato con la successiva modifica del 17 agosto 1998, L.R. 23/98, con cui vengono istituiti gli Ecomusei della Regione Piemonte.
- il modulo per la presentazione del progetto Ecomuseo. Questo deve essere compilato in ogni sua parte e consegnato in due esemplari entro e non oltre il **31 GENNAIO** di ogni anno al seguente indirizzo:

*REGIONE PIEMONTE
Settore Pianificazione Aree Protette
Via Nizza, n. 18
10125 TORINO*

Le domande pervenute dopo tale data saranno prese in esame nell'esercizio finanziario successivo.

Saranno accettate solo le domande presentate servendosi dell'allegato modulo di presentazione, che dovrà essere compilato in maniera corretta e completa e dovrà presentare un bilancio di previsione equilibrato e senza errori.

Il progetto sarà sottoposto alla valutazione dal Comitato Scientifico per l'individuazione e la promozione degli Ecomusei. Il settore Pianificazione Aree Protette comunicherà il risultato di tale valutazione tramite lettera entro il 30 aprile di ogni anno.

LEGGE REGIONALE ECOMUSEI DEL PIEMONTE

*Legge regionale 14 marzo 1995, n.31
modif. con legge regionale 17 agosto 1998, n.23*

ISTITUZIONI DI ECOMUSEI DEL PIEMONTE

Il Consiglio Regionale ha approvato.

Il Commissario del Governo ha apposto il visto.

Il Presidente della Giunta Regionale promulga la seguente legge:

Articolo 1

Finalità

1. La Regione promuove l'istituzione di Ecomusei sul proprio territorio allo scopo di ricostruire, testimoniare e valorizzare la memoria storica, la vita, la cultura materiale, le relazioni fra ambiente naturale ed ambiente antropizzato, le tradizioni, le attività ed il modo in cui l'insediamento tradizionale ha caratterizzato la formazione e l'evoluzione del paesaggio.

2. La Regione, per conseguire lo scopo di cui al comma 1, organizza aree di dimensioni e caratteristiche adeguate e provvede ad attrezzarle, a restaurarle, a recuperare fabbricati ed attrezzature ed a raccogliere documentazione adeguata alle finalità di cui al comma 3.

3. Finalità prioritarie degli Ecomusei sono:

- a) la conservazione ed il restauro di ambienti di vita tradizionali delle aree prescelte tramandando le testimonianze della cultura materiale ricostruendo le abitudini di vita e di lavoro delle popolazioni locali, le relazioni con l'ambiente circostante, le tradizioni religiose, culturali e ricreative, l'utilizzo delle risorse naturali, delle tecnologie, delle fonti energetiche e delle materie impiegate nelle attività produttive;
- b) la valorizzazione, nelle aree prescelte, di abitazione o abitati caratteristici, di mobili e attrezzi, di strumenti di lavoro e di ogni altro oggetto utile alla ricostruzione fedele di ambienti di vita tradizionali consentendone la salvaguardia e la buona manutenzione;
- c) la ricostruzione di ambiti di vita e di lavoro tradizionali che possano produrre beni o servizi vendibili ai visitatori creando occasioni di impiego e di vendita di prodotti locali;
- d) la predisposizione di percorsi nel paesaggio e nell'ambiente tendenti a relazionare i visitatori con gli ambiti tradizionali di contorno;
- e) il coinvolgimento attivo delle comunità, delle istituzioni culturali e scolastiche e delle strutture associative locali;
- f) la promozione ed il sostegno delle attività di ricerca scientifica e didattico-educative relative alla storia ed alle tradizioni locali.

Articolo 2

Istituzione e gestione degli Ecomusei

1. La Giunta regionale propone annualmente al Consiglio regionale il programma di istituzione degli Ecomusei, predisposto dal Comitato scientifico per l'individuazione e la promozione degli Ecomusei di cui all'articolo 3, sulla base di indicazioni provenienti da enti locali, associazioni

culturali ed ambientaliste, istituti universitari ed istituti specializzati; al programma di istituzione è allegato un elenco degli Ecomusei di interesse regionale che viene annualmente aggiornato.

2. Gli Ecomusei sono istituiti con deliberazione del Consiglio regionale previa valutazione dei progetti da parte del Comitato scientifico di cui all'articolo 3. La gestione è affidata, per le finalità di cui è all'articolo 1, comma 3, con successivo atto deliberativo della Giunta regionale entro sessanta giorni della avvenuta istituzione, ad uno dei soggetti sottoelencati, sulla base di un idoneo progetto di gestione:

- a) enti di gestione delle aree protette regionali territorialmente interessate o limitrofe;
- b) province, comuni e comunità montane;
- c) associazioni appositamente costituite.

3. Ogni Ecomuseo ha diritto alla denominazione esclusiva ed originale e ad un proprio marchio esclusivo.

4. La gestione degli Ecomusei può essere regolata ai sensi delle leggi vigenti, con accordi tra i soggetti pubblici e privati coinvolti; tali accordi definiscono i compiti di ogni partecipante e le risorse materiali e finanziarie da apportare.

Articolo 3

Comitato scientifico

1. La Giunta Regionale nomina un Comitato scientifico per l'individuazione e la promozione degli Ecomusei.

2. Il Comitato scientifico è composto da tre membri indicati dall'Università degli Studi di Torino e tre membri indicati dal Politecnico di Torino ed è presieduto dall'Assessore competente in materia di territorio: le funzioni di segretario sono affidate ad un dirigente dell'Assessorato competente.

3. La composizione del Comitato scientifico è formalizzata con decreto del Presidente della Giunta Regionale.

3 bis. Ai membri del Comitato scientifico spettano, per ogni riunione, i gettoni di presenza e le eventuali indennità di rimborso spesa previsti dalla legge regionale 2 luglio 1976, n.33 (Compensi ai componenti commissioni, consigli, comitati e collegi operanti presso l'Amministrazione regionale).

Articolo 4

Finanziamenti

1. Per la gestione degli Ecomusei è istituito il seguente capitolo di bilancio "Interventi ed opere per la gestione degli Ecomusei" con lo stanziamento di competenza e di cassa, per l'anno 1995, di lire un miliardo; alla copertura dell'onere finanziario relativo si provvede mediante riduzione del capitolo 27170 del bilancio di previsione della spesa per l'anno 1995.

2. Alla copertura degli oneri necessari per gli anni 1996 e successivi si provvede mediante le leggi di bilancio della Regione per gli anni corrispondenti.

La presente legge regionale sarà pubblicata nel Bollettino Ufficiale della Regione.

E' fatto obbligo a chiunque spetti di osservarla e di farla osservare come legge della Regione Piemonte.

**MODULO DI PRESENTAZIONE
PROGETTO ECOMUSEO**

Modulo da compilare in ogni sua parte e da consegnare in due esemplari alla REGIONE PIEMONTE - Settore Pianificazione Aree Protette, Via Nizza, 18, 10125 TORINO, entro il **31 GENNAIO** di ogni anno.

1. DATI ANAGRAFICI

1.1 DENOMINAZIONE ECOMUSEO

1.2 SOGGETTO PROPONENTE

Ente o associazione:

Indirizzo:

Telefono:

Fax:

e.mail:

1.3 REFERENTE DEL SOGGETTO PROPONENTE

Nome:

Qualifica:

Indirizzo:

Telefono:

Fax:

e.mail:

1.4 SOGGETTO GESTORE E BENEFICIARIO DEL FINANZIAMENTO REGIONALE IN CASO DI DECISIONE POSITIVA

Ente o associazione:

Indirizzo:

Telefono:

Fax:

e.mail:

Codice fiscale:

Statuto giuridico (allegare lo statuto o l'atto di costituzione del soggetto gestore):

1.5 REFERENTE DEL SOGGETTO GESTORE

Nome:

Qualifica:

Indirizzo:

Telefono:

Fax:

e.mail:

1.6 INFORMAZIONI BANCARIE - CONTO BENEFICIARIO DEL FINANZIAMENTO REGIONALE

Nome del titolare del conto:

Nome della Banca:

Indirizzo della Banca:

Numero di conto:

Codice CAB:

Codice ABI:

2. AMBITO TERRITORIALE DI RIFERIMENTO

2.1 AREA OGGETTO DEGLI INTERVENTI: STATO DI FATTO E DI PROGETTO

Utilizzando come materiale cartografico di supporto la Carta Tecnica Regionale in scala 1:10.000, specificare l'area interessata, la sua accessibilità e quanto altro si ritenga opportuno evidenziare.

2.2 AMBITO TERRITORIALE DI RICADUTA

Utilizzando materiale cartografico di supporto in scala 1:100.000 specificare il bacino di ricaduta delle azioni del progetto, evidenziando l'accessibilità e quanto altro si ritenga opportuno segnalare (punti d'interesse e loro reti di connessione, presidi informativi, viabilità, reti di trasporto pubblico, strutture ricettive).

3. IL PROGETTO ECOMUSEALE: LINEE GENERALI, OBIETTIVI, MOTIVAZIONI

Fornire una descrizione sintetica del progetto e del programma museografico, si evidenzino gli aspetti legati ad ambiti di vita tradizionali che si ritengono distintivi dell'area prescelta in quanto riflettono, sia in chiave storica che attuale, il rapporto tra attività umane e risorse ambientali.

4. CARATTERI DI PROGETTO

4.1 AZIONI PROPOSTE

Si evidenzino gli interventi atti a valorizzare gli ambienti di vita tradizionale.

4.2 INTERVENTI INFRASTRUTTURALI

Utilizzando supporti cartografici in scala 1:1000 e 1:5000, evidenziare e descrivere la tipologia degli interventi: percorsi di visita, strade, parcheggi, specificando se già esistenti o in progetto.

4.3 INTERVENTI EDILIZI

Utilizzando supporti cartografici in scala idonea (1:100, 1:200, 1:500), allegando materiale iconografico e fotografico, evidenziare e descrivere la tipologia degli interventi.

4.4 ALTRI INTERVENTI

Specificare le azioni che riguardano allestimenti, il recupero do arredi e utensili.

4.5 PROGRAMMI DI COMUNICAZIONE E SENSIBILIZZAZIONE

Specificare le azioni previste a livello locale e a più ampio raggio

4.6 PROGRAMMI DI EDUCAZIONE E FORMAZIONE

Specificare il tipo di contatti e collaborazioni avviati con le scuole, descrivere brevemente le attività di tipo didattico ed i corsi di formazione previsti.

4.7 PROGRAMMI DI RICERCA

Illustrare le principali linee di ricerca che si intendono avviare e gli eventuali contatti intrapresi con istituti italiani o esteri.

5. RAPPORTI CON IL CONTESTO E CON ALTRI PROGETTI

5.1 ASPETTI DEL PROGETTO INTESI A COINVOLGERE LA POPOLAZIONE LOCALE

Indicare le azioni di sensibilizzazione e promozione che si intende proporre a scala locale.

5.2 ASPETTI DEL PROGETTO ATTI A MIGLIORARE L'ECONOMIA LOCALE

Illustrare le azioni atte a valorizzare i lavori tradizionali, che possono produrre beni o servizi vendibili ai visitatori, creando occasioni di impiego e di vendita di prodotti locali.

5.3 RAPPORTI PREVISTI CON ALTRE ISTITUZIONI O SOGGETTI PRIVATI

Indicare, per ogni tipo di collaborazione, il nome dell'istituzione o del soggetto privato coinvolto e la durata.

5.4 ALTRE INIZIATIVE O PROGETTI RITENUTI D'INTERESSE GIA' PRESENTI SUL TERRITORIO

Quantificare i beni patrimoniali, illustrando per ognuno di essi se di proprietà dell'ente gestore, o condivisi con altri enti pubblici o privati o 'non profit'.

7.2 SERVIZI

Illustrare la dotazione di servizi quali centro di documentazione, foresteria, caffetteria, ristorazione, specificando se offerti direttamente dall'Ecomuseo o da privati locali convenzionati.

7.3 PREVISIONI DI PUBBLICO

Fornire previsioni di pubblico, tramite indagini dirette o eventualmente per confronto con situazioni analoghe per caratteristiche socio-economiche, geografiche e culturali.

7.4 FINANZIAMENTI GIA' DISPONIBILI O RICHIESTI

Specificare l'intervento a cui sono finalizzati, l'importo ottenuto o richiesto e l'Ente erogatore.

Comunicazione e sensibilizzazione (<i>dettagliare le singole iniziative</i>)		
Totale parziale		
VARIE		
Totale parziale		
TOTALE SPESE - PRIMO ANNO		100%
7.7 RICHIESTA FINANZIAMENTI - PRIMO ANNO		
	Importo	% su richiesta totale
REGIONE - L.R. 31/95		
Altri finanziamenti pubblici (<i>specificare</i>)		
Finanziamenti privati (<i>specificare</i>)		
Altro		
TOTALE FINANZIAMENTI - primo anno		100%
8. SUPPORTI TECNICO-SCIENTIFICI		

8.1 PRESENTAZIONE DEI CURRICULA PROFESSIONALI DEI RESPONSABILI E DEI CONSULENTI SCIENTIFICI
--

--

8.2 PERSONALE TECNICO E AMMINISTRATIVO

Descrivere l'organico del personale esistente ed in previsione.

--

ANEXO F

A ECOMUSEOLOGIA EM PORTUGAL

EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

EXAME AOS (ECO)MUSEUS NACIONAIS

N.º Questionário _____

DATA ____ / ____ / ____

I - IDENTIFICAÇÃO e SITUAÇÃO ACTUAL

1. IDENTIFICAÇÃO DA UM E DA TUTELA

NOME: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL _____ LOCALIDADE _____

TEL: _____ FAX: _____

E-mail: _____

SITE: _____

DISTRITO / REGIÃO AUTÓNOMA: _____

CONCELHO: _____

FREGUESIA: _____

TUTELA: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL _____ LOCALIDADE _____

TEL: _____ FAX: _____

E-mail: _____

SITE: _____

DISTRITO / REGIÃO AUTÓNOMA: _____

CONCELHO: _____

FREGUESIA: _____

2. SITUAÇÃO ACTUAL

2.1. Em relação ao funcionamento a UM encontra-se:

A funcionar _____

Em projecto _____

Intenção _____

2.2. A UM encontra-se:

Aberta ao público _____

Temporariamente aberta ao público _____

Temporariamente fechada ao público _____

Fechada ao público _____

Especifique: _____

2.3. O funcionamento diário é:

Total _____

Parcial _____

Ocasional _____

2.4. E ao fim-de-semana está aberto ao público?

Sim _____

Sábado _____

Domingo _____

Ambos _____

Não _____

2.5. O funcionamento ao longo do ano é:

Permanente _____

Sazonal _____

Esporádico _____

Especifique: _____

II - ANTECEDENTES

3. ANTECEDENTES

3.1. Como surgiu a ideia de criar uma UM?

3.2. Quais os intervenientes na sua criação?

3.3. Quais foram as primeiras iniciativas?

3.4. Com que objectivos foi criada?

III - ESTRUTURA**4. ESTRUTURA / ORGANIZAÇÃO**

4.1. Qual o ano de criação? _____

4.2. Qual o ano de abertura ao público? _____

4.3. Mantém a mesma designação inicial?

Sim _____

Não _____

4.3.1. Indique as anteriores?

4.4. Qual é o seu estatuto jurídico?

Público _____

Administração Central _____

Regiões Autónomas _____

Administração Local _____

Empresa _____

Privado _____

Associação _____

Empresa _____

Particular _____

Outro _____

Qual? _____

Misto (público e privado) _____

4.5. Qual o seu território de acção?

4.6. Quais os tipos de bens dominantes no seu acervo?

4.7. Para além do edifício central a UM possui outros núcleos ou património *in situ*?

Sim _____ Quantos? _____

Quais? _____

Não _____

5. INSTALAÇÕES

5.1. As instalações da UM são:

Definitivas

Próprias _____

Afectas pela tutela _____

Provisórias

Alugadas _____

Cedidas _____

5.2. As instalações da UM foram:

Construídas de raiz _____

Adaptadas _____

Ambas _____

Especifique: _____

5.3. Além das exposições a UM possui mais algum serviço de acolhimento?

Sim. _____

Qual(ais)? _____

Não. _____

5.4. A UM dispõe de outros serviços?

Sim. _____

Qual(ais)? _____

Não. _____

5.5. O acervo da UM está localizado em:

Edifício(s) _____

Ao ar livre _____

Ambos _____

IV – GESTÃO DE RECURSOS

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Qual o nome do responsável pela UM?

6.1.1. Qual o seu cargo?

6.1.2. Qual a sua formação?

6.1.3. Pertence ao quadro de pessoal da UM ou da tutela?

subsídios ou outros?

Sim _____ Especifique _____

Não _____

7.3. Nos últimos anos candidatou-se a fundos comunitários?

Sim _____ Especifique _____

Não _____

7.4. Quais as despesas mais representativas da UM?

V - ACTIVIDADES

8. ACTIVIDADES

8.1. Que tipo de actividades são desenvolvidas pela UM?

8.2. Que objectivos se propõem atingir?

8.3. O programa anual das actividades da UM é efectuado em colaboração com a população local ou grupos de população?

Sim _____ Não _____

Especifique _____

8.4. Qual o grau de interesse demonstrado pela população local ou grupos de população nas actividades da UM?

Alto _____

Médio _____

Baixo _____

Nulo _____

Especifique _____

8.5. Normalmente a população local solicita e/ou dá ideias sobre as actividades que a UM deveria organizar?

Sim _____ Não _____

Especifique _____

8.6. A população local mostra interesse e participa nas actividades desenvolvidas pela UMP

Sim _____ Quais? _____

Não _____

8.7. A UM realiza actualmente projectos de investigação?

Sim _____ Áreas _____

Não _____

8.7.1. Estes projectos são desenvolvidos só pelos técnicos da UM?

Sim _____

Não _____ Especifique _____

8.7.2. A população participa activamente nesses projectos?

VI – FORMAÇÃO

9. FORMAÇÃO

9.1. A formação dos recursos humanos da UM é contínua?

Sim _____ Não _____

Especifique _____

9.2. Os cursos de formação são administrados pela própria UM ou por outras entidades?

9.3. Em média a quantos cursos de formações vão os recursos humanos da UM por ano?

VII – RELAÇÃO COM O EXTERIOR / DIVULGAÇÃO

10. VISITANTES / FRUIDORES

10.1. Que tipo de visitantes / fruidores tem a UM?

10.2. A maioria dos visitantes/ fruidores da UM são oriundos da região da UM?

10.3. Quais os meses com mais afluência e porquê?

11. DIVULGAÇÃO

**11.1. Quais os meios utilizados pela direcção para a divulgação da UM?
(Site, publicações, televisão, rádio, imprensa escrita, outdoors, cartazes, etc.)**

VIII – DIFICULDADES / PERSPECTIVAS

12. DIFICULDADES

12.1. Quais as maiores dificuldades com que a UM se debate diariamente?

12.2. Quais as áreas em que a Um tem maiores dificuldades?

13. PERSPECTIVAS

13.1. Que perspectivas de evolução, a curto e médio prazo, para a UM?

IX – PROGRAMA MUSEOLÓGICO

14. BREVE CARACTERIZAÇÃO
